

PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO

contributo da geografia,
teoria da dependência,
educação e antropologia

— Adelcio Machado dos Santos —



Adelcio Machado dos Santos

**PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO:
contributo da geografia, teoria da dependência,
educação e antropologia**

1ª EDIÇÃO



SÃO LUÍS - 2026



EDITORA NOVUS

SÃO LUÍS - MA - 2026

 WWW.EDITORANOVUS.COM.BR  EDITORANOVUS@GMAIL.COM

Diagramação e Edição

Eduardo Mendonça Pinheiro

Edição de Arte

Eduardo Mendonça Pinheiro

Conteudista

Adelcio Machado dos Santos © 2026

Normalização

José Marcelino Nascimento Veiga Júnior



© 2026 Copyright – Direitos reservados. A Editora Novus é detentora dos direitos autorais relativos à edição, diagramação e ao projeto gráfico da presente obra. Os autores permanecem titulares dos direitos autorais de seus respectivos textos. Esta publicação está licenciada sob a Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0), permitindo a reprodução, o download e o compartilhamento total ou parcial do conteúdo, desde que a fonte seja devidamente citada, com atribuição obrigatória de autoria, e que a obra seja disponibilizada exclusivamente em Acesso Aberto (Open Access). Não é permitida qualquer forma de alteração, adaptação ou modificação do conteúdo, bem como sua disponibilização em plataformas de acesso restrito ou com finalidade comercial.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S237p

Santos, Adelcio Machado dos

Pensamento social brasileiro: contributo da geografia, teoria da dependência, educação e antropologia. / Adelcio Machado dos Santos. – São Luís: Editora Novus, 2026.

87 f.: il. color.

Publicação digital (e-book) no formato PDF

ISBN: 978-65-84364-51-6

DOI: 10.29327/5932702

1. Educação. 2. Formação social. 3. Desigualdades. 4. Território. 5. Interdisciplinaridade. 6. Brasil. I. Santos, Adelcio Machado dos. II. Título.

CDU: 316.32(81)

Elaborado por José Marcelino Nascimento Veiga Júnior – CRB 13/320

CONSELHO EDITORIAL

Dr^a Anali Linhares Lima
M.Sc. Alan Jefferson Lima de Moraes
Dr. André Leonardo Demaison Medeiros Maia
Dr^a Anna Christina Sanazario de Oliveira
Dr^a Aurea Maria Barbosa de Sousa
Dr^a Camila Pinheiro Nobre
Dr. Claudio Alves Benassi
Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua
Dr^a Claudiene Diniz da Silva
Dr. Diogo Guagliardo Neves
M.Sc. Eduardo Oliveira Pereira
Dr^a Elba Pereira Chaves
Dr. Elmo de Sena Ferreira Junior
M.Sc. Érica Mendonça Pinheiro
Dr. Fabio Antonio da Silva Arruda
M.Sc. Fernanda Tabita Barroso Zeidan
Dr. George Alberto da Silva Dias
Dr^a Gerbeli de Mattos Salgado Mochel
Dr^a Giselle Cutrim de Oliveira Santos
Dr^a Herlane de Olinda Vieira Barros
Dr^a Ivete Furtado Ribeiro Caldas
M.Sc. José Carlos Durans Pinheiro
M.Sc. Josiney Farias de Araújo

M.Sc. Julianno Pizzano Ayoub
Dr. Leonardo França da Silva
M.Sc. Lucianna Serfaty de Holanda
Dr^a Luciara Bilhalva Corrêa
Dr^a Luana Martins Cantanhede
Dr^a Maria Raimunda Chagas Silva
Dr^a Marina Bezerra Figueiredo
M.Sc. Mayanne Camara Serra
Dr^a Michela Costa Batista
Dr. Moisés dos Santos Rocha
Dr^a Priscila Xavier de Araújo
M.Sc. Ramaiany Carneiro Mesquita
Dr^a Rita de Cássia Silva de Oliveira
Dr. Saulo José Figueiredo Mendes
Dr^a Samantha Ariadne Alves de Freitas
Dr^a Sandra Imaculada Moreira Neto
M.Sc. Shirley Ribeiro Carvalho
Dr^a Sinara de Fátima Freire dos Santos
M.Sc. Tatiana Mendes Bacellar
Dr^a Thais Roseli Corrêa
Dr^a Thalita Karolline de Queiroz Pereira
M.Sc. Victor Crespo de Oliveira
Dr. Wellinton de Assunção
Dr. William de Jesus Ericeira Mochel Filho

Acesse www.editoranovus.com.br/corpo-editorial-2/ para conhecer os membros do Corpo Editorial

Parecer editorial e avaliação por pares

Os trabalhos que integram esta obra foram submetidos à apreciação do Conselho Editorial da Editora Novus e avaliados por pareceristas externos, por meio do sistema de revisão por pares (peer review), tendo sido considerados aptos para publicação.

Nota editorial: Trata-se de uma produção de caráter independente, na qual os direitos autorais permanecem sob a titularidade de seus respectivos autores. Eventualmente, alguns textos podem apresentar desdobramentos de pesquisas, comunicações ou trabalhos acadêmicos previamente apresentados ou defendidos, cabendo aos autores a observância rigorosa das boas práticas acadêmicas, especialmente no que se refere à prevenção do autoplágio. O conteúdo das obras é de responsabilidade exclusiva dos autores, não refletindo, necessariamente, o posicionamento da Editora Novus, dos organizadores, dos revisores ou dos membros do Conselho Editorial.

Livro dedicado a
Ícaro Gustavo Corrêa

“Nos últimos anos, o retorno dos estudos sobre o Pensamento Social Brasileiro e sua história permitiu que fossem retomados os debates” (Bastos, 2011, p. 52).

BASTOS, Elide Rugai. Atualidade do pensamento social brasileiro. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 26, n. 2, p. 51-70, 2011.

PREÂMBULO

Isagógicamente, pensar o Brasil constitui tarefa intelectual permanente, cuja relevância se renova diante da complexidade de sua formação histórica, da pluralidade de suas matrizes culturais, da persistência de profundas desigualdades sociais e das sucessivas transformações políticas, econômicas e institucionais que singularizam a trajetória nacional. A realidade brasileira, por sua própria constituição, não se deixa apreender mediante perspectivas unívocas, tampouco por explicações simplificadoras, reclamando abordagens capazes de reconhecer a multiplicidade de processos, sujeitos, conflitos, interesses e projetos que concorreram, ao longo do tempo, para a conformação da sociedade.

É nesse horizonte analítico que se insere a obra *Pensamento Social Brasileiro – outros estudos*. O volume congrega reflexões dedicadas a diferentes pensadores, tradições intelectuais e campos do conhecimento que, em distintos momentos históricos, contribuíram para a interpretação da formação social brasileira.

Posto que os estudos aqui coligidos apresentem objetos, referenciais e enfoques diversos, encontram unidade em uma preocupação fundamental: compreender o Brasil em suas determinações históricas, sociais, econômicas, políticas, territoriais e culturais, bem como examinar as permanências, rupturas e transformações que estruturam a vida nacional.

De outro vértice, o *Pensamento Social Brasileiro* caracteriza-se, precisamente, por sua natureza plural, interdisciplinar e historicamente situada. Desde os primeiros esforços sistemáticos de interpretação da sociedade nacional até a consolidação das Ciências Sociais no decorrer do século XX, sucessivas gerações de intelectuais buscaram formular respostas para questões centrais à compreensão do país.

Entre tais questões, avultam os problemas relativos à formação da sociedade brasileira, às permanências da ordem colonial, aos efeitos históricos da escravidão, à concentração fundiária, à constituição do Estado, às formas de organização e exercício do poder, às discrepâncias sociais e regionais, aos processos de modernização, à educação, à cidadania e à construção das identidades nacionais.

Trata-se, em verdade, de vasto repertório de indagações que, conquanto formuladas em contextos históricos específicos, não perderam sua capacidade de interpelar o presente.

Com efeito, tais questões não se restringem às circunstâncias históricas nas quais foram originalmente formuladas. Ao contrário, permanecem sobremodo relevantes para a compreensão do Brasil contemporâneo, uma vez que numerosas estruturas, tensões e contradições identificadas pelos intérpretes da formação nacional continuam a produzir efeitos sobre a organização social, política e econômica do país.

Destarte, revisitar o *Pensamento Social Brasileiro* não corresponde a mero exercício de recuperação historiográfica, mas representa esforço crítico de atualização de categorias, conceitos e interpretações capazes de lançar luz sobre os dilemas do presente.

Os estudos colimam evidenciar a amplitude e a diversidade dessa tradição interpretativa. No âmbito da economia política e da sociologia crítica, a aborda-

gem da Teoria da Dependência, a partir das contribuições de Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos e Vânia Bambirra, possibilita examinar criticamente as formas de inserção subordinada do Brasil e da América Latina no sistema capitalista internacional.

As categorias elaboradas por esses luminares — entre as quais se destacam dependência, superexploração da força de trabalho, subimperialismo e desenvolvimento subordinado — oferecem instrumentos teóricos relevantes para a análise das limitações estruturais impostas às economias periféricas, assim como para a compreensão das relações estabelecidas entre dominação externa, reprodução do capital e estruturas internas de poder.

Sob tal prisma, a dependência deixa de ser concebida como contingência circunstancial ou atraso transitório, passando a ser compreendida como dimensão constitutiva de determinadas formas históricas de desenvolvimento capitalista.

De outro lado, no campo educacional, as reflexões de Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo e Lourenço Filho revelam a centralidade conferida à educação nos projetos de modernização e democratização da sociedade brasileira.

A defesa da escola gratuita, laica e universal, a preocupação com a racionalização administrativa do ensino e a compreensão da educação como instrumento de formação cidadã evidenciam que o debate educacional se encontra profundamente vinculado às discussões mais amplas acerca da construção da democracia, da modernização institucional e da redução das desigualdades sociais.

Outrossim, a dimensão territorial constitui eixo igualmente relevante da reflexão desenvolvida nesta obra.

Os contributos de Josué de Castro, Milton Santos e Manuel Correia de Andrade demonstram que a compreensão da sociedade brasileira exige considerar a organização do espaço e do território como expressão concreta das relações econômicas, políticas e sociais.

A análise da fome, da concentração fundiária, das desigualdades regionais, da urbanização, do desenvolvimento desigual e das transformações decorrentes da globalização evidencia que o território não constitui mero suporte físico sobre o qual se desenvolvem as relações sociais. Ao revés, configura dimensão fundamental da produção e reprodução das relações de poder, das desigualdades e das formas historicamente determinadas de apropriação do espaço.

Por sua vez, os contributos de Curt Nimuendajú, Edson Carneiro e Darcy Ribeiro permitem aprofundar a compreensão acerca da diversidade cultural, étnica e social que caracteriza a formação brasileira. Seus estudos sobre populações indígenas, culturas afro-brasileiras, manifestações populares, processos de mestiçagem e construção da identidade nacional contribuíram decisivamente para ampliar o campo interpretativo das Ciências Humanas, conferindo maior centralidade a grupos, experiências e formas de sociabilidade historicamente marginalizados nos processos de produção do conhecimento.

A presença de diferentes disciplinas e perspectivas teóricas ao longo da obra não representa dispersão temática; ao contrário, corresponde a uma característica constitutiva do próprio Pensamento Social Brasileiro.

A compreensão da realidade nacional demanda, por sua complexidade in-

trínseca, a articulação entre distintos campos do conhecimento. História, Sociologia, Economia, Ciência Política, Educação, Geografia e Antropologia oferecem perspectivas específicas que, quando colocadas em diálogo, permitem apreender de modo mais abrangente os processos que constituíram e continuam a transformar a sociedade brasileira.

Nesse diapasão, a expressão “*outros estudos*”, presente no título da obra, traduz justamente esse caráter aberto, plural e não exauriente. Não se pretende estabelecer um repertório definitivo de intérpretes, tampouco formular uma síntese conclusiva acerca do Pensamento Social Brasileiro. Tal pretensão, além de incompatível com a própria natureza do campo, desconsideraria a historicidade das interpretações e a contínua emergência de novos objetos, problemas e perspectivas.

O objetivo consiste, antes, em reunir diferentes aproximações analíticas capazes de contribuir para o aprofundamento do debate sobre a realidade nacional.

Cada estudo examina determinado autor, problema, tradição ou dimensão da sociedade brasileira, mas todos se articulam em torno do propósito comum de ampliar a compreensão acerca da formação histórica do país, de suas contradições estruturais e das possibilidades de transformação que se apresentam no curso de sua trajetória.

Essa perspectiva implica reconhecer que toda interpretação da realidade social é historicamente condicionada e, por conseguinte, necessariamente parcial. Nenhuma formulação teórica é capaz de apreender integralmente a complexidade de uma sociedade marcada por múltiplas temporalidades, assimetrias, identidades, interesses e conflitos. A produção do conhecimento exige, portanto, a permanente confrontação entre interpretações, a revisão crítica de conceitos consolidados e a formulação de novas questões diante das transformações históricas.

Os grandes exegetas do Brasil construíram suas reflexões a partir dos problemas, inquietações e circunstâncias de seus respectivos contextos. Suas contribuições, entretanto, ultrapassaram os limites temporais em que foram produzidas, na medida em que formularam categorias e diagnósticos que permanecem relevantes para a compreensão da realidade contemporânea.

Retomar criticamente tais contributos significa reconhecer, simultaneamente, sua importância histórica, seu potencial explicativo e os limites decorrentes das circunstâncias intelectuais, políticas e sociais de sua produção. Não se trata, pois, de converter autores clássicos em autoridades imunes à crítica, mas de compreender suas formulações como partes constitutivas de uma tradição interpretativa permanentemente reelaborada.

Sob essa perspectiva, *Pensamento Social Brasileiro – outros estudos* não se propõe a oferecer respostas definitivas acerca da sociedade brasileira. Seu propósito consiste em contribuir para a continuidade de uma tradição crítica de interpretação do país, recuperando autores, categorias e abordagens que possibilitam compreender, sob diferentes ângulos, as estruturas, contradições e possibilidades historicamente constituídas.

Mais do que reunir estudos autônomos, a obra procura estabelecer um percurso reflexivo acerca da formação brasileira. Das relações de dependência econômica aos pleitos em torno da educação; das desigualdades territorialmente

produzidas à diversidade das matrizes culturais; das formas de dominação às possibilidades de transformação social, evidencia-se uma questão fundamental: a compreensão do Brasil como processo histórico complexo, marcado simultaneamente por permanências, rupturas, continuidades e reconfigurações.

Pensar o Brasil significa, nesse sentido, articular passado e presente, estrutura e transformação, identidade e diversidade, desenvolvimento e desigualdade. Significa reconhecer que muitos dos problemas contemporâneos encontram suas raízes em processos históricos de longa duração, sem, contudo, admitir que tais estruturas sejam imutáveis ou historicamente inexoráveis.

A historicidade que permite compreender a persistência de determinadas estruturas é, “*pari passu*”, aquela que possibilita reconhecer suas transformações e suas possibilidades de superação. Com efeito, compreender os processos de longa duração que conformaram a sociedade brasileira não conduz necessariamente a uma interpretação determinista de seu futuro; ao contrário, permite identificar as condições, os conflitos e as mediações por meio dos quais a mudança histórica se torna possível.

Em última análise, com fulcro nessa compreensão, os estudos aqui coligidos não se configuram como formulações conclusivas, senão como contributos ao debate, à investigação e à reflexão crítica acerca da realidade nacional. Sua unidade reside menos na homogeneidade temática do que na convergência de um propósito intelectual: interrogar o Brasil a partir de diferentes perspectivas e reconhecer, nessa pluralidade, uma das características mais fecundas de sua tradição de pensamento.

Destarte, em uma sociedade que permanece reptada a compreender suas próprias origens, adversar suas discrepâncias, enfrentar suas desigualdades e definir democraticamente os rumos de seu desenvolvimento, o Pensamento Social Brasileiro conserva sua relevância não apenas como patrimônio intelectual, mas igualmente como instrumento de análise, crítica e compreensão das possibilidades históricas do país.

Em epítome, revisitar essa tradição significa, destarte, mais do que retornar às interpretações pretéritas: significa submetê-las ao crivo do presente, confrontá-las com novas questões e reconhecer nelas elementos capazes de contribuir para a compreensão de uma sociedade cuja complexidade permanece a exigir contínua reflexão.

Por derradeiro, o Pensamento Social Brasileiro revela-se não repertório encerrado de ideias acerca da nacionalidade, mas como campo vivo de investigação, crítica e permanente elaboração acerca do Brasil, de suas características e de seus horizontes possíveis.

SUMÁRIO

Capítulo 1 12

PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO: o contributo dos Geógrafos Josué de Castro, Milton Santos e Manuel Correia de Andrade

Capítulo 2 32

TEORIA DA DEPENDÊNCIA E O PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO: o legado de Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos e Vânia Bambirra

Capítulo 3 47

O PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO E O CONTRIBUTO DOS EDUCADORES: uma discussão sobre Anísio Teixeira, Fernando Azevedo e Lourenço Filho

Capítulo 4 66

PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO: contributo dos antropólogos Darcy Ribeiro, Edson Carneiro e Curt Nimuendajú

PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO: o contributo dos Geógrafos Josué de Castro, Milton Santos e Manuel Correia de Andrade

BRAZILIAN SOCIAL THOUGHT: the contributions of geographers Josué de Castro, Milton Santos, and Manuel Correia de Andrade

RESUMO: O artigo analisa os contributos dos geógrafos Josué de Castro, Milton Santos e Manuel Correia de Andrade para o Pensamento Social Brasileiro, exarando suas interpretações acerca das desigualdades sociais, econômicas e territoriais que caracterizam a formação histórica do Brasil. O estudo parte da compreensão de que a Geografia assumiu papel relevante na construção de interpretações críticas sobre o desenvolvimento nacional, sobretudo ao incorporar o território como categoria central de análise das relações sociais e econômicas. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa, fundamentada em obras clássicas dos autores estudados e em produções científicas recentes relacionadas ao pensamento social brasileiro e à Geografia crítica. Os resultados evidenciam que os três intelectuais contribuíram significativamente para a compreensão de problemas estruturais do país, como fome, concentração fundiária, subdesenvolvimento, urbanização desigual e exclusão territorial. Conclui-se que suas obras permanecem atuais diante dos desafios contemporâneos do Brasil, oferecendo importantes instrumentos teóricos para a análise crítica da sociedade brasileira e para a reflexão sobre alternativas de desenvolvimento socialmente mais justo e territorialmente equilibrado.

Palavras-chave: Pensamento social brasileiro. Geografia crítica. Josué de Castro. Milton Santos. Manuel Correia de Andrade.

ABSTRACT: This article analyzes the contributions of Josué de Castro, Milton Santos and Manuel Correia de Andrade to Brazilian Social Thought, emphasizing their interpretations of the social, economic and territorial inequalities that characterize Brazil's historical formation. The study is based on the understanding that Geography has played an important role in constructing critical interpretations of national development, especially by incorporating territory as a central category for analyzing social and economic relations. Methodologically, this is a qualitative bibliographic research based on classic works by the analyzed authors and recent scientific studies related to Brazilian social thought and critical Geography. The results show that these intellectuals significantly contributed to understanding structural problems in Brazil, such as hunger, land concentration, underdevelopment, unequal urbanization and territorial exclusion. It is concluded that their works remain relevant in the face of contemporary Brazilian challenges, providing important theoretical tools for the critical analysis of Brazilian society and for reflections on socially fairer and territorially balanced development alternatives.

Keywords: Brazilian social thought. Critical geography. Josué de Castro. Milton Santos. Manuel Correia de Andrade.

INTRODUÇÃO

O pensamento social brasileiro constitui um dos mais relevantes campos de interpretação da realidade nacional, reunindo diferentes perspectivas teóricas e metodológicas voltadas à compreensão das estruturas históricas, econômicas, políticas, culturais e territoriais que moldaram a formação do Brasil. Desde o final do século XIX e, sobretudo, ao longo do século XX, diversos intelectuais buscaram interpretar as singularidades da sociedade brasileira, investigando os fatores responsáveis pelas desigualdades sociais, pela concentração fundiária, pelas assimetrias regionais e pelos entraves ao desenvolvimento nacional. Nesse contexto, destacam-se autores provenientes de diferentes áreas do conhecimento, como a Sociologia, a História, a Economia e a Geografia, os quais contribuíram significativamente para a construção de um amplo repertório analítico acerca da formação social brasileira.

Entre esses campos do saber, a Geografia assumiu papel fundamental ao incorporar o território como categoria central de análise das relações sociais, econômicas e políticas. Mais do que uma ciência descritiva do espaço físico, a Geografia brasileira consolidou-se como instrumento crítico de interpretação da sociedade, especialmente a partir das contribuições de intelectuais comprometidos com a compreensão das desigualdades estruturais do país. Nesse sentido, os geógrafos Josué de Castro, Milton Santos e Manuel Correia de Andrade figuram entre os mais importantes intérpretes do Brasil, tendo produzido análises fundamentais sobre fome, subdesenvolvimento, território, urbanização, regionalização e dependência econômica.

As contribuições desses autores ultrapassaram os limites tradicionais da Geografia, dialogando diretamente com o pensamento social brasileiro e com os debates acerca do desenvolvimento nacional. Em suas obras, o espaço geográfico deixa de ser compreendido apenas como suporte físico e passa a ser entendido como produto das relações históricas e sociais estabelecidas pelo capitalismo periférico brasileiro. Dessa forma, suas interpretações evidenciam que os problemas sociais do Brasil não decorrem de fatores naturais ou inevitáveis, mas resultam de processos históricos marcados pela concentração de riqueza, pela exploração econômica e pela exclusão territorial.

No caso de Josué de Castro, sua produção intelectual representou um marco na denúncia da fome enquanto problema estrutural e político. Ao romper com interpretações naturalistas que associavam a fome às condições climáticas ou ambientais, o autor demonstrou que a insegurança alimentar estava diretamente relacionada à concentração fundiária, à pobreza e à lógica excludente do desenvolvimento econômico. Obras como *Geografia da Fome* e *Geopolítica da Fome* transformaram o debate internacional sobre alimentação e subdesenvolvimento, conferindo centralidade às questões sociais e regionais na interpretação do Brasil.

Por sua vez, Milton Santos promoveu uma profunda renovação epistemológica da Geografia crítica, desenvolvendo reflexões sobre globalização, técnica, urbanização e produção do espaço. Suas análises destacaram os impactos do capitalismo global sobre os países periféricos, especialmente no que se refere à ampliação das desigualdades sociais e territoriais. Ao formular conceitos como “meio técnico-científico-informacional” e “território usado”, o autor contribuiu para compreender as dinâmicas contemporâneas da sociedade brasileira em

um contexto de mundialização econômica e intensificação das relações de dependência. Sua obra consolidou-se como referência indispensável para os estudos sobre território, cidadania e exclusão social.

De modo complementar, Manuel Correia de Andrade dedicou-se à análise da formação territorial e econômica do Brasil, com especial atenção à região Nordeste. Seus estudos sobre estrutura agrária, latifúndio, desenvolvimento regional e ocupação do território brasileiro permitiram compreender as raízes históricas das desigualdades regionais e dos processos de concentração econômica. Ao articular Geografia, História e Economia, o autor construiu interpretações relevantes acerca das relações entre espaço, poder e desenvolvimento, contribuindo significativamente para os debates sobre planejamento regional e políticas públicas.

No que se refere à metodologia, trata-se de uma pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa, fundamentada em obras clássicas dos autores estudados, bem como em artigos científicos, livros e estudos contemporâneos relacionados ao pensamento social brasileiro e à Geografia crítica. A investigação adota uma perspectiva analítico-interpretativa, considerando os contextos históricos de produção intelectual e os principais conceitos desenvolvidos pelos autores.

Diante disso, este artigo tem como objetivo analisar as contribuições de Josué de Castro, Milton Santos e Manuel Correia de Andrade para o pensamento social brasileiro, enfatizando de que maneira suas interpretações possibilitaram compreender as desigualdades sociais, econômicas e territoriais que caracterizam a formação histórica do Brasil. Busca-se evidenciar como esses autores transformaram a Geografia em instrumento crítico de análise social, ampliando sua relevância no interior das ciências humanas brasileiras.

O PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO COMO CAMPO DE INTERPRETAÇÃO DO BRASIL

O pensamento social brasileiro constitui um amplo campo de produção intelectual voltado à interpretação da formação histórica, política, econômica, cultural e territorial do Brasil. Mais do que um conjunto de teorias isoladas, esse campo representa um esforço sistemático de compreensão das especificidades da sociedade brasileira, especialmente no que se refere às permanências coloniais, às desigualdades estruturais, à formação do Estado nacional e às contradições do desenvolvimento capitalista periférico. Ao longo do século XX, diferentes intelectuais buscaram explicar os fundamentos da realidade brasileira a partir de múltiplas perspectivas disciplinares, consolidando uma tradição interpretativa marcada pelo diálogo entre História, Sociologia, Economia, Ciência Política, Antropologia e Geografia.

A consolidação do pensamento social brasileiro esteve diretamente relacionada ao processo de modernização do país e às transformações ocorridas após a crise do modelo agrário-exportador no início do século XX. A intensificação da urbanização, da industrialização e da reorganização das relações de poder exigiu novas interpretações sobre os entraves históricos que dificultavam a construção de um projeto nacional de desenvolvimento. Nesse contexto, emergiram análises preocupadas em compreender as origens da desigualdade social, da dependência econômica e das assimetrias regionais, elementos que passaram a ocu-

par posição central nas interpretações sobre o Brasil (Botelho; Schwarcz, 2011).

Entre os principais intérpretes do Brasil destacam-se autores como Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Júnior, Darcy Ribeiro e Celso Furtado, cujas obras contribuíram decisivamente para a compreensão da formação nacional. Em *Casa-Grande & Senzala*, Gilberto Freyre enfatizou o papel da miscigenação e das relações patriarcais na constituição da sociedade brasileira, propondo uma interpretação cultural da formação nacional (Freyre, 2003). Embora posteriormente criticada por relativizar as violências da escravidão, sua obra exerceu profunda influência sobre os estudos da identidade nacional.

Por outro lado, Sérgio Buarque de Holanda, em *Raízes do Brasil*, destacou as heranças ibéricas presentes na formação política e institucional brasileira, especialmente a predominância do personalismo e do patrimonialismo nas relações sociais e administrativas. O conceito de “homem cordial” tornou-se uma das categorias mais emblemáticas do pensamento social brasileiro ao evidenciar a predominância das relações pessoais sobre a racionalidade burocrática moderna (Holanda, 1995).

Caio Prado Júnior, por sua vez, introduziu uma perspectiva materialista e histórica na interpretação do Brasil ao analisar a colonização como empreendimento voltado à exploração econômica externa. Em *Formação do Brasil Contemporâneo*, o autor argumenta que a lógica colonial estruturou uma economia dependente e subordinada aos interesses do capitalismo internacional, contribuindo para a permanência das desigualdades sociais e regionais (Prado Júnior, 2011). Sua interpretação influenciou significativamente os estudos posteriores sobre dependência econômica e formação social latino-americana.

Na mesma direção, Celso Furtado desenvolveu importantes reflexões acerca do subdesenvolvimento e das limitações estruturais do capitalismo periférico. Para o autor, o subdesenvolvimento não deveria ser compreendido como uma etapa transitória do progresso econômico, mas como resultado histórico da inserção subordinada das economias latino-americanas no sistema capitalista internacional (Furtado, 2007). Suas análises contribuíram para fortalecer o debate sobre desenvolvimento regional, industrialização e planejamento estatal no Brasil.

Já Darcy Ribeiro interpretou a formação do povo brasileiro a partir da interação entre indígenas, africanos e europeus, enfatizando os processos históricos de violência, resistência e miscigenação cultural. Sua obra procurou compreender as singularidades da identidade nacional brasileira e os impactos da colonização sobre as populações subalternizadas (Ribeiro, 2006). Essas interpretações demonstram que o pensamento social brasileiro se consolidou como um campo profundamente preocupado com os dilemas da formação nacional e com os obstáculos à construção de uma sociedade menos desigual.

Nesse cenário, a Geografia passou gradativamente a desempenhar papel central nas interpretações do Brasil, especialmente ao incorporar o território e o espaço como categorias fundamentais para a análise das relações sociais. Inicialmente influenciada por perspectivas descritivas e positivistas, a Geografia brasileira sofreu importantes transformações ao longo do século XX, aproximando-se das discussões críticas sobre desenvolvimento, desigualdade e dependência econômica. A partir da segunda metade do século XX, a chamada Geografia crítica passou a interpretar o espaço geográfico como produto histórico das relações sociais de produção, rompendo com visões naturalizantes e deterministas

da realidade territorial (Moraes, 2005).

Nesse contexto, as contribuições de Josué de Castro, Milton Santos e Manuel Correia de Andrade foram decisivas para ampliar a inserção da Geografia no interior do pensamento social brasileiro. Esses autores compreenderam o território como expressão das contradições sociais e econômicas produzidas pelo capitalismo periférico, enfatizando as relações entre espaço, poder e desigualdade.

Josué de Castro destacou-se por analisar a fome enquanto fenômeno social e político, recusando interpretações biologizantes ou climáticas sobre a pobreza alimentar. Em suas obras, a fome aparece como resultado da concentração fundiária, da exclusão social e da lógica econômica excludente do capitalismo dependente (Castro, 1965). Ao regionalizar a fome no território brasileiro, o autor evidenciou as profundas disparidades econômicas existentes entre as diferentes regiões do país, especialmente no Nordeste.

Milton Santos, por sua vez, desenvolveu uma interpretação crítica sobre os impactos da globalização e da modernização tecnológica nas sociedades periféricas. Para o autor, a mundialização da economia intensificou processos de fragmentação espacial, exclusão social e concentração de renda, aprofundando as desigualdades territoriais já existentes (Santos, 2000). Sua análise sobre o “meio técnico-científico-informacional” demonstrou como as inovações tecnológicas passaram a reorganizar o território de forma seletiva, privilegiando determinados grupos econômicos e regiões em detrimento de outros espaços marginalizados.

Manuel Correia de Andrade concentrou seus estudos na formação territorial brasileira e na questão regional nordestina. Suas análises sobre latifúndio, estrutura agrária e ocupação econômica do território contribuíram para compreender os mecanismos históricos de concentração fundiária e desigualdade regional presentes no Brasil (Andrade, 2004). Ao relacionar Geografia, História e Economia, o autor evidenciou como os processos de desenvolvimento nacional foram marcados por profundas assimetrias territoriais.

A centralidade do território nas interpretações desses autores demonstra a importância da Geografia para a consolidação do pensamento social brasileiro. O espaço geográfico deixa de ser compreendido apenas como cenário físico e passa a ser interpretado como dimensão constitutiva das relações sociais e econômicas. Nesse sentido, o território expressa disputas de poder, processos de exclusão e mecanismos de reprodução das desigualdades sociais. Conforme argumenta Moraes (2005), a Geografia crítica brasileira contribuiu para inserir a dimensão espacial no debate sobre formação nacional, ampliando as possibilidades analíticas das ciências humanas no Brasil.

Além disso, as interpretações produzidas no âmbito do pensamento social brasileiro dialogaram intensamente com as teorias latino-americanas da dependência e do subdesenvolvimento. Intelectuais como Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto argumentaram que as economias periféricas estavam estruturalmente subordinadas aos centros capitalistas globais, o que limitava suas possibilidades de desenvolvimento autônomo (Cardoso; Faletto, 1979). Essas interpretações influenciaram diretamente os estudos geográficos sobre regionalização das desigualdades e organização do território brasileiro.

Nas últimas décadas, o pensamento social brasileiro passou também a incorporar novas agendas de pesquisa relacionadas às questões raciais, ambientais, urbanas e de gênero. Estudos recentes têm ampliado as interpretações

clássicas ao considerar as múltiplas formas de exclusão presentes na sociedade contemporânea, dialogando com perspectivas pós-coloniais, decoloniais e interseccionais (Schwarcz; Starling, 2015). Ainda assim, as análises produzidas pelos intérpretes clássicos do Brasil permanecem fundamentais para compreender as permanências estruturais das desigualdades sociais e territoriais brasileiras.

JOSUÉ DE CASTRO E A GEOGRAFIA DA FOME

A trajetória intelectual de Josué de Castro ocupa posição central no pensamento social brasileiro do século XX, especialmente por sua contribuição pioneira à compreensão da fome enquanto fenômeno social, econômico e político. Em um período histórico marcado pela predominância de interpretações biologizantes e naturalistas acerca da miséria e do subdesenvolvimento, o autor promoveu uma ruptura epistemológica ao demonstrar que a fome não constituía resultado inevitável das condições climáticas ou geográficas, mas sim expressão concreta das desigualdades produzidas historicamente pelas estruturas econômicas e sociais. Suas análises permitiram compreender que a pobreza alimentar estava diretamente relacionada à concentração fundiária, à exploração do trabalho, à dependência econômica e à ausência de políticas públicas voltadas à justiça social.

Nascido em Recife, em 1908, Josué de Castro desenvolveu sua formação intelectual em estreita relação com a realidade social nordestina, especialmente com os problemas ligados à seca, à fome e às desigualdades regionais. Médico de formação, o autor ampliou progressivamente seus estudos para áreas como Geografia, Sociologia, Economia e Política, construindo uma abordagem interdisciplinar voltada à interpretação das contradições estruturais da sociedade brasileira. Sua experiência profissional em comunidades pobres do Recife exerceu profunda influência sobre sua produção científica, possibilitando-lhe observar empiricamente os efeitos da insegurança alimentar sobre a população trabalhadora. Segundo Castro (1961), a fome deveria ser compreendida não apenas como ausência de alimentos, mas como fenômeno social complexo capaz de comprometer o desenvolvimento físico, intelectual e econômico dos indivíduos e das nações.

Nesse contexto, a publicação da obra *Geografia da Fome*, em 1946, representou um marco decisivo para os estudos sociais brasileiros e internacionais. O livro rompeu com a tradição determinista presente em parte da Geografia clássica e inaugurou uma perspectiva crítica fundamentada na análise das relações entre espaço, produção econômica e desigualdade social. Para o autor, o problema alimentar brasileiro não poderia ser explicado pela escassez natural de recursos, mas pela forma desigual de organização da economia agrária e pela concentração da propriedade da terra. Castro (1961) argumentava que o Brasil possuía condições naturais favoráveis à produção de alimentos, porém apresentava um modelo econômico voltado prioritariamente à exportação de produtos agrícolas destinados ao mercado externo, negligenciando as necessidades alimentares da população.

A originalidade de sua abordagem residia justamente na associação entre território e estrutura socioeconômica. Ao regionalizar a fome no Brasil, Josué de Castro demonstrou que as diferentes formas de subalimentação existentes no país estavam diretamente relacionadas aos processos históricos de ocupa-

ção territorial e às dinâmicas econômicas regionais. Em suas análises, identificou áreas de fome endêmica e áreas de fome epidêmica, distinguindo regiões onde a subalimentação era permanente daquelas em que a fome se agravava em períodos de crise climática ou econômica. O Nordeste açucareiro, por exemplo, foi descrito como uma região marcada por intensa concentração fundiária e monocultura voltada à exportação, fatores que produziam graves limitações ao abastecimento alimentar interno (Castro, 1961).

Ao analisar a formação histórica do Nordeste, o autor evidenciou como o modelo colonial baseado no latifúndio monocultor contribuiu para a perpetuação das desigualdades sociais e regionais. A produção de açúcar voltada ao mercado externo gerou uma estrutura agrária concentradora, responsável pela exclusão econômica das populações camponesas e pela fragilidade alimentar da região. Conforme destaca Andrade (2005), a interpretação de Josué de Castro aproximava-se das análises estruturalistas posteriores ao enfatizar que o subdesenvolvimento brasileiro não representava estágio transitório do capitalismo, mas condição historicamente produzida pela inserção dependente do país na economia internacional.

Além da dimensão econômica, Josué de Castro também criticou fortemente as teorias raciais e deterministas difundidas durante as primeiras décadas do século XX. Em oposição às interpretações que atribuíam a pobreza nordestina a fatores biológicos ou climáticos, o autor sustentava que a fome era consequência direta da exclusão social e da má distribuição da riqueza. Para ele, o subdesenvolvimento não decorria da incapacidade natural dos povos tropicais, mas das formas históricas de exploração econômica impostas pelas elites nacionais e pelo capitalismo internacional. Tal posicionamento conferiu caráter profundamente humanista e político à sua obra, aproximando-a das perspectivas críticas do pensamento social latino-americano (Vasconcelos, 2008).

A obra *Geopolítica da Fome*, publicada em 1951, ampliou ainda mais o alcance de suas reflexões ao inserir o debate alimentar em escala internacional. Nesse trabalho, Josué de Castro analisou as relações entre fome, colonialismo e dependência econômica, argumentando que a pobreza alimentar dos países periféricos estava associada às desigualdades estruturais do sistema capitalista mundial. Segundo o autor, o desenvolvimento industrial das nações centrais foi historicamente sustentado pela exploração econômica das regiões periféricas, responsáveis pelo fornecimento de matérias-primas e produtos agrícolas a baixos custos. Dessa forma, a fome deixava de ser interpretada como problema local ou regional e passava a ser compreendida como fenômeno geopolítico global (Castro, 1965).

As contribuições de Josué de Castro exerceram significativa influência sobre organismos internacionais voltados à segurança alimentar e ao desenvolvimento humano. Sua atuação na Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) consolidou sua projeção internacional e fortaleceu o reconhecimento da fome enquanto problema político e estrutural. Ao defender políticas públicas de combate à desigualdade social e de democratização do acesso à terra, o autor antecipou debates que posteriormente seriam aprofundados pelas teorias do desenvolvimento e da dependência econômica na América Latina.

Do ponto de vista metodológico, a produção intelectual de Josué de Castro destacou-se pela articulação entre observação empírica, análise estatística e

interpretação socioeconômica. Suas pesquisas combinaram estudos de campo, levantamento de indicadores nutricionais e análises históricas da organização territorial brasileira. Essa abordagem interdisciplinar permitiu-lhe construir uma interpretação abrangente das relações entre fome, território e estrutura econômica, contribuindo decisivamente para a consolidação de uma Geografia social crítica no Brasil. Conforme observa Oliveira (2014), o autor foi um dos primeiros intelectuais brasileiros a compreender o espaço geográfico como produto das relações de poder e das desigualdades econômicas.

Outro aspecto relevante de sua obra refere-se à crítica ao modelo de modernização excludente adotado pelo Estado brasileiro ao longo do século XX. Embora o país apresentasse crescimento econômico significativo em determinados períodos, Josué de Castro demonstrava que o desenvolvimento nacional permanecia incapaz de garantir condições mínimas de alimentação e dignidade para grande parcela da população. Em sua perspectiva, o crescimento econômico dissociado da justiça social produzia aprofundamento das desigualdades e manutenção da pobreza estrutural. Essa interpretação revelou-se particularmente importante para os debates posteriores sobre desenvolvimento regional e políticas sociais no Brasil (Maluf, 2007).

A atualidade das reflexões de Josué de Castro torna-se ainda mais evidente diante da permanência da insegurança alimentar no cenário contemporâneo. Apesar dos avanços tecnológicos e do crescimento da produção agrícola brasileira, milhões de pessoas continuam submetidas a condições de fome e subalimentação. Relatórios recentes da Organização das Nações Unidas indicam o retorno do Brasil ao mapa da fome em decorrência do aumento da pobreza, da precarização do trabalho e da ampliação das desigualdades sociais (FAO, 2023). Tal realidade confirma a permanência das contradições denunciadas pelo autor ao longo do século XX.

Nesse sentido, estudiosos contemporâneos têm retomado a obra de Josué de Castro como referência fundamental para a compreensão das crises alimentares atuais. Conforme argumenta Vasconcelos (2008), suas interpretações permanecem relevantes por evidenciarem que a fome não pode ser explicada exclusivamente pela insuficiência produtiva, mas pela forma desigual de distribuição da riqueza e dos recursos alimentares. Da mesma maneira, autores ligados aos estudos críticos da alimentação destacam que a concentração fundiária, a financeirização da agricultura e o avanço do agronegócio exportador continuam reproduzindo mecanismos históricos de exclusão social e insegurança alimentar no Brasil (Silva, 2020).

Além de sua importância acadêmica, a trajetória de Josué de Castro também se destaca por seu compromisso político e humanitário. Perseguido durante o regime militar instaurado em 1964, o autor teve seus direitos políticos cassados e passou a viver no exílio, falecendo em Paris em 1973. Sua produção intelectual, entretanto, permaneceu como referência central para os estudos sobre fome, desigualdade e desenvolvimento humano, sendo amplamente reconhecida tanto no Brasil quanto internacionalmente.

MILTON SANTOS E A CRÍTICA À GLOBALIZAÇÃO E À PRODUÇÃO DO ESPAÇO

A obra de Milton Santos ocupa posição central no pensamento social brasileiro contemporâneo, especialmente por sua capacidade de articular as transformações do capitalismo global às dinâmicas territoriais, econômicas e sociais dos países periféricos. Considerado um dos mais importantes geógrafos do século XX, Milton Santos construiu uma interpretação crítica da globalização e da produção do espaço, demonstrando que o território não pode ser compreendido apenas como uma dimensão física ou administrativa, mas como resultado histórico das relações de poder, das técnicas, do capital e das desigualdades sociais. Sua produção intelectual transcendeu os limites disciplinares da Geografia, dialogando profundamente com a Sociologia, a Economia Política, a Filosofia e o pensamento social latino-americano.

A trajetória intelectual de Milton Santos foi marcada pelo compromisso com a análise crítica da realidade brasileira e mundial. Formado em Direito, mas profundamente vinculado à Geografia, o autor desenvolveu estudos sobre urbanização, desenvolvimento regional, economia urbana e organização do espaço, tornando-se referência internacional na Geografia crítica. O exílio político durante a ditadura militar brasileira ampliou suas experiências acadêmicas em diferentes países, sobretudo na França e em nações africanas, possibilitando o aprofundamento de sua reflexão acerca das relações entre centro e periferia no capitalismo mundial (Silva, 2021).

A partir da década de 1970, Milton Santos passou a desenvolver uma crítica sistemática ao modelo de globalização dominante, especialmente no contexto da expansão neoliberal e da intensificação das tecnologias de informação e comunicação. Em sua perspectiva, a globalização não poderia ser compreendida apenas como um processo econômico de integração dos mercados, mas como uma reorganização planetária das relações de produção, consumo e circulação, conduzida pelos interesses do capital financeiro internacional. Nesse sentido, o autor argumenta que a globalização contemporânea promove a concentração de riqueza e de poder em escala mundial, aprofundando as desigualdades sociais e territoriais, sobretudo nos países periféricos (Santos, 2000).

Uma das principais contribuições teóricas de Milton Santos reside na formulação do conceito de “meio técnico-científico-informacional”, desenvolvido especialmente na obra *A Natureza do Espaço*. Segundo o autor, as transformações tecnológicas ocorridas a partir da segunda metade do século XX produziram uma nova configuração espacial caracterizada pela integração entre ciência, técnica e informação. O espaço geográfico passou a ser estruturado por redes técnicas globais, capazes de acelerar os fluxos econômicos e de ampliar a capacidade de controle do capital sobre os territórios (Santos, 2014).

Essa nova configuração espacial, entretanto, não se distribui de maneira homogênea. Para Milton Santos, o acesso às tecnologias, às infraestruturas e aos fluxos informacionais ocorre de forma profundamente desigual, beneficiando determinados grupos sociais e regiões em detrimento de outros. Assim, a globalização produz simultaneamente integração e exclusão, modernização e marginalização. As regiões periféricas permanecem subordinadas aos centros econômicos mundiais, reproduzindo estruturas históricas de dependência e desigualdade (Oliveira; Costa, 2022).

Ao analisar a globalização, Milton Santos desenvolveu a noção de “globalização perversa”, expressão utilizada para denunciar os efeitos sociais negativos do capitalismo globalizado. Em sua interpretação, a lógica neoliberal transforma o território em instrumento de valorização do capital, subordinando as necessidades humanas às exigências do mercado. O resultado desse processo é o aumento da pobreza, da precarização do trabalho, da segregação urbana e da exclusão territorial. A competitividade imposta pelo mercado global intensifica a fragmentação social e reduz a capacidade dos Estados nacionais de promover políticas públicas voltadas ao bem-estar coletivo (Santos, 2000).

Nesse contexto, a urbanização assume papel central em sua análise. Milton Santos compreende a cidade como espaço privilegiado de manifestação das contradições do capitalismo contemporâneo. O crescimento urbano acelerado nos países periféricos ocorreu de forma desigual e excludente, produzindo profundas disparidades socioespaciais. As grandes metrópoles brasileiras passaram a concentrar simultaneamente riqueza, infraestrutura e pobreza extrema, revelando a incapacidade do modelo econômico de garantir inclusão social e direito à cidade (Carlos, 2018).

A produção do espaço urbano, segundo o autor, está diretamente vinculada aos interesses econômicos dominantes. O capital seleciona áreas estratégicas para investimentos, infraestrutura e modernização, enquanto amplos setores da população permanecem marginalizados e excluídos dos benefícios do desenvolvimento. Dessa maneira, o espaço urbano torna-se expressão concreta das relações de poder e das desigualdades estruturais do capitalismo periférico (Harvey, 2014).

Outro conceito fundamental desenvolvido por Milton Santos é o de “território usado”. Diferentemente das concepções tradicionais que compreendiam o território apenas como delimitação política ou administrativa, o autor propõe entendê-lo como espaço vivido, apropriado e transformado pelas práticas sociais. O território usado corresponde ao conjunto de objetos e ações que configuram a vida social em determinado espaço, envolvendo relações econômicas, culturais, políticas e simbólicas (Santos; Silveira, 2001).

A noção de território usado permite compreender que os espaços não são neutros, mas resultado de disputas entre diferentes agentes sociais. Empresas transnacionais, Estados, grupos econômicos e populações locais atuam simultaneamente na produção do território, frequentemente em condições desiguais de poder. Nos países periféricos, o território é frequentemente apropriado pelas lógicas globais do capital, que priorizam interesses econômicos externos em detrimento das necessidades sociais locais (Souza, 2019).

Milton Santos também elaborou importantes reflexões sobre cidadania e exclusão social. Para o autor, a globalização neoliberal compromete o exercício pleno da cidadania ao restringir o acesso da população aos direitos sociais fundamentais. A lógica do mercado transforma indivíduos em consumidores, reduzindo a dimensão política da vida social e enfraquecendo os mecanismos de participação democrática. Assim, milhões de pessoas passam a ocupar posições marginais no sistema econômico, vivenciando situações de precariedade habitacional, desemprego e exclusão territorial (Santos, 2007).

Nesse sentido, o autor critica fortemente a ideia de que a globalização representa inevitavelmente progresso e modernização para todos. Embora os avan-

ços tecnológicos tenham ampliado a capacidade produtiva e comunicacional da humanidade, seus benefícios permanecem concentrados em determinados grupos sociais e regiões do planeta. A modernização promovida pelo capitalismo global não elimina as desigualdades históricas; ao contrário, frequentemente as aprofunda (Ribeiro, 2020).

Apesar de sua crítica contundente ao modelo hegemônico de globalização, Milton Santos não adota uma perspectiva pessimista absoluta. Em *Por uma Outra Globalização*, o autor defende a possibilidade de construção de formas alternativas de organização social e econômica, fundamentadas na solidariedade, na cidadania e na valorização das necessidades humanas. Para ele, a própria globalização cria condições para o surgimento de novas formas de consciência política e resistência social, especialmente a partir das populações marginalizadas (Santos, 2000).

Essa perspectiva aproxima sua obra das discussões contemporâneas sobre justiça espacial, direito à cidade e desenvolvimento territorial sustentável. Diversos estudos recentes reconhecem a atualidade do pensamento de Milton Santos diante do avanço das desigualdades urbanas, da financeirização da economia e da expansão das plataformas digitais globais (Moraes, 2023). Suas reflexões permanecem fundamentais para compreender os impactos territoriais da globalização neoliberal, sobretudo em países marcados pela dependência econômica e pela desigualdade social, como o Brasil.

Além disso, a produção intelectual de Milton Santos contribuiu significativamente para a renovação epistemológica da Geografia brasileira. O autor rompeu com perspectivas meramente descritivas e positivistas, defendendo uma Geografia comprometida com a análise crítica da realidade social. Para ele, o espaço geográfico deve ser compreendido como totalidade dinâmica, produzida historicamente pelas relações entre técnica, economia, política e cultura (Santos, 2014).

Sua influência ultrapassou o campo acadêmico, alcançando debates políticos, sociais e educacionais. As categorias analíticas desenvolvidas por Milton Santos continuam sendo amplamente utilizadas em pesquisas sobre urbanização, planejamento territorial, mobilidade, exclusão social, desenvolvimento regional e globalização. Sua obra tornou-se referência indispensável para a compreensão das transformações contemporâneas do espaço geográfico e das contradições do capitalismo global. No âmbito do pensamento social brasileiro, Moraes (2023) argumenta que Milton Santos consolidou-se como um dos principais intérpretes das desigualdades territoriais do país. Suas análises demonstram que os problemas sociais brasileiros não podem ser dissociados da organização espacial do território e das relações de dependência inseridas na economia mundial.

MANUEL CORREIA DE ANDRADE E A QUESTÃO REGIONAL BRASILEIRA

A formação do pensamento social brasileiro esteve profundamente associada às tentativas de interpretação das desigualdades econômicas, sociais e territoriais que caracterizaram o processo histórico de constituição do Brasil. Nesse contexto, a Geografia assumiu papel central ao investigar as relações entre espaço, poder, economia e sociedade, especialmente no que se refere às disparidades regionais e aos processos de desenvolvimento desigual. Entre os principais

intelectuais que contribuíram para essa perspectiva crítica destaca-se Manuel Correia de Andrade, cuja obra se consolidou como uma das mais relevantes interpretações acerca da formação territorial brasileira, da questão agrária e da problemática regional nordestina.

A produção intelectual de Manuel Correia de Andrade insere-se em um momento histórico marcado pela intensificação dos debates sobre desenvolvimento nacional, industrialização e superação do subdesenvolvimento. Ao longo do século XX, sobretudo após a década de 1950, o Brasil vivenciou profundas transformações econômicas e espaciais decorrentes da urbanização acelerada, da expansão industrial e das políticas de integração territorial. Contudo, tais mudanças ocorreram de forma desigual, ampliando os contrastes regionais e reforçando a concentração de renda e de poder em determinadas áreas do país. Foi nesse cenário que Andrade desenvolveu suas análises, direcionando especial atenção à região Nordeste, compreendida por ele como expressão histórica das contradições do capitalismo periférico brasileiro.

A preocupação com a questão regional constituiu um dos eixos centrais de sua obra. Diferentemente das interpretações que atribuíam o atraso nordestino exclusivamente às condições naturais adversas, como as secas e o clima semiárido, Manuel Correia de Andrade demonstrou que as desigualdades regionais possuíam raízes históricas, econômicas e políticas profundamente relacionadas à estrutura fundiária concentradora e às formas de exploração implantadas desde o período colonial. Nesse sentido, o autor aproximou-se de interpretações críticas desenvolvidas por intelectuais como Caio Prado Júnior e Celso Furtado, os quais defendiam que o subdesenvolvimento brasileiro era resultado de um processo histórico de dependência econômica e de inserção subordinada do país no capitalismo internacional (Prado Júnior, 2011; Furtado, 2007).

Uma das principais contribuições de Manuel Correia de Andrade encontra-se na análise da formação agrária nordestina. Em sua obra clássica *A terra e o homem no Nordeste*, publicada originalmente em 1963, o autor investigou a constituição histórica da economia regional a partir da expansão da monocultura açucareira e do sistema latifundiário. Segundo Andrade (2005), a ocupação colonial do Nordeste esteve baseada na grande propriedade rural, na monocultura voltada à exportação e na exploração intensiva da mão de obra escravizada, elementos que produziram profundas desigualdades sociais e espaciais persistentes ao longo da história brasileira.

O latifúndio, nesse contexto, constituiu um mecanismo histórico de reprodução das desigualdades e de manutenção do poder político das elites agrárias. Para Andrade (2005), a permanência dessa estrutura representava um dos principais entraves à modernização econômica e à democratização social do país. Essa perspectiva crítica aproximou Manuel Correia de Andrade das discussões sobre reforma agrária e desenvolvimento regional que ganharam força nas décadas de 1950 e 1960. O autor compreendia que a superação das desigualdades nordestinas exigia mudanças estruturais na organização fundiária e nas políticas econômicas nacionais. Nesse sentido, sua obra dialogou intensamente com os debates promovidos pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), criada em 1959 sob liderança de Celso Furtado, cuja proposta buscava enfrentar o subdesenvolvimento regional por meio do planejamento estatal e da industrialização (Oliveira, 2008).

Além da questão agrária, Manuel Correia de Andrade dedicou-se à análise da formação territorial brasileira, investigando os processos históricos de ocupação e organização do espaço nacional. Em suas interpretações, o território brasileiro foi concebido como resultado das relações entre economia, poder político e dinâmica social, rejeitando explicações deterministas baseadas exclusivamente nos fatores naturais. Para o autor, o espaço geográfico deveria ser entendido como construção histórica vinculada às formas de produção e às estratégias de dominação territorial (Andrade, 1973).

Ao discutir a formação territorial do Brasil, Andrade destacou o papel desempenhado pelas atividades econômicas exportadoras na definição das regiões brasileiras. A expansão da cana-de-açúcar no Nordeste, da mineração em Minas Gerais e posteriormente da cafeicultura no Sudeste contribuiu para a constituição de estruturas regionais distintas, profundamente marcadas pela desigualdade econômica e pela concentração do poder político. Tal interpretação aproxima-se da concepção de formação econômica desenvolvida por Caio Prado Júnior (2011), segundo a qual a economia colonial brasileira organizou-se prioritariamente em função dos interesses externos do capitalismo europeu.

Outro aspecto relevante da obra de Manuel Correia de Andrade refere-se à crítica ao processo de modernização conservadora ocorrido no campo brasileiro ao longo do século XX. O autor observou que a modernização agrícola implementada a partir das décadas de 1960 e 1970 promoveu aumento da produtividade e expansão do agronegócio, porém sem alterar significativamente a estrutura concentradora da propriedade da terra. Pelo contrário, esse processo intensificou a exclusão social, provocando expulsão de trabalhadores rurais, êxodo rural e crescimento desordenado das cidades (Andrade, 1986).

Nesse contexto, Andrade analisou as relações entre desenvolvimento econômico e desigualdade territorial, argumentando que o crescimento econômico brasileiro ocorreu de maneira seletiva e concentrada. Enquanto determinadas regiões receberam investimentos industriais e infraestrutura moderna, outras permaneceram subordinadas a atividades econômicas pouco dinâmicas e marcadas pela precarização social. Tal fenômeno reforçou a dependência econômica do Nordeste em relação ao Centro-Sul do país, aprofundando os desequilíbrios regionais históricos (Cano, 2007).

A abordagem regional de Manuel Correia de Andrade também contribuiu significativamente para o fortalecimento da Geografia crítica brasileira. Suas análises romperam com concepções meramente descritivas do espaço geográfico, enfatizando as relações de poder e os conflitos sociais presentes na organização territorial. Para Andrade, a região não deveria ser entendida apenas como recorte natural ou administrativo, mas como expressão das relações econômicas e políticas historicamente construídas (Andrade, 1987).

Essa interpretação aproximou sua produção intelectual das transformações epistemológicas que marcaram a Geografia brasileira a partir da década de 1970, especialmente sob influência do materialismo histórico e das críticas ao positivismo tradicional. Embora possuísse trajetória intelectual própria, Manuel Correia de Andrade compartilhou com autores como Milton Santos a preocupação em compreender o espaço como dimensão fundamental das relações sociais e das desigualdades produzidas pelo capitalismo periférico (Santos, 2008).

Outro elemento central de sua obra refere-se à valorização do Nordeste en-

quanto espaço complexo e diverso. Diferentemente das visões estereotipadas que reduziam a região à seca e à pobreza, Andrade procurou evidenciar a pluralidade econômica, cultural e ambiental nordestina. Ao analisar as diferentes sub-regiões do Nordeste, como Zona da Mata, Agreste e Sertão, o autor demonstrou que cada área possuía dinâmicas próprias de ocupação, produção e organização social, exigindo interpretações específicas e políticas públicas diferenciadas (Andrade, 2005).

Essa perspectiva foi fundamental para desconstruir concepções homogêneas sobre o Nordeste e ampliar a compreensão das particularidades regionais brasileiras. Além disso, contribuiu para fortalecer os estudos regionais no interior da Geografia e das Ciências Humanas, consolidando a importância da análise territorial para a formulação de políticas de desenvolvimento.

A atualidade do pensamento de Manuel Correia de Andrade torna-se evidente diante das persistentes desigualdades regionais existentes no Brasil contemporâneo. Apesar das transformações econômicas ocorridas nas últimas décadas, problemas como concentração fundiária, pobreza rural, insegurança alimentar e disparidades territoriais continuam presentes em diversas regiões do país. Dados recentes demonstram que o Nordeste ainda apresenta indicadores sociais inferiores à média nacional em áreas como renda, saneamento, educação e acesso à infraestrutura, evidenciando a permanência de problemas estruturais historicamente analisados pelo autor (IBGE, 2022).

Além disso, as discussões contemporâneas sobre sustentabilidade, conflitos territoriais e expansão do agronegócio reforçam a relevância de suas interpretações acerca da relação entre território, desenvolvimento e desigualdade social. A expansão das fronteiras agrícolas e os conflitos envolvendo comunidades tradicionais, povos indígenas e trabalhadores rurais revelam que a questão agrária permanece central para a compreensão da realidade brasileira (Fernandes, 2013).

APROXIMAÇÕES E DIFERENÇAS ENTRE JOSUÉ DE CASTRO, MILTON SANTOS E MANUEL CORREIA DE ANDRADE

A constituição do pensamento social brasileiro esteve historicamente associada à busca por interpretações capazes de explicar os fundamentos da formação econômica, política, social e territorial do Brasil. Nesse cenário, a Geografia desempenhou papel fundamental ao incorporar o espaço e o território como categorias centrais para a compreensão das desigualdades estruturais do país. Entre os intelectuais que mais contribuíram para essa perspectiva crítica destacam-se Josué de Castro, Milton Santos e Manuel Correia de Andrade, cujas obras ultrapassaram os limites tradicionais da Geografia e dialogaram diretamente com os principais debates do pensamento social brasileiro.

Embora pertencentes a contextos históricos distintos e vinculados a diferentes matrizes teóricas e metodológicas, esses autores compartilharam preocupações comuns relacionadas às desigualdades sociais, à questão regional, ao subdesenvolvimento e às contradições do capitalismo periférico brasileiro. Suas interpretações contribuíram para consolidar uma leitura crítica da realidade nacional, evidenciando que os problemas estruturais do Brasil derivam de processos históricos relacionados à concentração fundiária, à dependência econômica, à exploração social e à organização desigual do território. Ao mesmo tempo, suas

produções apresentam diferenças significativas quanto aos enfoques analíticos, às categorias conceituais e às escalas de interpretação adotadas em suas obras.

Uma das principais aproximações entre os três autores reside na compreensão de que o espaço geográfico não pode ser analisado de forma neutra ou meramente descritiva. Em suas interpretações, o território é entendido como produto das relações sociais e econômicas estabelecidas historicamente pela sociedade brasileira. Essa perspectiva rompe com a tradição positivista da Geografia clássica, que frequentemente privilegiava descrições naturais e regionais dissociadas das relações de poder e das estruturas econômicas. Em contrapartida, Josué de Castro, Milton Santos e Manuel Correia de Andrade passaram a compreender o espaço como expressão concreta das desigualdades sociais produzidas pelo capitalismo dependente brasileiro.

No caso de Josué de Castro, essa compreensão manifesta-se sobretudo em sua análise da fome enquanto fenômeno político, social e econômico. O autor rejeitou explicações naturalistas que atribuíam a fome às condições climáticas ou à escassez natural de recursos, argumentando que a miséria alimentar era resultado da estrutura agrária concentradora e da exclusão social produzida historicamente no país. Em *Geografia da Fome*, o autor demonstra que determinadas regiões brasileiras apresentavam níveis críticos de insegurança alimentar não em razão de limitações ambientais, mas devido à exploração econômica e à ausência de políticas públicas voltadas à justiça social (Castro, 1961).

Essa interpretação aproxima-se das análises de Manuel Correia de Andrade acerca da formação territorial brasileira e das desigualdades regionais. Assim como Josué de Castro, Andrade dedicou especial atenção à região Nordeste, investigando os impactos da concentração fundiária e do modelo agroexportador sobre a estrutura econômica regional. Em *A terra e o homem no Nordeste*, o autor evidencia que a permanência do latifúndio e das relações oligárquicas de poder contribuiu para a manutenção da pobreza e do subdesenvolvimento regional (Andrade, 1986). Ambos os autores compreenderam a questão agrária como elemento fundamental para a interpretação das desigualdades brasileiras, associando a concentração da terra às condições precárias de vida das populações rurais.

Milton Santos, por sua vez, compartilha dessa perspectiva crítica ao compreender o espaço como produto das relações capitalistas de produção. Contudo, sua análise desloca-se para uma abordagem mais ampla das transformações impostas pela globalização e pelo avanço técnico-científico. Em obras como *A natureza do espaço* e *Por uma outra globalização*, o autor argumenta que o território brasileiro passou a ser reorganizado segundo os interesses do capitalismo global, aprofundando desigualdades socioespaciais e marginalizando amplos segmentos da população (Santos, 2008). Dessa maneira, Milton Santos amplia a análise do subdesenvolvimento brasileiro para além das estruturas agrárias e regionais, inserindo-o no contexto das transformações globais do capitalismo contemporâneo.

Outra importante aproximação entre os três autores refere-se à crítica ao modelo de desenvolvimento econômico implementado no Brasil ao longo do século XX. Em suas obras, o crescimento econômico não é interpretado como sinônimo automático de desenvolvimento social. Ao contrário, os autores demonstram que o processo de modernização brasileira ocorreu de forma profun-

damente desigual, beneficiando determinados grupos econômicos e regiões em detrimento da maioria da população.

Josué de Castro evidenciou que o crescimento agrícola voltado à exportação coexistia com elevados índices de fome e desnutrição, revelando as contradições do modelo econômico brasileiro. Para o autor, a produção de alimentos estava subordinada aos interesses do mercado internacional, enquanto as necessidades alimentares da população permaneciam negligenciadas (Castro, 1965). Manuel Correia de Andrade também destacou os limites do desenvolvimento regional brasileiro, especialmente no Nordeste, apontando que a modernização agrícola frequentemente aprofundava desigualdades sociais e intensificava a concentração fundiária (Andrade, 2004).

Milton Santos amplia essa crítica ao demonstrar que a globalização neoliberal promoveu uma modernização seletiva do território brasileiro. Segundo o autor, os avanços técnicos e informacionais passaram a beneficiar prioritariamente os agentes hegemônicos do capital, enquanto grande parte da população permaneceu excluída do acesso pleno à cidadania e aos recursos urbanos (Santos, 2000). Nesse sentido, os três autores convergem ao denunciar os efeitos excludentes do capitalismo periférico brasileiro, embora o façam a partir de enfoques distintos.

As diferenças entre esses intelectuais tornam-se mais evidentes quando se analisam suas abordagens metodológicas e categorias analíticas. Josué de Castro desenvolveu uma perspectiva fortemente interdisciplinar, articulando Geografia, Medicina, Nutrição, Economia e Sociologia para compreender a fome enquanto fenômeno estrutural. Seu trabalho possui forte dimensão humanista e preocupação social imediata, característica que o aproximou de organismos internacionais e debates globais sobre segurança alimentar. Sua produção intelectual buscava não apenas interpretar a realidade, mas também propor soluções políticas para o combate à fome e à pobreza (Vasconcelos, 2008).

Manuel Correia de Andrade, por outro lado, construiu sua análise a partir de uma forte articulação entre Geografia e História econômica. Suas obras enfatizam os processos históricos de ocupação territorial, formação regional e organização agrária, destacando o papel das elites econômicas na consolidação das desigualdades brasileiras. Diferentemente de Milton Santos, cuja obra possui forte densidade epistemológica e filosófica, Andrade desenvolveu uma abordagem mais histórica e regional, concentrando-se especialmente na análise do Nordeste brasileiro e das estruturas agrárias tradicionais (Moraes, 2005).

Milton Santos distingue-se pela elaboração de uma sofisticada teoria crítica do espaço geográfico. Influenciado pelo marxismo, pela fenomenologia e pelo debate internacional da Geografia crítica, o autor desenvolveu categorias analíticas complexas, como “meio técnico-científico-informacional”, “território usado” e “circuitos da economia urbana”. Sua obra apresenta elevada abstração teórica e busca compreender as transformações espaciais do capitalismo global contemporâneo (Santos, 2008). Diferentemente de Josué de Castro e Manuel Correia de Andrade, cuja produção estava fortemente vinculada à análise regional e agrária, Milton Santos concentrou-se sobretudo nas dinâmicas urbanas, nos fluxos globais e nas implicações territoriais da mundialização econômica.

As escalas de análise também representam importante elemento de diferenciação entre os autores. Josué de Castro privilegiou a análise regional da

fome e das desigualdades alimentares, embora posteriormente tenha ampliado sua interpretação para o cenário internacional do subdesenvolvimento. Manuel Correia de Andrade concentrou-se predominantemente na formação histórica e econômica do Nordeste, articulando questões regionais à dinâmica nacional. Já Milton Santos desenvolveu uma abordagem multiescalar, relacionando as transformações locais às dinâmicas globais do capitalismo contemporâneo (Silveira, 2014).

Apesar dessas diferenças, os três autores contribuíram decisivamente para consolidar uma Geografia comprometida com a interpretação crítica da realidade brasileira. Suas obras romperam com perspectivas deterministas e naturalizantes, demonstrando que as desigualdades territoriais derivam de relações históricas de poder, exploração econômica e exclusão social. Ao enfatizarem as conexões entre território, economia e sociedade, Josué de Castro, Milton Santos e Manuel Correia de Andrade ampliaram significativamente a inserção da Geografia no interior do pensamento social brasileiro.

Além disso, suas contribuições permanecem extremamente atuais diante dos desafios contemporâneos enfrentados pelo Brasil. Questões como insegurança alimentar, urbanização desigual, concentração fundiária, precarização do trabalho, segregação socioespacial e disparidades regionais continuam marcando profundamente a realidade brasileira. Nesse contexto, as interpretações desses autores oferecem importantes instrumentos teóricos para compreender as permanências históricas do subdesenvolvimento e as novas configurações das desigualdades produzidas pela globalização.

A atualidade de Josué de Castro torna-se evidente diante do retorno da fome e da insegurança alimentar em diversas regiões do Brasil nas últimas décadas. Suas análises demonstram que a fome não decorre da escassez de alimentos, mas da desigualdade social e da concentração de renda, interpretação que continua relevante no contexto contemporâneo (Maluf; Reis, 2013). Da mesma forma, as reflexões de Manuel Correia de Andrade sobre concentração fundiária e desenvolvimento regional permanecem fundamentais para compreender os conflitos agrários e as assimetrias econômicas brasileiras.

No caso de Milton Santos, suas críticas à globalização neoliberal e à mercantilização do território revelam-se particularmente pertinentes diante da expansão das desigualdades urbanas e da financeirização da economia contemporânea. O autor antecipou diversos debates relacionados à exclusão digital, à fragmentação territorial e à precarização da cidadania nas grandes cidades brasileiras (Silveira, 2014).

Portanto, embora possuam diferenças epistemológicas, metodológicas e temáticas, Josué de Castro, Milton Santos e Manuel Correia de Andrade compartilham o compromisso intelectual com a interpretação crítica da formação social brasileira. Suas obras demonstram que a Geografia pode constituir importante instrumento de análise das desigualdades estruturais do país, contribuindo não apenas para a produção do conhecimento científico, mas também para a reflexão sobre alternativas de transformação social. Assim, o legado desses autores permanece fundamental para o pensamento social brasileiro e para a compreensão dos desafios históricos e contemporâneos da sociedade brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O pensamento social brasileiro consolidou-se historicamente como um importante campo de interpretação da realidade nacional, reunindo diferentes perspectivas analíticas voltadas à compreensão das desigualdades estruturais que marcaram a formação econômica, social e territorial do Brasil. Nesse contexto, as contribuições de Josué de Castro, Milton Santos e Manuel Correia de Andrade evidenciam a relevância da Geografia como instrumento crítico de interpretação da sociedade brasileira, sobretudo ao incorporar o território e o espaço geográfico como categorias fundamentais para a análise das contradições do desenvolvimento nacional.

Nesse sentido, conclui-se que as obras desses autores possuem significativa convergência ao enfatizarem a centralidade do território na compreensão da realidade brasileira. Apesar das diferenças epistemológicas e metodológicas, Josué de Castro, Milton Santos e Manuel Correia de Andrade demonstraram que as desigualdades sociais e econômicas se manifestam concretamente no espaço geográfico, tornando a Geografia um campo indispensável para a análise crítica da sociedade brasileira.

Por fim, destaca-se que o legado intelectual desses geógrafos permanece atual e necessário diante dos desafios contemporâneos enfrentados pelo Brasil. Os problemas relacionados à fome, à desigualdade regional, à exclusão territorial, à urbanização precária e à concentração de renda continuam evidenciando a permanência de estruturas históricas analisadas por esses autores. Assim, suas contribuições não apenas enriquecem o pensamento social brasileiro, mas também oferecem importantes instrumentos teóricos para a reflexão sobre alternativas de desenvolvimento socialmente justo, territorialmente equilibrado e comprometido com a redução das desigualdades históricas que ainda caracterizam a sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Manuel Correia de. *Geografia econômica*. São Paulo: Atlas, 1973.
- ANDRADE, Manuel Correia de. *Lutas camponesas no Nordeste*. São Paulo: Ática, 1986.
- ANDRADE, Manuel Correia de. *O Nordeste e a questão regional*. São Paulo: Ática, 1987.
- ANDRADE, Manuel Correia de. *A terra e o homem no Nordeste*. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2004.
- ANDRADE, Manuel Correia de. *A terra e o homem no Nordeste*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- CANO, Wilson. *Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil: 1930-1995*. 3. ed. Campinas: UNICAMP, 2007.
- CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. 7. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. *A condição espacial*. São Paulo: Contexto, 2018.
- CASTRO, Josué de. *Geografia da fome*. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1961.

- CASTRO, Josué de. *Geografia da fome*. 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.
- FAO. *The State of Food Security and Nutrition in the World 2023*. Rome: Food and Agriculture Organization of the United Nations, 2023.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. *Territórios camponeses*. São Paulo: Editora UNESP, 2013.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala*. 48. ed. São Paulo: Global, 2003.
- FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- HARVEY, David. *Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 2014.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- IBGE. *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira*. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.
- MALUF, Renato S. *Segurança alimentar e nutricional*. Petrópolis: Vozes, 2007.
- MALUF, Renato S.; REIS, Márcio. Segurança alimentar e nutricional na perspectiva sistêmica. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 28, n. 81, p. 19-36, 2013.
- MORAES, Antonio Carlos Robert. *Geografia: pequena história crítica*. 21. ed. São Paulo: Annablume, 2005.
- MORAES, Antônio Carlos Robert. Milton Santos e a atualidade da crítica territorial. *Revista Terra Livre*, São Paulo, v. 1, n. 60, p. 45-67, 2023.
- OLIVEIRA, Francisco de. *Elegia para uma re(li)gião: SUDENE, Nordeste, planejamento e conflitos de classes*. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *Geografia agrária: perspectivas no início do século XXI*. São Paulo: Contexto, 2014.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de; COSTA, Wanderley Messias da. Globalização e território na periferia do capitalismo. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 67, n. 2, p. 88-109, 2022.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. 23. ed. São Paulo: Brasiliense, 2011.
- RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- RIBEIRO, Wagner Costa. *Globalização, território e desigualdades contemporâneas*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2020.
- SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- SANTOS, Milton. *O espaço do cidadão*. 7. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.
- SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4. ed. São Paulo: EdUSP, 2008.
- SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.
- SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SCHWARCZ, Lília Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. *Brasil: uma biografia*. São Paulo:

Companhia das Letras, 2015.

SILVA, Maria Auxiliadora da. Milton Santos e a construção da Geografia crítica brasileira. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, n. 105, p. 120-138, 2021.

SILVA, José Graziano da. *Fome e políticas públicas no Brasil*. Brasília: Fundação Perseu Abramo, 2020.

SILVEIRA, María Laura. Globalização, trabalho e urbanização: a atualidade do pensamento de Milton Santos. *Mercator*, Fortaleza, v. 13, n. 2, p. 15-27, 2014.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *Os conceitos fundamentais da pesquisa socioespacial*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019.

VASCONCELOS, Francisco de Assis Guedes de. Josué de Castro e a Geografia da Fome no Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 11, p. 2710-2717, 2008.



Capítulo 2

TEORIA DA DEPENDÊNCIA E O PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO: o legado de Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos e Vânia Bambirra

DEPENDENCY THEORY AND BRAZILIAN SOCIAL THOUGHT: the legacy of Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos, and Vânia Bambirra

RESUMO: O artigo busca examinar a contribuição de Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos e Vânia Bambirra para o Pensamento Social Brasileiro, situando a Teoria da Dependência no interior das tradições intelectuais que buscam interpretar o país e a região. Trata-se de um estudo de revisão bibliográfica narrativa, do tipo qualitativa, discutindo como a teoria se consolidou como instrumento analítico capaz de compreender o subdesenvolvimento não como atraso ou deficiência, mas como resultado estrutural da inserção subordinada das economias periféricas no sistema capitalista global. O estudo evidencia que Marini se destaca ao formular as categorias centrais: superexploração do trabalho e subimperialismo, Santos aprofunda a análise histórica e estrutural da dependência e Bambirra amplia a compreensão quando integra a dimensão sociopolítica, dependência externa e dominação interna. O estudo amplifica a discussão sobre o tema, recuperando o contexto histórico da elaboração da Teoria da Dependência e explora seus desdobramentos na contemporaneidade, demonstrando a atualidade das categorias dependentistas ao interpretar as desigualdades sociais, a posição periférica do Brasil e os limites do desenvolvimento autônomo. Conclui-se que a Teoria da Dependência permanece como referencial para o Pensamento Social Brasileiro, fornecendo ferramentas teóricas e políticas para enfrentar os desafios do subdesenvolvimento e a inserção global desigual.

Palavras-chave: teoria da dependência; pensamento social brasileiro; subdesenvolvimento; América Latina.

ABSTRACT: This article seeks to examine the contribution of Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos, and Vânia Bambirra to Brazilian Social Thought, situating Dependency Theory within the intellectual traditions that seek to interpret the country and the region. This is a qualitative narrative literature review study, discussing how the theory has consolidated itself as an analytical tool capable of understanding underdevelopment not as backwardness or deficiency, but as a structural result of the subordinate insertion of peripheral economies into the global capitalist system. The study shows that Marini stands out in formulating the central categories: overexploitation of labor and subimperialism, Santos deepens the historical and structural analysis of dependency, and Bambirra broadens the understanding when he integrates the sociopolitical dimension, external dependency, and internal domination. The study amplifies the discussion on the topic, recovering the historical context of the elaboration of Dependency Theory and exploring its contemporary ramifications, demonstrating the relevance of dependency categories in interpreting social inequalities, Brazil's peripheral position, and the limits of autonomous development. It concludes that Dependency Theory remains a reference point for Brazilian Social Thought, providing theoretical and political tools to address the challenges of underdevelopment and unequal global integration.

Keywords: dependency theory; brazilian social thought; underdevelopment; Latin America.

INTRODUÇÃO

O Pensamento Social Brasileiro, enquanto campo de reflexão constitui-se em um vasto e heterogêneo conjunto de interpretações sobre a realidade nacional, estruturado ao longo do século XX em diálogo constante com as transformações políticas, econômicas e culturais vividas pelo país.

Desde as análises pioneiras de intérpretes da formação nacional, como Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Júnior e Gilberto Freyre, passando pelas reflexões sociológicas de Florestan Fernandes e Celso Furtado, até alcançar as formulações críticas mais recentes, esse campo buscou compreender as singularidades da sociedade brasileira, suas contradições históricas e suas articulações com a dinâmica internacional. Nesse percurso, a economia política desempenhou papel central, fornecendo instrumentos conceituais para desvendar as bases estruturais da desigualdade e da dependência que marcam o país.

É nesse contexto que se insere a Teoria da Dependência, elaborada entre as décadas de 1960 e 1970 por um grupo de intelectuais latino-americanos, em grande medida vinculados ao marxismo, que procuravam explicar as condições históricas e estruturais do subdesenvolvimento na região. Rompendo com as visões lineares e etapista do desenvolvimento, a Teoria da Dependência argumenta que o subdesenvolvimento não pode ser definido como uma etapa transitória rumo ao desenvolvimento, mas uma condição estrutural, resultante da inserção subordinada das economias periféricas na divisão internacional do trabalho.

Em oposição às teses desenvolvimentistas e estruturalistas, particularmente aquelas formuladas no âmbito da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), os teóricos da dependência enfatizam que a modernização econômica dos países periféricos se encontra intrinsecamente articulada à reprodução das condições de dependência em relação ao centro capitalista.

No Brasil, a Teoria da Dependência encontrou terreno fértil para se desenvolver tanto pela especificidade do processo de industrialização dependente quanto pelo contexto político de intensas lutas sociais, marcado pela ditadura militar instaurada em 1964.

Entre os principais expoentes dessa corrente destacam-se Ruy Mauro Marini, Teotônio dos Santos e Vânia Bambirra, que não apenas elaboraram conceitos centrais para a compreensão da dependência, mas também articularam sua produção intelectual à militância política e à luta por transformações sociais na América Latina. A obra desses autores, ao mesmo tempo em que dialoga com a tradição marxista internacional, busca compreender a especificidade do capitalismo periférico, colocando em evidência a historicidade e a singularidade do caso latino-americano.

Ruy Mauro Marini, em sua clássica obra *“Dialética da Dependência”* (1973), formulou o conceito de superexploração da força de trabalho, uma categoria que expressa às condições peculiares de reprodução do capital na periferia, baseadas na intensificação, prolongamento e desvalorização do trabalho. Para Marini, o capitalismo dependente se caracteriza por mecanismos de extração de mais-valor que garantem a inserção subordinada da periferia ao centro. Além disso, elaborou a noção de subimperialismo, aplicada ao Brasil, para designar o papel desempenhado pelo nosso país como potência regional subordinada aos interesses das economias centrais.

Theotônio dos Santos, por sua vez, destaca-se pela ênfase na historicidade da dependência, concebendo-a como um processo dinâmico, atravessado por diferentes fases e modalidades de inserção na economia mundial. Sua produção não se limitou ao diagnóstico das contradições estruturais, mas avançou no debate sobre alternativas de desenvolvimento e integração regional, ressaltando a importância da soberania nacional e da unidade latino-americana. Theotônio teve papel relevante na difusão internacional da Teoria da Dependência, sendo um dos responsáveis por articular os debates acadêmicos e políticos que levaram a essa corrente a adquirir reconhecimento fora do continente.

Vânia Bambirra contribuiu decisivamente para ampliar o escopo da Teoria da Dependência, introduzindo análises que articulavam economia, política e sociedade. Em obras como *“O Capitalismo Dependente Latino-Americano”* (1974), Bambirra resalta as diferentes formações sociais da região e destaca o papel da luta de classes na explicação das contradições do capitalismo dependente. Sua contribuição é particularmente relevante por evidenciar que a dependência não pode ser compreendida apenas em termos econômicos, mas inclusive como resultado de processos políticos e sociais complexos.

A relevância da obra de Marini, dos Santos e Bambirra transcende o momento histórico em que foi produzida. Ainda que a Teoria da Dependência tenha enfrentado críticas e disputas intelectuais, sua contribuição permanece atual para o debate sobre o desenvolvimento, a desigualdade e a soberania na América Latina e no Brasil. No contexto contemporâneo, marcado pela financeirização da economia global, o avanço do neoliberalismo e as novas formas de integração subordinada da periferia ao capitalismo mundial, categorias como dependência, superexploração e subimperialismo mantêm-se como instrumentos analíticos potentes.

Este artigo tem como objetivo examinar a contribuição de Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos e Vânia Bambirra para o Pensamento Social Brasileiro, situando a Teoria da Dependência no interior das tradições intelectuais que buscam interpretar o país e a região.

Partindo da premissa de que o Pensamento Social Brasileiro é um campo marcado pela pluralidade de abordagens, busca-se destacar a originalidade da contribuição da Teoria da Dependência e sua relevância para o debate crítico sobre a realidade nacional. O trabalho estrutura-se em quatro eixos principais: (i) Contextualização do Pensamento Social Brasileiro e da emergência da Teoria da Dependência; (ii) Análise das contribuições de Ruy Mauro Marini; (iii) Exame da obra de Theotônio dos Santos; (iv) Contribuição de Vânia Bambirra e (v) Legado de Marini, dos Santos e Bambirra para a compreensão do Brasil contemporâneo.

Pretende-se recuperar a importância desses intelectuais, bem como ampliar as discussões contribuindo para a atualização do debate em torno da dependência, em um momento histórico em que as contradições do capitalismo global reatualizam as questões centrais formuladas por essa tradição crítica.

Assim, a Teoria da Dependência, longe de se constituir em um paradigma encerrado no passado, revela-se como parte constitutiva do Pensamento Social Brasileiro e como ferramenta indispensável para compreender os desafios atuais da inserção do Brasil no cenário internacional e das possibilidades de construção de um projeto de desenvolvimento soberano.

O PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO: CONTEXTO E CARACTERÍSTICAS

O Pensamento Social Brasileiro constitui um campo plural e heterogêneo, que se desenvolveu ao longo do século XX como esforço de interpretação das especificidades históricas, políticas, econômicas e culturais do Brasil. Trata-se de um domínio que congrega diferentes tradições intelectuais, nas quais se entrelaçam influências do liberalismo, do marxismo, do positivismo, do nacional-desenvolvimentismo, da sociologia crítica e da ciência política. Sua característica fundamental é a busca por compreender a singularidade da formação nacional, suas contradições internas e seu lugar na ordem mundial. Nesse sentido, o Pensamento Social Brasileiro não se limita a uma disciplina específica, mas se configura como um campo interdisciplinar, em que história, sociologia, economia, ciência política e antropologia dialogam para produzir interpretações abrangentes da realidade nacional.

Segundo Lima (2013), o Pensamento Social Brasileiro “constitui uma tradição de reflexão que, em seus diferentes momentos, buscou compreender a originalidade e os dilemas da sociedade brasileira, articulando-se às conjunturas políticas e às demandas históricas de cada época” (Lima, 2013, p. 42). Essa característica relacional faz com que o campo não possa ser entendido apenas como produção acadêmica, mas como parte das lutas simbólicas e políticas que moldam o país.

O primeiro grande eixo de formulação desse pensamento está ligado às interpretações da formação nacional. Obras como *Casa-Grande & Senzala* (1933) de Gilberto Freyre, *Raízes do Brasil* (1936) de Sérgio Buarque de Holanda e *Formação do Brasil Contemporâneo* (1942) de Caio Prado Júnior, estabelecem matrizes interpretativas fundamentais. Freyre enfatiza o papel da herança cultural da colonização portuguesa e a centralidade das relações entre senhores e escravos na formação da sociedade brasileira (Freyre, 2003). Holanda destaca o personalismo e o patrimonialismo como elementos estruturantes da cultura política nacional (Holanda, 2014). Prado Júnior formulou uma interpretação marxista da colonização, ressaltando o caráter essencialmente mercantil e dependente da economia colonial (Prado Júnior, 2011).

Essas obras inauguram o que Santos (2017) denomina de “clássicos do pensamento social”, isto é, interpretações fundantes que servem de base para debates posteriores. Segundo o autor, “esses clássicos não apenas explicaram o Brasil de seu tempo, mas estabeleceram matrizes conceituais duradouras, que continuaram a influenciar a produção intelectual ao longo do século XX” (Santos, 2017, p. 63).

No campo da sociologia, Florestan Fernandes teve papel central ao formular uma análise crítica da sociedade brasileira, especialmente no que se refere às questões de raça, classe e modernização. Em obras como “A integração do negro na sociedade de classes” (1964) e “A revolução burguesa no Brasil” (1975), Fernandes demonstra como a transição para o capitalismo no Brasil ocorreu de forma conservadora, preservando traços de desigualdade racial e sociais profundos (Fernandes, 2006). Sua contribuição consolida a sociologia crítica no Brasil e articula o Pensamento Social Brasileiro a uma tradição marxista de interpretação.

No campo da economia, Celso Furtado destaca-se como um dos maiores intérpretes da dependência e do subdesenvolvimento. Em “Formação Econômica

do Brasil” (1959), Furtado elabora uma interpretação estruturalista que enfatiza o caráter dependente da industrialização brasileira e a necessidade de políticas de planejamento e intervenção estatal para superar o atraso (Furtado, 2009). Sua obra se tornou referência não apenas no Brasil, mas em toda a América Latina, aproximando o Pensamento Social Brasileiro das formulações da CEPAL.

O Pensamento Social Brasileiro foi fortemente marcado pelas questões políticas e institucionais. Raymundo Faoro, em “Os Donos do Poder” (1958), destaca a permanência do patrimonialismo e do estamento burocrático como elementos centrais da política brasileira (Faoro, 2001). Essa análise dialoga diretamente com a tradição inaugurada por Sérgio Buarque, mas a amplia ao evidenciar como as estruturas do poder político e econômico se consolidaram historicamente em torno da apropriação privada do público.

Nas últimas décadas, o campo do Pensamento Social Brasileiro passou por importantes revisões críticas. Schwarcz e Starling (2015) enfatizam a necessidade de revisitar os clássicos à luz de novas perspectivas, sobretudo no que diz respeito às questões de gênero, raça e diversidade cultural. Para esses autores, “o cânone do pensamento social deve ser constantemente atualizado, de modo a refletir a pluralidade da sociedade brasileira e as vozes historicamente silenciadas” (Schwarcz; Starling, 2015, p. 89).

Um aspecto fundamental desse campo é sua articulação com a América Latina. Embora os intérpretes clássicos tenham enfatizado a especificidade do caso brasileiro, as formulações posteriores dialogam intensamente com as teorias críticas latino-americanas, como a Teoria da Dependência. Nesse sentido, Marini, dos Santos e Bamberger representam um ponto de inflexão, ao propor uma leitura que, ao mesmo tempo, interpreta o Brasil e a região dentro de um quadro global de dominação e subordinação.

O Pensamento Social Brasileiro é, portanto, um campo marcado por tensões entre a busca de singularidade e a necessidade de universalização. De um lado, a ênfase na especificidade histórica e cultural do país, de outro, a inserção em debates globais sobre capitalismo, modernização e desigualdade. Essas tensões são produtivas, pois permitem que o campo mantenha vitalidade e continue sendo uma referência para compreender os dilemas contemporâneos.

No contexto atual, marcado pela globalização neoliberal decorrente da democracia e pelo agravamento das desigualdades, o Pensamento Social Brasileiro continua desempenhando papel central. Como aponta Souza (2019), a tarefa do pensamento crítico brasileiro é atualizar suas categorias analíticas para interpretar um país que mudou, mas cujas estruturas de desigualdade permanecem. Nesse processo, a Teoria da Dependência se revela como uma das matrizes fundamentais, pois fornece instrumentos para compreender a inserção subordinada do Brasil no capitalismo global.

Assim, o Pensamento Social Brasileiro pode ser caracterizado por quatro traços fundamentais: (i) A centralidade da questão da formação nacional, (ii) A interdisciplinaridade como método de análise, (iii) A articulação entre reflexão acadêmica e engajamento político e (iv) A permanente tensão entre especificidade nacional e universalidade teórica. Esses elementos constituem a base para compreender não apenas os clássicos, mas igualmente os desdobramentos mais recentes, incluindo a contribuição da Teoria da Dependência.

Conquanto o Pensamento Social Brasileiro seja um campo vivo, em cons-

tante reconstrução, reflete as contradições da sociedade que busca interpretar. Ao mesmo tempo em que recupera as contribuições fundantes de autores como Freyre, Holanda, Prado Júnior, Fernandes, Furtado e Faoro, ele se abre a novos aportes, como os de Marini, dos Santos e Bamberger, que introduziram a dependência como uma categoria analítica central. Essa pluralidade e capacidade de renovação são, justamente, o que caracteriza sua vitalidade e sua relevância contínua para o debate intelectual e político no Brasil.

A TEORIA DA DEPENDÊNCIA: FUNDAMENTOS E DESDOBRAMENTOS

A Teoria da Dependência constitui um dos marcos mais significativos do pensamento crítico latino-americano do século XX, inscrevendo-se como contraponto ao otimismo desenvolvimentista que dominava os círculos intelectuais e políticos na região entre as décadas de 1940 e 1960. Para compreender seus fundamentos, é necessário situá-la no debate mais amplo sobre o desenvolvimento e o subdesenvolvimento, que ganhou centralidade a partir das formulações da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), especialmente por meio da obra de Raúl Prebisch e Celso Furtado.

A CEPAL concebia o subdesenvolvimento como um estágio transitório, passível de superação mediante políticas de industrialização por substituição de importações. A Teoria da Dependência rompeu com essa perspectiva ao afirmar que o desenvolvimento e o subdesenvolvimento não são etapas distintas, mas processos interligados e estruturalmente articulados dentro do sistema capitalista mundial.

Conforme destaca Santos (1970), a dependência caracteriza-se pela situação em que a economia de certos países é condicionada pelo desenvolvimento e pela expansão de outras economias, colocando os países dependentes em posição subordinada e limitando sua autonomia de decisão. A partir dessa premissa, os teóricos da dependência buscam desvendar as formas históricas e estruturais dessa relação, evidenciando que o subdesenvolvimento não se encontra como uma deficiência interna ou resultado de atraso cultural, mas uma condição estrutural produzida pelo próprio desenvolvimento capitalista.

Um dos pilares conceituais dessa teoria é a crítica à visão etapista herdada tanto do evolucionismo liberal quanto de certas leituras do marxismo ortodoxo. Para os dependentistas, não ocorre uma trajetória linear de estágios rumo ao desenvolvimento, mas sim uma inserção desigual e combinada das economias periféricas no mercado mundial. Assim, como argumenta Marini (1973), o capitalismo na periferia assume formas específicas de acumulação, determinadas pela necessidade de atender às demandas do centro e pela imposição de mecanismos de superexploração do trabalho. Essa formulação inverte a lógica tradicional, não é a ausência de capitalismo que explica o subdesenvolvimento, mas sua presença em condições dependentes.

A Teoria da Dependência se distingue por enfatizar a relação entre economia e política. Bamberger (1974) sublinha que não basta compreender a dependência em termos puramente econômicos, sendo fundamental analisar as formações sociais concretas, os arranjos políticos e a luta de classes que moldam as possibilidades históricas de transformação. Sua contribuição foi essencial para ampliar

o escopo da teoria, introduzindo a dimensão sociopolítica como elemento constitutivo da análise do capitalismo dependente.

No plano dos fundamentos teóricos, a Teoria da Dependência dialoga com a tradição marxista, especialmente com a noção de imperialismo como fase superior do capitalismo. A obra de Lenin fornece elementos cruciais para compreender como o capital monopolista, ao se expandir globalmente, produz relações assimétricas entre o centro e a periferia. Contudo, os dependentistas foram além, ao argumentar que a especificidade da América Latina não pode ser reduzida a uma aplicação mecânica dessas categorias, exigindo a elaboração de conceitos próprios.

É nesse contexto que Marini (1973), formula a categoria de superexploração da força de trabalho, concebida como um mecanismo central de reprodução do capitalismo periférico. Essa categoria expressa a tendência estrutural de reduzir o custo da força de trabalho abaixo de seu valor, seja pela intensificação do trabalho, pelo prolongamento da jornada ou pela compressão salarial, garantindo, assim, a viabilidade da acumulação em condições de dependência.

Outro desdobramento importante é o conceito de subimperialismo desenvolvido por Marini (1969), utilizado para explicar o papel desempenhado pelo Brasil na década de 1970 como potência regional que, embora subordinada ao imperialismo estadunidense, exercia funções de dominação sobre os países vizinhos. Essa formulação antecipou debates sobre as formas intermediárias de poder no sistema mundial e permanece atual diante da posição ambígua que países como Brasil, Índia e África do Sul ocupam nas dinâmicas da globalização.

Theotônio dos Santos contribuiu de forma decisiva para a dimensão histórica da teoria. Em seus trabalhos, como “Dependência e Desenvolvimento na América Latina” em coautoria com o ex-presidente e sociólogo Fernando Henrique Cardoso (1969), buscavam compreender os diferentes tipos de dependência — colonial, financeira-industrial e tecnológica — e suas implicações para os processos de desenvolvimento. Para Santos (1978), a dependência não se reduz a uma condição econômica, mas configura um complexo de relações políticas, sociais e culturais que estruturam a inserção dos países latino-americanos no sistema capitalista mundial. Sua ênfase na historicidade permitiu que a teoria fosse aplicada de forma dinâmica, considerando as transformações do capitalismo global e as estratégias de dominação imperialista.

Além dos fundamentos conceituais, a Teoria da Dependência gera debates intensos, tanto dentro quanto fora da América Latina. Internamente, confronta-se com a vertente cepalina, ao rejeitar a noção de que as reformas institucionais e as políticas industriais seriam suficientes para superar o subdesenvolvimento. Externamente, dialoga com a teoria do sistema-mundo de Immanuel Wallerstein, que, embora convergente em muitos aspectos, diferencia-se por adotar uma perspectiva de longa duração e pelo foco na análise das hierarquias interestatais.

Os desdobramentos da Teoria da Dependência no campo intelectual e político são vastos. Nas décadas de 1970 e 1980, sua influência irradia-se para diversos países, inspirando os projetos de integração regional e os movimentos sociais que defendem alternativas de desenvolvimento autônomo. Com o avanço do neoliberalismo nas décadas de 1990 e 2000, parte da literatura considerou a teoria superada. No entanto, estudos recentes têm demonstrado a atualidade de suas categorias para compreender as novas formas de dependência.

Filgueiras (2006), por exemplo, argumenta que a financeirização global intensifica a subordinação das economias periféricas, ampliando a transferência de valor para o centro e aprofundando a vulnerabilidade externa. Oliveira (2013), ressalta que, no Brasil contemporâneo, a dependência tecnológica e a reprimarização das exportações reforçam a atualidade das análises dependentistas.

No plano político, a discussão sobre dependência ganha vitalidade diante das contradições do chamado “ciclo progressista” latino-americano no início do século XXI. Sampaio Jr. (2012) aponta que, apesar dos avanços sociais, a estrutura produtiva e o padrão de inserção internacional permanecem marcados por traços de dependência, limitando a possibilidade de construção de projetos de desenvolvimento soberano. Assim, a Teoria da Dependência continua a oferecer instrumentos para analisar os dilemas da região em um mundo cada vez mais desigual e polarizado.

O LEGADO DA TEORIA DA DEPENDÊNCIA NO PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO

A Teoria da Dependência consolida-se como uma das mais importantes contribuições do pensamento crítico latino-americano e, em particular, do Pensamento Social Brasileiro. Mais do que um modelo explicativo da realidade socioeconômica da América Latina nos anos 1960 e 1970, se constituiu em uma perspectiva teórico-metodológica capaz de articular economia, política e sociedade em um quadro analítico inovador, distinto das interpretações tradicionais sobre o desenvolvimento e o subdesenvolvimento. Seu legado, portanto, não se limita a um momento histórico específico, mas se projeta como referência central para a compreensão das contradições estruturais do capitalismo brasileiro e latino-americano.

Uma das contribuições mais duradouras da Teoria da Dependência está na ruptura com o paradigma etapista e evolucionista (Cardoso; Faletto, 2004). Ao recusar a ideia de que os países da periferia seguem naturalmente o mesmo caminho das economias centrais, a teoria desvela que o subdesenvolvimento não se encontra na ausência ou no atraso, mas um resultado direto da forma subordinada de inserção no mercado mundial. Nesse contexto, o Brasil promoveu o deslocamento conceitual e reposicionou-se no debate, permitindo que economistas, sociólogos e cientistas políticos analisem o subdesenvolvimento como uma expressão específica do capitalismo global e não como uma deficiência transitória.

No campo acadêmico, a Teoria da Dependência promoveu um impacto importante. As universidades brasileiras adotaram seus conceitos que orientam pesquisas em economia política, sociologia, ciência política e história, influenciando gerações de intelectuais. Ainda que tenha enfrentado críticas, sobretudo a partir da ascensão do neoliberalismo nos anos de 1990, a teoria resiste como matriz de interpretação, sendo retomada em estudos contemporâneos sobre globalização, financeirização e reprimarização da economia brasileira.

Autores como Oliveira (2013) e Sampaio Jr. (2012) apontam que, mesmo diante das mudanças no capitalismo mundial, categorias como dependência, superexploração e subimperialismo continuam pertinentes para explicar a posição periférica do Brasil.

Politicamente, a Teoria da Dependência promoveu marcas profundas, inspirando projetos de integração latino-americana e fornecendo a base conceitual para os movimentos sociais e os partidos que, em diferentes momentos históricos, buscaram formular alternativas para mudança do modelo de desenvolvimento subordinado. Durante o chamado “ciclo progressista” latino-americano, iniciado no final dos anos 1990, muitos diagnósticos sobre os limites das políticas sociais de redistribuição dialogam com as categorias dependentistas, sobretudo ao apontar a dificuldade de alterar a estrutura produtiva e a inserção internacional no continente.

O legado da Teoria da Dependência, portanto, pode ser sintetizado em três dimensões principais. A primeira é a teórica, pela construção de categorias analíticas originais que reposicionam a compreensão do subdesenvolvimento e a desigualdade na América Latina. A segunda é acadêmica, pelo impacto duradouro que exerceu nas universidades e centros de pesquisa, influenciando gerações de estudiosos. A terceira é política, ao oferecer um repertório crítico que dialoga diretamente com os desafios da soberania nacional e o desenvolvimento autônomo.

RUY MARINI E A DIALÉTICA DA DEPENDÊNCIA

Ruy Mauro Marini figura entre os mais expressivos intelectuais do pensamento social latino-americano, sendo considerado um dos principais formuladores da Teoria da Dependência. Sua contribuição é marcada pelo rigor analítico e na busca de um instrumental crítico capaz de compreender as especificidades do desenvolvimento capitalista na América Latina, superando tanto o evolucionismo economicista de matriz liberal quanto os determinismos simplistas de certas leituras marxistas.

O eixo da reflexão de Marini encontra-se na elaboração da noção de dialética da dependência, conceito que sintetiza a articulação contraditória entre o desenvolvimento capitalista nos países centrais e a reprodução ampliada do subdesenvolvimento nas nações periféricas.

Desse modo, Marini parte da constatação que o subdesenvolvimento não é uma etapa transitória, mas sim uma condição estrutural inserida na lógica da expansão do capitalismo mundial. Em sua obra clássica “Dialética da dependência” (1973), o autor argumenta que as economias latino-americanas não se encontram em um processo linear de modernização rumo aos padrões das economias industrializadas. Ao contrário, os países reproduzem o papel de economias dependentes, subordinadas às necessidades de acumulação do capital internacional (Marini, 1973). Essa formulação representa uma ruptura com as perspectivas que concebem a dependência apenas como uma insuficiência da modernização ou atraso histórico.

Um dos pontos centrais da análise marinianista é o conceito de superexploração da força de trabalho. Marini defende que, nas economias dependentes, a valorização do capital se sustenta não apenas pela intensificação do trabalho e pela elevação da produtividade, mas, sobretudo pela manutenção dos salários em níveis inferiores ao valor da força de trabalho. O mecanismo gera taxas de mais-valia extraordinárias, assegurando a inserção subordinada da periferia no mercado mundial (Marini, 1973; Martins, 2011). Trata-se de um aporte original à

tradição marxista, que amplia a análise das formas específicas de exploração na periferia, mostrando que o subdesenvolvimento se sustenta pela institucionalização de práticas de exploração mais intensas do que aquelas predominantes no centro.

O caráter dialético da teoria de Marini está justamente na compreensão de que a dependência não é mera imposição externa, mas um processo articulado internamente. Ao mesmo tempo em que o capital estrangeiro determina as formas de desenvolvimento, as burguesias locais desempenham papel ativo na reprodução dessa lógica, funcionando como aliadas internas do imperialismo. Essa visão rompe com as interpretações que atribuem exclusivamente aos fatores externos a responsabilidade pela dependência e, igualmente, com perspectivas nacional-desenvolvimentistas que acreditam em uma burguesia nacional capaz de liderar um projeto autônomo (Santos, 2000; Kay, 1989).

Além disso, Marini propõe uma leitura crítica das estratégias de industrialização dependente na América Latina, particularmente no Brasil. Para ele, a industrialização promovida no pós-guerra, apoiada em investimentos estrangeiros e na associação entre capital internacional e setores da burguesia local, não significou ruptura com a dependência, mas sim sua intensificação. Esse modelo reforçou a especialização subordinada, mantendo a região atrelada às flutuações do mercado mundial e às necessidades de acumulação dos países centrais (Marini, 2013).

A atualidade da contribuição de Marini pode ser observada na análise de fenômenos contemporâneos, como o neoextrativismo e a financeirização, que reforçam padrões históricos de dependência. Estudos recentes destacam que a lógica da superexploração permanece presente, seja na precarização do trabalho ou na intensificação da extração de recursos naturais para atender à demanda global (Svampa, 2019; Munhoz, 2017). Nesse sentido, a dialética da dependência não se limita a um marco histórico dos anos 1960 e 1970, mas constitui uma ferramenta teórica relevante para compreender os desdobramentos atuais da inserção da América Latina na economia global.

O pensamento de Marini, além disso, dialoga com outras vertentes críticas, como as formulações de André Gunder Frank sobre o desenvolvimento do subdesenvolvimento (Frank, 1967) e as análises de Theotônio dos Santos sobre as diferentes formas de dependência (Santos, 2015). Contudo, a originalidade de Marini reside na sistematização da categoria da superexploração e na ênfase na articulação contraditória entre centro e periferia como momentos de uma mesma totalidade. Essa contribuição marca sua distinção dentro do espectro da Teoria da Dependência e o insere no núcleo dos intérpretes mais influentes do pensamento social brasileiro e latino-americano.

Apesar de sua relevância, a obra de Marini sofreu críticas, especialmente de alguns autores que apontam um suposto determinismo em sua análise, sugerindo que a ênfase na superexploração não deixa espaço para alternativas de desenvolvimento autônomo. Outros criticam a ausência de uma elaboração mais detalhada sobre as mediações políticas necessárias para a superação da dependência (Cardoso; Faletto, 2004). No entanto, as críticas não diminuem a importância de sua contribuição, mas evidenciam o caráter provocador e desafiador de sua proposta teórica, que estimula intensos debates acadêmicos e políticos.

THEOTÔNIO DOS SANTOS E A PERSPECTIVA HISTÓRICA DA DEPENDÊNCIA

A contribuição de Theotônio dos Santos para a formulação e consolidação da Teoria da Dependência constitui um marco fundamental no pensamento social latino-americano. Diferentemente de abordagens meramente descritivas do subdesenvolvimento, sua perspectiva se ancorava em uma compreensão histórica e estrutural da inserção periférica da América Latina no sistema capitalista mundial.

Ao longo de sua trajetória intelectual, Theotônio dos Santos busca demonstrar que a dependência não pode ser reduzida a um mero atraso ou estágio transitório do desenvolvimento, mas sim a uma condição estrutural, historicamente produzida e reproduzida pelas relações assimétricas entre centro e periferia (Santos, 2000).

Para Santos (2015), em sua análise, entende que o pressuposto da dependência se constitui como um fenômeno de longa duração e inscrito na própria lógica da expansão do capitalismo. Dessa maneira, o imperialismo e a formação do mercado mundial moldam as economias latino-americanas com padrões de especialização produtiva subordinada, baseados na exportação de matérias-primas e produtos de baixo valor agregado, tornando os países estruturalmente incapazes de gerar desenvolvimento autônomo (Santos, 2015). Tal interpretação coloca em evidência a historicidade das formas de dominação econômica, política e cultural que estabelecem o subdesenvolvimento como resultado de um processo de integração desigual e combinado.

Um dos pontos centrais do pensamento de Santos consiste na identificação das modalidades históricas de dependência. Em seus estudos, destaca três formas principais: a dependência colonial-exportadora - marcada por dominação metropolitana e extração de excedentes; a dependência financeira-industrial - caracterizada pela penetração do capital estrangeiro e subordinação tecnológica e a dependência tecnológica-industrial - intensifica a vulnerabilidade dos países periféricos diante das inovações controladas pelos países centrais (Santos, 2000). Essa periodização histórica demonstra a profundidade do vínculo estrutural de dependência, permitindo compreender como as transformações do capitalismo global redefinem os mecanismos de subordinação da periferia.

Ao contrário das análises mais conciliatórias, como a de Cardoso e Faletto (2004), que enfatizam a possibilidade de desenvolvimento associado, Santos afirma categoricamente que a dependência, em qualquer de suas modalidades, constitui um entrave estrutural ao desenvolvimento autônomo. Santo em sua perspectiva aproxima-se de uma crítica radical ao capitalismo dependente, apontando para a necessidade de transformações estruturais e revolucionárias que superem a lógica da dominação externa e interna. Nesse sentido, sua análise dialoga com a tradição marxista e com autores como Ruy Mauro Marini, mas preserva suas especificidades ao enfatizar a dimensão histórica e sistêmica do processo (Marini, 1973).

Estudos recentes destacam a atualidade de suas formulações. Para Martins (2011), a concepção histórica de dependência proposta por Santos fornece chaves interpretativas para compreender o neoliberalismo e a financeirização da economia latino-americana, fenômenos que aprofundam a vulnerabilidade externa

e a instabilidade macroeconômica. Munhoz (2017) ressalta que a noção de dependência tecnológica-industrial auxilia particularmente na análise dos efeitos da globalização contemporânea, marcada pela concentração do conhecimento científico e tecnológico nos países centrais e a marginalização das economias periféricas.

A contribuição de Santos ultrapassa o campo da economia, dialogando diretamente com a sociologia, a ciência política e a história. Sua visão multidisciplinar possibilita articular a análise das estruturas econômicas às dimensões políticas e sociais da dependência, o que lhe confere um caráter abrangente e explicativo. Sader (2009) sublinha que essa perspectiva histórico-estrutural permite compreender como as formas de dominação não se limitam à economia, mas perpassa as instituições políticas, os sistemas culturais e as formas de subjetivação social.

Outro aspecto fundamental da obra de Santos, refere-se a sua preocupação com a integração latino-americana como estratégia de superação da dependência. Santos entende a unidade regional não apenas como um projeto político, mas como uma necessidade histórica diante da incapacidade dos países latino-americanos de enfrentarem isoladamente as estruturas de dominação impostas pelo capitalismo global. Essa dimensão, retomada por Svampa (2019) em seus estudos sobre neoextrativismo e as novas formas de dependência, evidencia a atualidade do pensamento de Santos na análise dos dilemas contemporâneos da região.

VÂNIA BAMBIRRA E A DIMENSÃO SOCIOPOLÍTICA DA DEPENDÊNCIA

A contribuição de Vânia Bambirra para a Teoria da Dependência ocupa um lugar central na consolidação das perspectivas críticas latino-americanas acerca do desenvolvimento desigual e subordinado da região.

Ao lado de Ruy Mauro Marini e Theotônio dos Santos, Bambirra representa uma vertente que se opôs às leituras estruturalistas da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) e romperam com as interpretações excessivamente economicistas de alguns autores marxistas. A originalidade de sua obra se apresenta ao inserir a análise sociopolítica como dimensão indissociável da dependência, ampliando os horizontes interpretativos para abarcar não apenas as relações econômicas internacionais, mas inclusive a constituição interna das classes sociais e os condicionantes políticos que estruturam o subdesenvolvimento.

No livro “O Capitalismo Dependente Latino-Americano” (1974), Bambirra apresenta um estudo abrangente sobre a formação das sociedades latino-americanas, sustentando que a dependência não pode ser compreendida sem a articulação entre a inserção externa das economias periféricas e os processos de dominação política e social (Bambirra, 2013). Para a autora, a dependência encontra-se além de uma relação econômica de troca desigual ou de subordinação ao capital internacional, mas uma forma de organização estrutural das sociedades latino-americanas onde as elites locais desempenham um papel ativo na reprodução da dominação.

Essa leitura crítica aproxima Bambirra de uma visão mais totalizante da de-

pendência, dialogando com a dialética marxista e com a categoria de classes sociais. Nesse sentido, a autora critica tanto a noção de “burguesia nacional”, desenvolvida pelo estruturalismo cepalino, quanto às perspectivas que acreditam em um projeto autônomo de desenvolvimento liderado por setores internos. Para ela, o caráter dependente do capitalismo latino-americano impossibilita a constituição de uma burguesia verdadeiramente nacional, pois as elites econômicas encontram-se estruturalmente associadas ao capital estrangeiro e às formas internas de exploração do trabalho (Bambirra, 2013).

A obra de Bambirra enfatiza a dimensão sociopolítica, que leva ao reconhecimento da dependência como uma estrutura de poder que opera em múltiplos níveis, tais como: o internacional, o nacional e o regional. Esse olhar se articula à análise das lutas sociais e dos movimentos populares, que para Bambirra apresenta centralidade na possibilidade de ruptura com a condição periférica. Segundo Santos (2015), a contribuição de Bambirra mostrou-se essencial para expor as contradições sociais internas da América Latina, que não podem ser vistas meramente como reflexos do capitalismo mundial, mas constituem dinâmicas próprias de enfrentamento, resistência e negociação.

Outro aspecto fundamental da obra de Bambirra apresenta uma crítica à visão etapista do desenvolvimento, que pressupunha uma trajetória linear rumo à industrialização e ao progresso social. Inspirada em Marx, Bambirra sustenta que as sociedades dependentes não devem ser vistas como “atrasadas” em relação às centrais, mas como parte constitutiva do mesmo sistema capitalista mundial, ainda que em posição subalterna (Marini, 1973; Bambirra, 2013). Essa posição reforça o diálogo com autores como Frank (1967), mas difere deste autor ao insistir que as contradições internas são igualmente determinantes para compreender a reprodução da dependência.

Nos estudos recentes, a obra de Bambirra tem sido revisitada no contexto dos debates sobre neodependência e neoextrativismo. Svampa (2019) aponta que o pensamento de Bambirra antecipa discussões atuais sobre o papel das elites locais e a reprodução de modelos de desenvolvimento baseados na exportação de *commodities*. Essa perspectiva demonstra a atualidade de sua análise sociopolítica, sobretudo em um contexto de reprimarização das economias latino-americanas e de reconfiguração das alianças entre os Estados, as empresas transnacionais e as elites regionais.

Martins (2011) reforça que o legado de Bambirra reside em sua capacidade de articulação entre teoria e prática política, analisando a dependência não apenas como uma categoria analítica, mas como um instrumento de luta e emancipação. Ao destacar a centralidade das classes trabalhadoras e dos movimentos sociais, a autora insere a Teoria da Dependência no coração dos debates sobre transformação social, mostrando que a superação da condição periférica exige a reorganização das forças políticas internas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo da Teoria da Dependência no contexto do Pensamento Social Brasileiro evidencia que o legado intelectual de Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos e Vânia Bambirra permanecem centrais para compreender a dinâmica estrutural das desigualdades e da inserção subordinada do Brasil e da América

Latina no capitalismo global. A análise realizada ao longo deste estudo demonstra que a teoria não se limita a um modelo econômico ou histórico, mas constitui um instrumento crítico que articula economia, política e sociedade, permitindo interpretar os processos de subdesenvolvimento de forma complexa e dialética.

Ruy Mauro Marini consolida uma perspectiva centrada na análise econômica e estrutural do capitalismo periférico, destacando mecanismos de superexploração da força de trabalho e introduzindo categorias como o subimperialismo para explicar a posição do Brasil como potência regional subordinada ao centro. Sua obra fornece elementos conceituais que possibilitam compreender como a dependência molda a estrutura produtiva e a distribuição de renda, constituindo uma base sólida para a investigação das contradições internas do capitalismo dependente.

Theotônio dos Santos, por sua vez, aprofunda a compreensão da dependência a partir de uma abordagem histórico-estrutural, considerando diferentes modalidades — colonial, financeira e tecnológica — e suas implicações para o desenvolvimento da região. Sua contribuição reforça a importância de compreender a dependência como um processo dinâmico, atravessado por relações internacionais e internas, fornecendo subsídios analíticos para avaliar a possibilidade de estratégias de integração regional e de desenvolvimento autônomo.

Vânia Bambirra amplia os horizontes da teoria ao incluir a dimensão sociopolítica da dependência. Sua obra evidencia que a subordinação econômica não pode ser dissociada das estruturas sociais internas, das lutas de classes e das estratégias das elites locais. Ao integrar economia, política e sociedade, Bambirra mostra que qualquer análise da dependência deve considerar simultaneamente os condicionantes externos e internos, fornecendo, assim, uma perspectiva mais completa e aplicada à realidade latino-americana.

O legado coletivo desses autores é relevante diante dos desafios contemporâneos, como a financeirização global, a reprimarização das exportações e a persistência de desigualdades estruturais. Alguns estudos recentes demonstram que as categorias dependentistas continuam úteis para analisar a posição periférica do Brasil e da América Latina no sistema capitalista, permitindo compreender os limites e possibilidades de políticas de desenvolvimento soberano. Além disso, a teoria oferece ferramentas para interpretar a relação entre dinâmica econômica e processo político, incluindo o papel das lutas sociais e das organizações populares na construção de alternativas ao subdesenvolvimento.

REFERÊNCIAS

- BAMBIRRA, V. *O capitalismo dependente latino-americano*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- BAMBIRRA, V. *Teoria da dependência*. Lugar e papel das ciências sociais da Universidade de Brasília. Brasília: Biblioteca do Instituto de Ciências Sociais, p. 27-71. II - Entrevista com Vânia Bambirra, concedida a Sadi Dal Rosso, em 18 out. 2013.
- CARDOSO, F. H.; FALETTO, E. *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- FAORO, R. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 3. ed. São Paulo: Globo, 2001.

- FERNANDES, F. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 5. ed. São Paulo: Globo, 2006.
- FILGUEIRAS, L. *A economia política do governo Lula*. São Paulo: Boitempo, 2006.
- FRANK, A. G. *Capitalism and underdevelopment in Latin America: historical studies of Chile and Brazil*. New York: Monthly Review Press, 1967.
- FREYRE, G. *Casa-Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 51. ed. São Paulo: Global, 2003.
- FURTADO, C. *Formação econômica do Brasil*. 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- HOLANDA, S. B. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- KAY, C. *Latin American theories of development and underdevelopment*. London: Routledge, 1989.
- LIMA, V. M. *O pensamento social brasileiro: tradição, identidade e utopia*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.
- MARINI, R. M. *Subdesenvolvimento e revolução*. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.
- MARINI, R. M. *Dialética da dependência*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1973.
- MARINI, R. M. *Subdesenvolvimento e revolução*. Florianópolis: Insular, 2013.
- MARTINS, C. E. *Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MUNHOZ, S. J. A atualidade da teoria da dependência: questões e debates contemporâneos. *Revista de Ciências Sociais*, v. 48, n. 2, p. 307-330, 2017.
- OLIVEIRA, F. *Crítica à razão dualista*. 8. ed. São Paulo: Boitempo, 2013.
- PRADO JÚNIOR, C. *Formação do Brasil contemporâneo*. 24. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- SADER, E. *A nova toupeira: os caminhos da esquerda latino-americana*. São Paulo: Boitempo, 2009.
- SAMPAIO JUNIOR, P. A. *Desenvolvimento e dependência: caderno de debate*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2012.
- SANTOS, T. *La crisis Norte-Americana y América Latina*. Santiago: Ed. PLA, 1970.
- SANTOS, T. *Imperialismo e dependência*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- SANTOS, T. *A teoria da dependência: balanço e perspectivas*. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- SANTOS, T. *Imperialismo e dependência*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
- SANTOS, J. F. *Clássicos do pensamento social brasileiro*. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.
- SCHWARCZ, L. M.; STARLING, H. M. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- SOUZA, J. *A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato*. Rio de Janeiro: Leya, 2019.
- SVAMPA, M. *As fronteiras do neoextrativismo na América Latina: conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências*. São Paulo: Elefante, 2019.

O PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO E O CONTRIBUTO DOS EDUCADORES: uma discussão sobre Anísio Teixeira, Fernando Azevedo e Lourenço Filho

BRAZILIAN SOCIAL THOUGHT AND THE CONTRIBUTION OF EDUCATORS: a discussion of Anísio Teixeira, Fernando Azevedo and Lourenço Filho

RESUMO: O presente artigo discute as contribuições de Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo e Lourenço Filho para a constituição do pensamento social brasileiro e para a consolidação de um projeto educacional moderno no Brasil. O estudo analisa a relação entre educação, modernização social e construção da cidadania no contexto republicano brasileiro, enfatizando a importância do movimento da Escola Nova na renovação das práticas pedagógicas e na defesa da escola pública, gratuita, laica e obrigatória. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa, fundamentada em obras clássicas da educação brasileira e em estudos contemporâneos sobre pensamento social e políticas educacionais. A análise evidencia que os três educadores desempenharam papel fundamental na formulação de propostas voltadas à democratização do ensino, à racionalização administrativa da educação e à formação de uma sociedade mais democrática e desenvolvida. Conclui-se que suas reflexões permanecem atuais diante dos desafios enfrentados pela educação pública brasileira, especialmente no que se refere à inclusão social, à valorização docente e à garantia do direito à educação como instrumento de transformação social e fortalecimento da democracia.

Palavras-chave: Pensamento social brasileiro. Escola Nova. Educação pública. Anísio Teixeira. Lourenço Filho.

ABSTRACT: This article discusses the contributions of Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo and Lourenço Filho to the constitution of Brazilian social thought and to the consolidation of a modern educational project in Brazil. The study analyzes the relationship between education, social modernization, and citizenship construction within the Brazilian republican context, emphasizing the importance of the New School Movement in renewing pedagogical practices and defending free, secular, and compulsory public education. Methodologically, this research is based on a qualitative bibliographic approach, supported by classical works on Brazilian education and contemporary studies on social thought and educational policies. The analysis demonstrates that these three educators played a fundamental role in the formulation of proposals aimed at democratizing education, rationalizing educational administration, and building a more democratic and developed society. It is concluded that their reflections remain relevant in light of the challenges faced by Brazilian public education, especially regarding social inclusion, teacher appreciation, and the guarantee of education as an instrument of social transformation and democratic strengthening.

Keywords: Brazilian social thought. New School Movement. Public education. Anísio Teixeira. Lourenço Filho.

INTRODUÇÃO

O pensamento social brasileiro constitui um importante campo de reflexão acerca da formação histórica, política, econômica e cultural do Brasil, buscando compreender os processos de constituição da sociedade nacional e os desafios relacionados à modernização, à cidadania e à construção da identidade brasileira. Nesse contexto, a educação passou a ocupar posição central nos debates intelectuais ao longo do século XX, especialmente em um período marcado por profundas transformações sociais, urbanização acelerada, reorganização política e expansão das instituições republicanas. A escola foi concebida não apenas como espaço de transmissão de conhecimentos, mas como instrumento estratégico para a formação do cidadão, para o fortalecimento da democracia e para a promoção do desenvolvimento nacional.

Durante as primeiras décadas da República, o Brasil enfrentava elevados índices de analfabetismo, forte desigualdade social e limitações estruturais no acesso à educação pública. O sistema educacional brasileiro apresentava características elitistas e excludentes, atendendo prioritariamente às camadas economicamente privilegiadas da população. Nesse cenário, emergiram intelectuais e educadores comprometidos com a formulação de um projeto nacional de educação capaz de responder às demandas da modernidade e contribuir para a reorganização social do país. Entre esses pensadores destacam-se Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo e Lourenço Filho, considerados protagonistas das reformas educacionais e do movimento renovador conhecido como Escola Nova.

A atuação desses educadores esteve diretamente relacionada à consolidação de um pensamento pedagógico moderno no Brasil, fundamentado em princípios democráticos, científicos e progressistas. Influenciados por correntes filosóficas, sociológicas e pedagógicas internacionais, especialmente pelo pragmatismo norte-americano e pelas concepções renovadoras da educação europeia, esses intelectuais defenderam a necessidade de uma escola pública, gratuita, laica e universal. Para eles, a educação deveria desempenhar papel decisivo na construção de uma sociedade mais justa, participativa e desenvolvida, tornando-se elemento essencial para a consolidação da cidadania e para o fortalecimento das instituições democráticas.

Nesse contexto, o movimento da Escola Nova assumiu significativa relevância no cenário educacional brasileiro ao propor uma ruptura com os métodos tradicionais de ensino, centrados na memorização e na disciplina rígida, defendendo práticas pedagógicas voltadas à valorização da experiência, da autonomia do estudante e da formação integral do indivíduo. A publicação do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, em 1932, representou um marco fundamental desse processo, reunindo importantes intelectuais brasileiros em defesa de reformas estruturais no sistema educacional nacional. O documento expressava a compreensão de que a educação deveria ser entendida como direito social e responsabilidade do Estado, vinculando diretamente o progresso educacional ao desenvolvimento econômico, político e cultural do país.

Anísio Teixeira destacou-se pela defesa da educação democrática e pela compreensão da escola pública como instrumento de transformação social. Inspirado pelas ideias de John Dewey, o educador defendia uma educação voltada para a formação crítica e participativa do cidadão, articulando ensino, democracia e desenvolvimento humano. Já Fernando de Azevedo contribuiu significa-

tivamente para a organização da educação nacional ao aproximar sociologia e educação, enfatizando a importância da escola na construção da nacionalidade brasileira e na modernização das instituições sociais. Por sua vez, Lourenço Filho destacou-se pelas contribuições relacionadas à psicologia educacional, à formação de professores e à racionalização dos métodos de ensino, buscando conferir maior eficiência e cientificidade ao sistema educacional brasileiro.

No que diz respeito a metodologia, o estudo caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa, fundamentada na análise de obras clássicas, produções acadêmicas contemporâneas e documentos históricos relacionados à educação brasileira e ao movimento escolanovista. A pesquisa pretende contribuir para a ampliação das discussões acerca da relação entre educação, sociedade e pensamento social no Brasil, evidenciando a permanência e a atualidade das reflexões desenvolvidas por esses educadores diante dos desafios contemporâneos da educação pública brasileira.

Diante disso, o presente artigo tem como objetivo discutir o contributo de Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo e Lourenço Filho para o pensamento social brasileiro, analisando suas concepções educacionais, suas propostas de modernização do ensino e suas influências na construção das políticas educacionais nacionais. Busca-se compreender de que maneira esses intelectuais contribuíram para consolidar a educação como elemento central no projeto de desenvolvimento do Brasil republicano.

O PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO: FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E INTELECTUAIS

A compreensão do pensamento social brasileiro exige a análise dos processos históricos, políticos, econômicos e culturais que marcaram a formação da sociedade brasileira ao longo dos séculos XIX e XX. O pensamento social brasileiro constitui um campo interdisciplinar de produção intelectual voltado à interpretação do Brasil, de suas estruturas sociais, de suas desigualdades e de seus dilemas históricos. Trata-se de um esforço teórico desenvolvido por intelectuais, sociólogos, historiadores, educadores e cientistas políticos que buscaram compreender os obstáculos à modernização nacional e os caminhos possíveis para a construção de uma sociedade democrática e socialmente integrada.

A formação do pensamento social brasileiro ocorreu em um contexto marcado por profundas contradições sociais decorrentes do processo de colonização, da escravidão, da concentração fundiária e da dependência econômica. Segundo Sérgio Buarque de Holanda, a sociedade brasileira estruturou-se historicamente sob bases patrimonialistas e personalistas, dificultando a consolidação de instituições democráticas modernas. Em sua obra clássica *Raízes do Brasil*, o autor argumenta que a herança ibérica contribuiu para a constituição de relações sociais marcadas pela predominância dos vínculos pessoais sobre os princípios universais da racionalidade burocrática e da cidadania (Holanda, 1995).

De modo semelhante, Gilberto Freyre buscou interpretar a formação social brasileira a partir das relações entre colonizadores, indígenas e africanos escravizados. Em *Casa-Grande & Senzala*, Freyre enfatiza o caráter híbrido e mestiço da cultura brasileira, destacando a influência das relações patriarcais na organização da sociedade colonial (Freyre, 2006). Embora sua obra tenha sido posteriormen-

te criticada por relativizar as violências da escravidão, ela desempenhou papel fundamental na consolidação das interpretações sociológicas sobre a identidade nacional brasileira.

A partir da década de 1930, o pensamento social brasileiro passou a incorporar análises mais sistemáticas acerca das desigualdades econômicas e da dependência estrutural do país. Caio Prado Júnior propôs uma interpretação materialista da formação econômica do Brasil ao analisar o sentido da colonização portuguesa. Para o autor, o processo colonial esteve voltado essencialmente à exploração econômica para o mercado externo, impedindo o desenvolvimento autônomo da sociedade brasileira (Prado Júnior, 2011). Essa perspectiva influenciou profundamente os debates sobre desenvolvimento nacional, industrialização e transformação social ao longo do século XX.

Nesse contexto, o pensamento social brasileiro passou a dialogar diretamente com as demandas de modernização do Estado e da sociedade. A transição do modelo agrário-exportador para uma economia urbana e industrial intensificou as discussões acerca da necessidade de reformas sociais e educacionais. A educação passou então a ser compreendida como instrumento estratégico para a construção da cidadania e para a integração nacional. Segundo Darcy Ribeiro, a escola deveria assumir papel fundamental na superação das desigualdades históricas produzidas pela exclusão social e pela concentração de privilégios no Brasil (Ribeiro, 1995).

O desenvolvimento dessas interpretações esteve profundamente associado ao processo de institucionalização das ciências sociais no Brasil. Durante as primeiras décadas do século XX, intelectuais brasileiros passaram a incorporar referenciais teóricos europeus e norte-americanos na análise da realidade nacional. As influências do positivismo, do evolucionismo, do funcionalismo e posteriormente do marxismo contribuíram para ampliar os horizontes interpretativos do pensamento social brasileiro. Nesse sentido, autores como Émile Durkheim, Max Weber e Karl Marx exerceram forte impacto sobre os intelectuais brasileiros, especialmente nas discussões sobre Estado, trabalho, educação e organização social (Miceli, 2001).

A década de 1930 representou um marco decisivo para a redefinição do papel do Estado brasileiro e para a emergência de novos projetos nacionais de desenvolvimento. A Revolução de 1930, liderada por Getúlio Vargas, promoveu significativa centralização política e ampliou a intervenção estatal nas áreas econômica e social. Nesse cenário, a educação ganhou destaque como mecanismo de modernização institucional e formação da força de trabalho necessária ao processo de industrialização. Conforme observa Romanelli (2014), o Estado passou a assumir gradativamente maiores responsabilidades na organização do sistema educacional brasileiro, impulsionando reformas administrativas e pedagógicas em diferentes estados da federação.

Foi nesse ambiente de transformações políticas e sociais que emergiu o movimento da Escola Nova no Brasil. Inspirados pelas ideias renovadoras da pedagogia progressista, intelectuais e educadores passaram a defender uma escola pública voltada à formação integral do indivíduo e à democratização das oportunidades educacionais. O movimento escolanovista articulava educação, ciência e democracia, compreendendo o ensino como elemento central para o progresso nacional. De acordo com Saviani (2013), a Escola Nova representou uma tentativa

de adequar a educação brasileira às exigências da sociedade urbano-industrial em formação, buscando superar os limites do ensino tradicional e elitista.

A influência do pragmatismo norte-americano foi particularmente relevante nesse processo, especialmente por meio das ideias de John Dewey. Dewey defendia uma concepção de educação fundamentada na experiência, na participação ativa do estudante e na formação democrática do cidadão. Para o autor, a escola deveria funcionar como espaço de vivência democrática e desenvolvimento social (Dewey, 1979). Essas concepções influenciaram diretamente educadores brasileiros como Anísio Teixeira, que passou a defender uma educação pública universal e comprometida com a transformação social.

Ao lado de Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo e Lourenço Filho também desempenharam papel fundamental na construção do pensamento educacional brasileiro. Esses intelectuais compreendiam a educação como dimensão estratégica do projeto nacional moderno e participaram ativamente das reformas educacionais implementadas nas décadas de 1920 e 1930. Além disso, estiveram entre os principais signatários do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, publicado em 1932, documento considerado um marco na história da educação brasileira.

O Manifesto dos Pioneiros defendia a universalização do ensino público, gratuito, laico e obrigatório, propondo uma reorganização estrutural do sistema educacional brasileiro. O documento criticava a fragmentação administrativa da educação e denunciava as desigualdades de acesso ao ensino, afirmando que o desenvolvimento nacional dependia diretamente da democratização educacional (Azevedo et al., 2010). Mais do que uma proposta pedagógica, o Manifesto representava um projeto político e social voltado à modernização do país por meio da educação.

As discussões promovidas pelos educadores escolanovistas dialogavam diretamente com os dilemas históricos do pensamento social brasileiro, especialmente no que se refere à relação entre modernização e desigualdade social. Segundo Nagle (2001), a expansão educacional foi concebida como mecanismo capaz de promover integração nacional, racionalização administrativa e desenvolvimento econômico. Entretanto, a efetivação dessas propostas encontrou inúmeros obstáculos estruturais, incluindo as limitações financeiras do Estado, as desigualdades regionais e a resistência das elites conservadoras.

Além disso, a consolidação do pensamento social brasileiro também esteve marcada por tensões ideológicas e disputas teóricas acerca dos rumos da educação nacional. Enquanto alguns intelectuais defendiam uma educação voltada à formação democrática e emancipatória, outros enfatizavam a necessidade de racionalização técnica do ensino e adaptação às demandas produtivas da sociedade industrial. Essas divergências revelam a complexidade das interpretações sobre o papel da educação na construção da sociedade brasileira.

Nas últimas décadas, diversos estudos têm revisitado criticamente as contribuições dos intelectuais do pensamento social brasileiro, analisando tanto seus avanços quanto suas limitações. Pesquisadores contemporâneos destacam que, apesar das importantes contribuições para a democratização educacional, muitos projetos modernizadores do século XX mantiveram ambiguidades relacionadas às desigualdades sociais e às estruturas de poder existentes no país (Schwartzman, 2000; Xavier, 2002). Ainda assim, permanece evidente a relevân-

cia histórica dessas formulações para a consolidação das políticas educacionais brasileiras e para a compreensão das relações entre educação, cidadania e desenvolvimento social.

O MOVIMENTO ESCOLA NOVA E A RENOVAÇÃO EDUCACIONAL BRASILEIRA

O movimento Escola Nova constituiu um dos mais importantes marcos da história da educação brasileira no século XX, promovendo profundas transformações nos fundamentos pedagógicos, nas concepções de ensino e na organização do sistema educacional nacional. Inserido em um contexto de modernização política, econômica e cultural, o escolanovismo representou uma tentativa de superação dos modelos tradicionais de ensino, considerados inadequados diante das demandas de uma sociedade em processo de urbanização, industrialização e democratização (Azevedo, 2010). Mais do que uma simples reforma pedagógica, a Escola Nova configurou-se como um projeto intelectual e político comprometido com a construção de uma nova sociedade, fundamentada em princípios científicos, democráticos e progressistas.

As origens da Escola Nova remontam ao final do século XIX e início do século XX, especialmente na Europa e nos Estados Unidos, em um cenário marcado pelas transformações decorrentes da Revolução Industrial e pela expansão das ideias liberais e democráticas. O ensino tradicional, centrado na autoridade do professor, na memorização mecânica e na disciplina rígida, passou a ser amplamente criticado por educadores e filósofos que defendiam métodos mais ativos e humanizados de aprendizagem. Nesse contexto, destacaram-se pensadores como John Dewey, Maria Montessori e Édouard Claparède, cujas formulações influenciaram significativamente a renovação educacional em diversos países, inclusive no Brasil.

A perspectiva escolanovista fundamentava-se na valorização da experiência, da autonomia do estudante e da aprendizagem baseada na resolução de problemas concretos. Para John Dewey, a educação deveria ser compreendida como um processo social e democrático, no qual a escola assumiria papel fundamental na formação do cidadão crítico e participativo. Dewey defendia que o ensino precisava estar conectado às experiências reais dos indivíduos e às necessidades da vida em sociedade, rompendo com práticas educativas excessivamente teóricas e descontextualizadas. Segundo o autor, “a educação não é preparação para a vida; a educação é a própria vida” (Dewey, 1979, p. 10), evidenciando sua compreensão acerca da centralidade da experiência no processo educativo.

No Brasil, a introdução das ideias escolanovistas ocorreu em um período de intensas transformações sociais e políticas. A Proclamação da República, em 1889, inaugurou um novo momento histórico marcado pela tentativa de modernização das instituições nacionais e pela construção de um projeto republicano de sociedade. Entretanto, o país ainda apresentava elevados índices de analfabetismo, profundas desigualdades sociais e um sistema educacional precário e elitizado. Nesse contexto, a educação passou a ser concebida como instrumento estratégico para a construção da cidadania, para a integração nacional e para o desenvolvimento econômico e social (Saviani, 2013).

A década de 1920 representou um momento decisivo para a consolidação

do movimento renovador no Brasil. Diversos educadores brasileiros passaram a defender reformas educacionais inspiradas nos princípios da Escola Nova, buscando reorganizar o ensino público e ampliar o acesso à educação. Entre os principais representantes desse movimento destacaram-se Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo, Lourenço Filho e Manoel Bergström Lourenço Filho, intelectuais que desempenharam papel fundamental na formulação das políticas educacionais brasileiras e na difusão das ideias escolanovistas.

As reformas educacionais implementadas em diferentes estados brasileiros durante as décadas de 1920 e 1930 evidenciaram a crescente influência do escolanovismo. Reformas como a do Distrito Federal, conduzida por Fernando de Azevedo em 1927, e a da Bahia, liderada por Anísio Teixeira em 1925, buscaram modernizar o ensino público por meio da reorganização curricular, da valorização da formação docente e da adoção de métodos pedagógicos ativos. Essas experiências pretendiam tornar a escola mais eficiente, democrática e alinhada às demandas da sociedade moderna (Romanelli, 2014).

O escolanovismo brasileiro também esteve fortemente relacionado à ascensão das ciências da educação e da psicologia experimental. A valorização da infância, da individualidade do estudante e dos processos psicológicos de aprendizagem contribuiu para a incorporação de métodos científicos na prática pedagógica. Nesse aspecto, as contribuições de Lourenço Filho foram particularmente relevantes, sobretudo no que se refere à aplicação da psicologia educacional e à defesa da racionalização do ensino. O educador entendia que a escola deveria adaptar-se às características individuais dos alunos, utilizando métodos científicos capazes de promover maior eficiência no processo educativo (Lourenço Filho, 1978).

Além das transformações metodológicas, a Escola Nova no Brasil assumiu importante dimensão política e social. Os educadores renovadores compreendiam que a educação desempenhava papel central na consolidação da democracia e na construção de uma sociedade moderna. A escola pública passou a ser defendida como direito social e como responsabilidade do Estado, devendo garantir igualdade de oportunidades e formação integral para todos os cidadãos. Nesse sentido, o movimento escolanovista ultrapassou os limites estritamente pedagógicos, articulando-se às discussões mais amplas sobre cidadania, nacionalidade e modernização social (Nagle, 2001).

O ponto culminante do movimento renovador brasileiro ocorreu em 1932, com a publicação do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, documento assinado por vinte e seis intelectuais brasileiros, entre eles Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo e Lourenço Filho. O Manifesto representou um marco histórico na educação nacional ao defender a reconstrução educacional do país sob bases científicas, democráticas e republicanas. O documento propunha a criação de um sistema nacional de educação pública, gratuita, obrigatória e laica, atribuindo ao Estado a responsabilidade pela organização e financiamento da educação (Azevedo *et al.*, 2010).

O Manifesto dos Pioneiros apresentava uma concepção de educação diretamente vinculada ao desenvolvimento nacional e à democratização da sociedade brasileira. Segundo os signatários, somente por meio de uma escola pública universal seria possível combater as desigualdades sociais e promover a formação de cidadãos conscientes e participativos. O documento criticava a fragmentação

do sistema educacional brasileiro, a ausência de planejamento estatal e a predominância de interesses privados na condução da educação nacional. Para os pioneiros, a educação deveria constituir-se como política pública prioritária e instrumento fundamental para a consolidação da democracia (Saviani, 2013).

As propostas escolanovistas encontraram tanto apoio quanto resistência no cenário político e intelectual brasileiro. Enquanto setores progressistas viam na renovação educacional uma possibilidade de modernização do país, grupos conservadores criticavam o movimento por considerá-lo excessivamente liberal e influenciado por modelos estrangeiros. Ademais disso, parte das críticas direcionadas à Escola Nova referia-se à dificuldade de execução de suas propostas em um país marcado por profundas desigualdades sociais, carência de infraestrutura escolar e insuficiência de recursos públicos (Ghiraldelli Jr., 2009).

Conquanto as limitações e contradições, a influência da Escola Nova sobre a educação brasileira foi profunda e duradoura.

O movimento contribuiu para a valorização da formação docente, para a ampliação dos debates sobre políticas públicas educacionais e para a consolidação de uma concepção de educação voltada à formação integral do indivíduo. Muitas das ideias defendidas pelos escolanovistas permanecem presentes nas discussões educacionais contemporâneas, especialmente no que se refere à democratização do ensino, à participação ativa do estudante e à defesa da escola pública de qualidade.

Do ponto de vista do pensamento social brasileiro, o escolanovismo representou uma tentativa de articulação entre educação e projeto nacional. Os educadores renovadores compreendiam que a modernização da sociedade brasileira dependia diretamente da reorganização do sistema educacional e da formação de uma nova mentalidade social.

A escola era concebida como espaço privilegiado para a construção da cidadania, para o fortalecimento das instituições democráticas e para a promoção da integração nacional. Assim, a Escola Nova não pode ser entendida apenas como movimento pedagógico, mas como parte de um amplo esforço intelectual voltado à transformação da sociedade brasileira (Xavier, 2002).

Além disso, estudos recentes têm demonstrado que o movimento escolanovista exerceu significativa influência sobre a formulação das políticas educacionais brasileiras ao longo do século XX. Pesquisadores contemporâneos destacam que muitas das bases estruturais da educação pública nacional foram construídas a partir das formulações elaboradas pelos pioneiros da Escola Nova, especialmente no que se refere à centralidade do Estado na organização da educação e à defesa do ensino público como direito universal (Bomeny, 2019).

Entretanto, a historiografia educacional contemporânea também tem problematizado certos aspectos do escolanovismo, apontando contradições entre o discurso democrático e algumas práticas pedagógicas de caráter tecnicista e seletivo. Em determinados momentos, a valorização da eficiência e da racionalização do ensino esteve associada a mecanismos de controle e classificação dos estudantes, especialmente por meio do uso de testes psicológicos e métodos de avaliação padronizados. Essas tensões revelam que a Escola Nova constituiu um movimento complexo, heterogêneo e marcado por diferentes perspectivas teóricas e políticas (Carvalho, 2020).

ANÍSIO TEIXEIRA E A EDUCAÇÃO DEMOCRÁTICA

A trajetória intelectual de Anísio Teixeira ocupa posição central na história da educação brasileira e no desenvolvimento do pensamento social do país ao longo do século XX. Sua produção teórica e sua atuação política estiveram profundamente vinculadas à defesa da educação pública, democrática, gratuita e universal como fundamento indispensável para a consolidação da cidadania e da democracia no Brasil. Em um contexto histórico marcado por profundas desigualdades sociais, limitações estruturais do sistema educacional e disputas em torno dos projetos de modernização nacional, Anísio Teixeira formulou uma concepção educacional comprometida com a emancipação humana, com a formação integral do indivíduo e com a construção de uma sociedade mais igualitária.

Nascido em 1900, no estado da Bahia, Anísio Teixeira desenvolveu sua formação intelectual em um período de intensas transformações sociais e políticas no Brasil republicano. Sua aproximação com as ideias pragmatistas norte-americanas ocorreu especialmente durante seus estudos na Columbia University, nos Estados Unidos, onde teve contato com o pensamento de John Dewey. A influência de Dewey foi determinante para a formulação de sua concepção de educação democrática, baseada na experiência, na participação ativa do estudante e na integração entre escola e sociedade. Para Anísio Teixeira, a educação deveria constituir-se como prática social voltada para a formação de sujeitos autônomos, críticos e capazes de participar ativamente da vida democrática (Teixeira, 1994).

A perspectiva educacional anisiana rompeu com os modelos tradicionais de ensino que predominavam no Brasil nas primeiras décadas do século XX. O ensino tradicional, fundamentado na memorização, na disciplina rígida e na centralidade do professor, era compreendido pelo educador como incompatível com as demandas de uma sociedade moderna e democrática. Nesse sentido, Anísio Teixeira aproximou-se dos princípios do movimento da Escola Nova, defendendo métodos pedagógicos centrados no aluno, na experiência prática e no desenvolvimento das potencialidades humanas (Saviani, 2013).

A concepção de democracia em Anísio Teixeira ultrapassava os limites formais das instituições políticas, sendo compreendida como prática cotidiana de participação social e igualdade de oportunidades. Para o educador, não seria possível consolidar um regime democrático em uma sociedade profundamente marcada pela exclusão educacional e pelas desigualdades sociais. A escola pública assumia, portanto, função estratégica na democratização da sociedade brasileira, tornando-se espaço de formação cidadã e de promoção da justiça social (Nunes, 2010).

Segundo Anísio Teixeira, a educação deveria ser tratada como direito universal e responsabilidade do Estado. Essa compreensão representava significativa ruptura com as estruturas educacionais elitistas que historicamente marcaram a sociedade brasileira. Em sua obra *Educação não é privilégio*, o autor argumenta que a democratização do ensino constituía condição indispensável para o desenvolvimento econômico, político e cultural do país. A educação, nesse sentido, não poderia permanecer restrita às elites sociais, devendo alcançar todos os segmentos da população brasileira (Teixeira, 1994).

O pensamento anisiano também esteve profundamente associado à defesa da escola pública laica. Em um contexto histórico de forte influência religiosa sobre a educação nacional, Anísio Teixeira sustentava que a escola pública deveria

garantir neutralidade confessional e assegurar liberdade de pensamento, permitindo a formação de cidadãos críticos e autônomos. A laicidade da educação era compreendida como elemento essencial para a construção de uma sociedade plural e democrática (Cury, 2001).

Para Anísio Teixeira, a escola deveria promover o desenvolvimento pleno do indivíduo em suas dimensões intelectual, física, cultural, ética e social. A educação não poderia limitar-se à simples transmissão de conteúdos escolares, mas deveria proporcionar experiências capazes de integrar o estudante à vida social e cultural de sua comunidade. Essa concepção materializou-se em experiências inovadoras como o Centro Educacional Carneiro Ribeiro, conhecido como Escola-Parque, implantado em Salvador na década de 1950 (Rocha, 2002).

A Escola-Parque representou uma das experiências mais emblemáticas da educação democrática no Brasil. Inspirada nos princípios do pragmatismo deweyano, a proposta articulava atividades acadêmicas, culturais, artísticas e esportivas em tempo integral, buscando promover uma formação ampla e integrada dos estudantes. O projeto expressava a compreensão de que a educação deveria preparar os indivíduos não apenas para o mercado de trabalho, mas também para a convivência democrática e para o exercício pleno da cidadania (Ghiraldelli Jr., 2006).

A atuação de Anísio Teixeira no campo das políticas públicas educacionais também revelou seu compromisso com a modernização democrática da educação brasileira. Durante sua gestão na Diretoria de Instrução Pública da Bahia e posteriormente no Distrito Federal, o educador implementou reformas voltadas para a ampliação do acesso à escola pública, a valorização da formação docente e a reorganização administrativa do sistema educacional. Essas iniciativas buscavam superar o caráter excludente e improvisado da educação brasileira, aproximando-a dos modelos modernos de administração educacional (Romanelli, 2014).

Além de sua atuação na educação básica, Anísio Teixeira exerceu papel decisivo na organização do ensino superior brasileiro. Sua participação na criação da Universidade de Brasília constituiu importante marco na história da universidade brasileira. O projeto da universidade, desenvolvido em parceria com Darcy Ribeiro, defendia a integração entre ensino, pesquisa e extensão, além da autonomia universitária e da produção científica comprometida com o desenvolvimento nacional (Ribeiro, 1995).

Nesse contexto, Anísio Teixeira compreendia a universidade como espaço estratégico para a produção do conhecimento científico e para a formação das elites intelectuais responsáveis pela condução do desenvolvimento brasileiro. Sua concepção universitária buscava romper com modelos excessivamente burocráticos e conservadores, propondo instituições dinâmicas, inovadoras e socialmente comprometidas (Mendonça, 2002).

Outro elemento relevante no pensamento anisiano refere-se à relação entre educação e desenvolvimento econômico. Influenciado pelas transformações sociais e industriais do século XX, o educador compreendia que o avanço econômico do país dependia diretamente da expansão educacional e da qualificação da população. A educação assumia, portanto, papel estratégico na modernização nacional e na construção de uma sociedade mais produtiva e socialmente integrada (Teixeira, 1977).

No entanto, embora profundamente comprometido com a democratização do ensino, o projeto educacional de Anísio Teixeira também enfrentou críticas e resistências. Setores conservadores da sociedade brasileira viam com desconfiança suas propostas de escola pública laica e universal, especialmente em razão das tensões ideológicas presentes no cenário político nacional durante o século XX. Além disso, críticos apontam que algumas concepções escolanovistas enfatizavam excessivamente os aspectos técnicos e pedagógicos da educação, sem enfrentar de forma mais profunda as estruturas econômicas e sociais responsáveis pelas desigualdades brasileiras (Saviani, 2013).

Mesmo diante dessas críticas, o legado intelectual de Anísio Teixeira permanece amplamente reconhecido na história da educação brasileira. Sua defesa da educação como direito social e instrumento de emancipação humana influenciou importantes políticas públicas educacionais e permanece presente nos debates contemporâneos acerca da democratização do ensino e da qualidade da escola pública. Muitos dos princípios defendidos pelo educador — como universalização do acesso, educação integral, valorização docente e gestão democrática — continuam sendo referências fundamentais para a formulação das políticas educacionais brasileiras (Libâneo, 2012).

A atualidade do pensamento de Teixeira torna-se ainda mais evidente diante dos desafios educacionais contemporâneos. Problemas relacionados à desigualdade no acesso à educação, evasão escolar, precarização do ensino público e limitações na formação cidadã demonstram que grande parte das questões enfrentadas por Anísio Teixeira continua presente no cenário nacional. Sua compreensão da educação como elemento estruturador da democracia permanece extremamente relevante em um contexto social marcado por profundas desigualdades econômicas e fragilidades institucionais (Cavaliere, 2010).

Além disso, a valorização da experiência, da autonomia intelectual e da formação crítica proposta por Anísio Teixeira dialoga diretamente com os desafios impostos pelas transformações tecnológicas e culturais do século XXI. Em uma sociedade marcada pela circulação acelerada de informações e pela complexidade das relações sociais, a escola democrática defendida pelo educador continua sendo concebida como espaço fundamental para a construção do pensamento crítico, da convivência plural e da participação cidadã.

FERNANDO DE AZEVEDO E A ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO NACIONAL

A história da educação brasileira no século XX encontra em Fernando de Azevedo uma de suas figuras intelectuais mais expressivas, sobretudo no que se refere à organização da educação nacional e à formulação de um projeto educacional articulado aos ideais de modernização social e construção da nacionalidade. Sua atuação extrapolou os limites da pedagogia tradicional, inserindo-se em um amplo debate sociológico, político e cultural acerca dos rumos da sociedade brasileira em um contexto de transformações estruturais provocadas pela urbanização, industrialização e reorganização do Estado republicano. Nesse sentido, Fernando de Azevedo consolidou-se como um dos principais intérpretes da relação entre educação e sociedade no Brasil, defendendo a escola pública como instrumento estratégico para a consolidação da democracia e para a integração nacional.

As reflexões desenvolvidas por Fernando de Azevedo foram fortemente influenciadas pelas correntes sociológicas europeias, especialmente pelo pensamento de Émile Durkheim, cuja perspectiva enfatizava o papel da educação na manutenção da coesão social e na formação moral dos indivíduos. Para Azevedo, a escola deveria desempenhar uma função social essencial, promovendo a internalização de valores coletivos necessários à consolidação da vida democrática e ao fortalecimento das instituições modernas. Tal compreensão aproximava a educação de um projeto político mais amplo, no qual a formação intelectual e moral dos cidadãos era concebida como condição indispensável para o progresso nacional (Saviani, 2013).

A atuação intelectual de Fernando de Azevedo ocorreu em um período marcado por profundas tensões sociais e políticas no Brasil. Durante as primeiras décadas republicanas, o país enfrentava elevadas taxas de analfabetismo, precariedade das instituições educacionais e forte exclusão escolar das classes populares. A educação pública permanecia limitada tanto em cobertura quanto em qualidade, sendo incapaz de responder às demandas impostas pelo avanço da urbanização e pela crescente complexidade da vida econômica e social. Nesse cenário, os educadores vinculados ao movimento renovador passaram a defender reformas estruturais no sistema educacional brasileiro, buscando romper com o modelo tradicional de ensino e implementar práticas pedagógicas fundamentadas na ciência, na racionalidade administrativa e na democratização do acesso escolar (Romanelli, 2014).

Fernando de Azevedo destacou-se precisamente por compreender que a reorganização da educação nacional não poderia ocorrer de forma isolada das transformações sociais mais amplas. Em suas análises, a educação constituía parte integrante do processo civilizatório e da construção da modernidade brasileira. A escola deveria preparar os indivíduos para participar ativamente da vida pública, contribuindo para a formação de uma consciência nacional comprometida com os princípios democráticos e com o desenvolvimento econômico do país. Essa perspectiva evidencia a dimensão sociológica de seu pensamento, na medida em que a educação era compreendida como mecanismo de integração social e instrumento de reorganização da sociedade (Nagle, 2001).

A influência de Fernando de Azevedo na educação brasileira tornou-se particularmente significativa a partir das reformas educacionais implementadas nas décadas de 1920 e 1930. Em 1927, ao assumir a Diretoria Geral da Instrução Pública do Distrito Federal, promoveu importantes mudanças na estrutura administrativa e pedagógica do ensino, buscando racionalizar o funcionamento das instituições escolares e ampliar o acesso à educação pública. Essas reformas estavam alinhadas aos princípios do movimento da Escola Nova, que defendia uma educação centrada no aluno, valorizando a experiência, a participação ativa e a formação integral do indivíduo (Lourenço Filho, 1978).

O escolanovismo brasileiro, do qual Fernando de Azevedo foi um dos principais representantes, constituiu-se como um movimento de renovação pedagógica inspirado em experiências educacionais europeias e norte-americanas. A crítica central do movimento recaía sobre o modelo tradicional de ensino, considerado excessivamente autoritário, enciclopédico e desarticulado das necessidades sociais contemporâneas. Em contraposição, os educadores escolanovistas defendiam métodos pedagógicos ativos, fundamentados na psicologia da aprendizagem e na valorização da autonomia do educando (Cambi, 1999).

Nesse contexto, Fernando de Azevedo participou ativamente da elaboração do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, publicado em 1932, documento considerado um dos marcos mais importantes da história da educação brasileira. O manifesto reunia intelectuais comprometidos com a defesa de uma escola pública, gratuita, obrigatória e laica, atribuindo ao Estado a responsabilidade pela organização de um sistema nacional de educação capaz de atender às demandas de uma sociedade democrática e moderna. O documento representava não apenas uma proposta pedagógica, mas também um projeto político de reorganização social fundamentado na educação como direito universal (Azevedo *et al.*, 2010).

O Manifesto dos Pioneiros expressava a convicção de que a educação deveria constituir um elemento central na construção da cidadania e na superação das desigualdades sociais históricas do Brasil. Fernando de Azevedo defendia que somente por meio da universalização da escola pública seria possível integrar amplos setores da população ao processo de desenvolvimento nacional. Tal posicionamento aproximava sua produção intelectual das discussões mais amplas do pensamento social brasileiro, especialmente no que se refere à formação da identidade nacional e aos desafios da modernização (Schwartzman; Bomeny; Costa, 2000).

Outro aspecto relevante do pensamento de Fernando de Azevedo refere-se à sua compreensão acerca da relação entre cultura e educação. Em sua obra *A Cultura Brasileira*, publicada originalmente em 1943, o autor desenvolveu uma ampla interpretação histórica da formação cultural do Brasil, analisando os processos sociais, políticos e educacionais responsáveis pela constituição da sociedade brasileira. A obra tornou-se referência fundamental para os estudos sobre pensamento social brasileiro, articulando educação, cultura e desenvolvimento nacional em uma perspectiva sociológica abrangente (Azevedo, 1976).

Ao analisar a formação histórica do Brasil, Fernando de Azevedo argumentava que a ausência de um sistema educacional sólido havia contribuído para a manutenção das desigualdades sociais e para a fragilidade das instituições democráticas. Para o autor, a construção de uma cultura nacional dependia diretamente da expansão da educação pública e da valorização da ciência como fundamento da vida social moderna. Dessa forma, sua proposta educacional estava profundamente vinculada ao projeto de construção de um Estado nacional moderno, racional e democrático (Saviani, 2013).

Além de sua atuação como educador e sociólogo, Fernando de Azevedo exerceu importante influência institucional na consolidação das ciências sociais e da pesquisa educacional no Brasil. Participou da criação da Universidade de São Paulo, em 1934, contribuindo para a organização do sistema universitário brasileiro e para o fortalecimento da produção científica nacional. Sua defesa da universidade como espaço de formação intelectual e produção do conhecimento refletia sua compreensão de que a modernização do país dependia diretamente do investimento em educação e pesquisa científica (Miceli, 2001).

A relação entre educação e democracia ocupa posição central em sua obra. Para Fernando de Azevedo, não haveria possibilidade de consolidação democrática em uma sociedade marcada pelo analfabetismo e pela exclusão escolar. A escola pública deveria funcionar como espaço de formação cívica, preparando os indivíduos para a participação política e para o exercício da cidadania. Tal entendimento aproximava-se das formulações de outros intelectuais do período,

como Anísio Teixeira, embora Azevedo atribuísse maior ênfase à dimensão sociológica da educação e ao papel organizador do Estado na construção da ordem social (Cunha, 1980).

Entretanto, embora suas contribuições sejam amplamente reconhecidas, o pensamento de Fernando de Azevedo também foi objeto de críticas. Alguns estudiosos apontam que determinadas formulações escolanovistas apresentavam limites relacionados à insuficiente problematização das desigualdades estruturais da sociedade brasileira. Em muitos casos, as propostas de modernização educacional enfatizavam a racionalização administrativa e a formação moral dos indivíduos sem enfrentar de maneira mais profunda as contradições econômicas e sociais responsáveis pela exclusão educacional (Paiva, 2003).

Além disso, parte da crítica contemporânea destaca que o projeto educacional escolanovista, embora progressista em vários aspectos, estava fortemente associado às demandas de modernização das elites urbanas e industriais emergentes. Nesse sentido, a expansão da educação pública também atendia às necessidades de formação da força de trabalho exigida pelo desenvolvimento capitalista e pela reorganização produtiva do país (Ghiraldelli Jr., 2006). Ainda assim, tais críticas não diminuem a relevância histórica das contribuições de Fernando de Azevedo para a consolidação da educação pública brasileira e para a construção do pensamento educacional nacional.

LOURENÇO FILHO E A PSICOLOGIA EDUCACIONAL NO BRASIL

A consolidação da educação brasileira ao longo do século XX esteve diretamente associada à atuação de intelectuais que buscaram modernizar o sistema de ensino nacional por meio da incorporação de fundamentos científicos, psicológicos e pedagógicos. Nesse contexto, Lourenço Filho destacou-se como um dos principais formuladores da renovação educacional brasileira, exercendo papel fundamental na difusão das ideias escolanovistas e na institucionalização da psicologia educacional no país. Sua produção intelectual, marcada pela defesa da racionalização pedagógica, da eficiência escolar e da utilização de métodos científicos aplicados à educação, contribuiu significativamente para redefinir as práticas educacionais brasileiras durante as primeiras décadas da República.

Manuel Bergström Lourenço Filho nasceu em 1897, no estado do Ceará, em um período marcado por profundas transformações sociais, econômicas e políticas no Brasil. Sua trajetória intelectual desenvolveu-se em meio às discussões sobre modernização nacional, democratização da educação e construção de uma escola pública capaz de atender às demandas da sociedade republicana. Desde o início de sua carreira, Lourenço Filho demonstrou interesse pelas relações entre psicologia, aprendizagem e desenvolvimento humano, buscando compreender os mecanismos cognitivos e comportamentais envolvidos no processo educativo (Saviani, 2013).

A atuação de Lourenço Filho esteve fortemente vinculada ao movimento da Escola Nova, corrente pedagógica que criticava o modelo tradicional de ensino baseado na memorização mecânica, na disciplina rígida e na centralidade absoluta do professor. Influenciado pelas teorias psicológicas e pedagógicas desenvolvidas na Europa e nos Estados Unidos, especialmente pelas contribuições da psicologia experimental e da pedagogia ativa, o educador defendia uma escola

centrada no estudante, em suas necessidades cognitivas e em suas experiências individuais (Nagle, 2001).

Nesse contexto, a psicologia educacional passou a ocupar posição estratégica em suas formulações teóricas. Para Lourenço Filho, a educação deveria fundamentar-se em conhecimentos científicos capazes de compreender os processos mentais envolvidos na aprendizagem, permitindo maior eficiência na organização escolar e no desenvolvimento pedagógico. Tal perspectiva estava alinhada às tendências internacionais da época, que buscavam aproximar educação e ciência por meio da aplicação de métodos experimentais, avaliações psicométricas e estudos sobre inteligência e desenvolvimento infantil (Monarcha, 2009).

A influência da psicologia experimental sobre o pensamento de Lourenço Filho pode ser observada em suas pesquisas relacionadas à mensuração da aprendizagem e à avaliação das capacidades intelectuais dos estudantes. O educador acreditava que a escola deveria adaptar suas práticas pedagógicas às características psicológicas dos alunos, reconhecendo diferenças individuais no ritmo e na forma de aprendizagem. Essa concepção levou ao desenvolvimento de instrumentos de avaliação educacional voltados para a identificação do nível de maturidade intelectual das crianças, como os conhecidos “Testes ABC”, utilizados amplamente no Brasil durante décadas (Lourenço Filho, 1974).

Os Testes ABC representaram uma das principais contribuições de Lourenço Filho para a psicologia educacional brasileira. Elaborados com base em estudos sobre maturidade para a alfabetização, esses instrumentos buscavam identificar se a criança possuía condições psicológicas adequadas para iniciar o processo de aprendizagem da leitura e da escrita. Segundo o autor, o fracasso escolar frequentemente estava relacionado à ausência de maturidade psicológica suficiente para acompanhar o ensino formal, tornando necessária a realização de avaliações diagnósticas antes da alfabetização (Lourenço Filho, 1974).

Embora tais propostas tenham sido consideradas inovadoras para a época, posteriormente também passaram a receber críticas relacionadas ao caráter classificatório e seletivo das avaliações psicométricas. Alguns estudiosos argumentam que a utilização desses testes contribuiu para reforçar práticas excludentes no sistema educacional brasileiro, sobretudo ao naturalizar diferenças de desempenho escolar sem considerar adequadamente os fatores sociais, econômicos e culturais que influenciam a aprendizagem (Patto, 2015). Ainda assim, é inegável que as formulações de Lourenço Filho contribuíram para inserir a psicologia como campo relevante nas discussões pedagógicas brasileiras.

Para o educador, a melhoria da qualidade da educação dependia diretamente da preparação científica do magistério, sendo necessário formar profissionais capazes de compreender os fundamentos psicológicos, sociológicos e pedagógicos do processo educativo. Dessa forma, a formação de professores deveria ultrapassar a dimensão puramente prática, incorporando conhecimentos teóricos e metodológicos que possibilitassem maior eficiência no ensino (Romanelli, 2014).

Essa preocupação esteve presente em diversas reformas educacionais das quais Lourenço Filho participou ao longo de sua trajetória. Entre suas atuações mais relevantes destaca-se a reforma da instrução pública no estado do Ceará, realizada na década de 1920, considerada uma das primeiras experiências de renovação pedagógica inspiradas pelos princípios escolanovistas no Brasil. Posteriormente, o educador também exerceu funções administrativas no Ministério

da Educação e em instituições voltadas para pesquisa educacional, consolidando sua influência sobre as políticas públicas de ensino (Saviani, 2013).

A participação de Lourenço Filho no Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, publicado em 1932, reforça sua relevância no cenário intelectual brasileiro. O documento defendia a reconstrução do sistema educacional nacional com base em princípios democráticos, científicos e modernos, propondo a universalização da escola pública, gratuita, obrigatória e laica. Ao lado de outros importantes intelectuais, como Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo, Lourenço Filho contribuiu para consolidar a compreensão de que a educação deveria constituir responsabilidade do Estado e elemento central do desenvolvimento nacional (Azevedo *et al.*, 2010).

Apesar das aproximações entre esses educadores, o pensamento de Lourenço Filho apresenta especificidades importantes, especialmente em relação à valorização da psicologia aplicada e da racionalização administrativa do ensino. Diferentemente de Anísio Teixeira, cuja concepção enfatizava fortemente a educação democrática e a formação cidadã, Lourenço Filho demonstrava maior preocupação com a eficiência técnica do sistema educacional, defendendo mecanismos de avaliação, classificação e organização escolar fundamentados em critérios científicos (Cunha, 2007).

Tal perspectiva aproxima seu pensamento das tendências tecnicistas que ganharam força em determinados momentos da educação brasileira. A busca pela eficiência escolar, pela padronização dos métodos de ensino e pela mensuração do rendimento acadêmico refletia uma concepção de educação influenciada pelas ideias de racionalização administrativa e produtividade social típicas do contexto da modernização republicana. Nesse sentido, a escola deveria funcionar de maneira organizada, sistemática e eficiente, contribuindo para a formação de indivíduos aptos à integração na sociedade moderna (Monarcha, 2009).

Além disso, Lourenço Filho contribuiu significativamente para a institucionalização da pesquisa educacional no Brasil. Sua participação em órgãos públicos e instituições acadêmicas fortaleceu o desenvolvimento de estudos sobre aprendizagem, avaliação escolar e organização do ensino, promovendo a consolidação de uma cultura científica no campo educacional brasileiro. Tal legado influenciou gerações de pesquisadores e educadores, estabelecendo bases importantes para o desenvolvimento posterior da psicologia da educação no país (Mortatti, 2000).

A relação entre psicologia e educação no pensamento de Lourenço Filho também dialogava com as transformações sociais e políticas do período republicano. A expansão do ensino público exigia novas formas de organização escolar e novos métodos pedagógicos capazes de atender a um número crescente de estudantes. Nesse cenário, a utilização de instrumentos psicológicos e técnicas de avaliação aparecia como estratégia para racionalizar o funcionamento das instituições educacionais e enfrentar os desafios relacionados ao fracasso escolar e à evasão estudantil (Patto, 2015).

Entretanto, as críticas contemporâneas ao pensamento de Lourenço Filho destacam que muitas dessas práticas acabaram reproduzindo desigualdades sociais presentes na sociedade brasileira. A utilização de testes psicológicos e classificações escolares frequentemente ignorava as condições socioeconômicas dos estudantes, responsabilizando individualmente o aluno por dificuldades de

aprendizagem que possuíam origens estruturais. Essa crítica tornou-se especialmente relevante a partir das contribuições da sociologia crítica da educação e dos estudos sobre exclusão escolar desenvolvidos ao longo da segunda metade do século XX (Patto, 2015).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do pensamento social brasileiro a partir das contribuições de Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo e Lourenço Filho permite compreender a centralidade da educação nos projetos de modernização e reorganização social do Brasil ao longo do século XX. Esses intelectuais exerceram papel decisivo na formulação de propostas educacionais comprometidas com a construção de uma sociedade mais democrática, racional e integrada aos ideais de progresso que marcaram o contexto republicano brasileiro.

O estudo evidenciou que o movimento da Escola Nova constituiu um marco importante no processo de renovação educacional brasileira, especialmente ao defender a superação das práticas tradicionais de ensino e a implementação de uma escola pública, gratuita, laica e obrigatória. Nesse cenário, os três educadores analisados contribuíram significativamente para consolidar uma nova compreensão sobre o papel da educação na sociedade brasileira. Embora apresentassem diferenças teóricas e metodológicas, compartilhavam a defesa da necessidade de modernização do sistema educacional e da ampliação do acesso ao ensino como condição essencial para o desenvolvimento nacional.

Anísio Teixeira destacou-se pela defesa da educação democrática e pela valorização da escola pública como instrumento de emancipação social. Influenciado pelo pragmatismo de John Dewey, o educador compreendia a educação como prática social voltada à formação crítica do indivíduo e ao fortalecimento da democracia. Sua atuação política e intelectual contribuiu para a consolidação da ideia de que o Estado deveria assumir responsabilidade efetiva pela garantia do direito à educação, promovendo oportunidades educacionais mais igualitárias para a população brasileira.

Por sua vez, Fernando de Azevedo desenvolveu importante contribuição para a articulação entre educação, sociologia e construção da nacionalidade. Sua produção intelectual evidenciou a compreensão da escola como instituição estratégica para a organização da vida social e para a formação de uma identidade nacional moderna. Ao defender reformas educacionais estruturais e a racionalização do sistema de ensino, Fernando de Azevedo consolidou uma perspectiva sociológica da educação voltada à integração entre cultura, cidadania e desenvolvimento social.

Já Lourenço Filho destacou-se pela incorporação da psicologia educacional e dos métodos científicos ao campo pedagógico brasileiro. Sua preocupação com a eficiência escolar, a avaliação da aprendizagem e a formação técnica do magistério contribuiu para a institucionalização da psicologia aplicada à educação no Brasil. Embora parte de suas formulações tenha sido posteriormente criticada pelo caráter classificatório e seletivo associado às avaliações psicométricas, suas contribuições foram fundamentais para a organização científica da educação nacional e para o fortalecimento das pesquisas educacionais no país (Patto, 2015).

Ao longo da pesquisa, tornou-se evidente que as propostas desses educadores refletiam tanto os ideais de democratização da educação quanto as contradições presentes no próprio processo de modernização brasileira. A ampliação do acesso escolar, defendida pelos pioneiros da educação, coexistia com desafios estruturais relacionados às desigualdades sociais, econômicas e regionais que historicamente marcaram a sociedade brasileira. Dessa forma, muitos dos problemas discutidos por esses intelectuais permanecem atuais, especialmente no que se refere à garantia da qualidade da educação pública, à valorização docente e à construção de políticas educacionais verdadeiramente inclusivas.

Além disso, as reflexões desenvolvidas pelos educadores analisados demonstram que a educação nunca foi compreendida apenas como mecanismo de transmissão de conhecimentos, mas como instrumento político e social capaz de influenciar diretamente a organização da sociedade. Nesse sentido, o pensamento social brasileiro atribuiu à escola uma função estratégica na formação do cidadão e na consolidação de valores democráticos, reforçando a ideia de que o desenvolvimento nacional depende diretamente da construção de um sistema educacional amplo, acessível e socialmente comprometido.

Conclui-se, portanto, que as contribuições de Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo e Lourenço Filho permanecem fundamentais para a compreensão da história da educação brasileira e do próprio pensamento social nacional. Suas produções intelectuais continuam oferecendo importantes subsídios para o debate contemporâneo sobre democracia, cidadania, políticas públicas e direito à educação. Em um contexto marcado por persistentes desigualdades educacionais e desafios estruturais no ensino público brasileiro, revisitar as reflexões desses educadores significa reconhecer a atualidade de suas propostas e a necessidade permanente de fortalecer a educação como instrumento de transformação social e construção democrática.

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, Fernando de. *A cultura brasileira*. 6. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1976.
- AZEVEDO, Fernando de et al. *Manifesto dos pioneiros da educação nova (1932) e dos educadores (1959)*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2010.
- BOMENY, Helena. *Os intelectuais da educação*. Rio de Janeiro: Zahar, 2019.
- CAMBI, Franco. *História da pedagogia*. São Paulo: UNESP, 1999.
- CARVALHO, Marta Maria Chagas de. *Molde nacional e fôrma cívica: higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação*. São Paulo: Editora Unesp, 2020.
- CAVALIERE, Ana Maria Villela. Anísio Teixeira e a educação integral. *Paidéia*, Ribeirão Preto, v. 20, n. 46, p. 249-259, 2010.
- CUNHA, Luiz Antônio. *A universidade temporã: o ensino superior da colônia à era Vargas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- CUNHA, Luiz Antônio. *Educação e desenvolvimento social no Brasil*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2007.
- CURY, Carlos Roberto Jamil. Educação e direito à educação no Brasil: um histórico pelas constituições. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 22, n. 76, p. 9-36, 2001.
- DEWEY, John. *Democracia e educação*. São Paulo: Nacional, 1979.

- FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*. 51. ed. São Paulo: Global, 2006.
- GHIRALDELLI JR., Paulo. *História da educação brasileira*. São Paulo: Cortez, 2006.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- LIBÂNEO, José Carlos. *Educação escolar: políticas, estrutura e organização*. São Paulo: Cortez, 2012.
- LOURENÇO FILHO, Manuel Bergström. *Testes ABC: para verificação da maturidade necessária à aprendizagem da leitura e escrita*. 12. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1974.
- LOURENÇO FILHO, Manuel Bergström. *Introdução ao estudo da Escola Nova*. 13. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1978.
- MENDONÇA, Ana Waleska P. C. A universidade no Brasil: concepções e modelos. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 19, p. 131-142, 2002.
- MICELI, Sergio. *História das ciências sociais no Brasil*. São Paulo: Sumaré, 2001.
- MONARCHA, Carlos. *Lourenço Filho e a organização da psicologia aplicada no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2009.
- NAGLE, Jorge. *Educação e sociedade na Primeira República*. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- NUNES, Clarice. Anísio Teixeira: a poesia da ação. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 21, n. 73, p. 11-32, 2010.
- PAIVA, Vanilda. *Educação popular e educação de adultos*. São Paulo: Loyola, 2003.
- PATTO, Maria Helena Souza. *A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia*. 4. ed. São Paulo: Intermeios, 2015.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- ROCHA, Marlos Bessa Mendes da. *Anísio Teixeira e a escola pública*. Salvador: EDUFBA, 2002.
- ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da educação no Brasil*. 40. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.
- SAVIANI, Dermeval. *História das ideias pedagógicas no Brasil*. 4. ed. Campinas: Autores Associados, 2013.
- SCHWARTZMAN, Simon. *Bases do autoritarismo brasileiro*. Rio de Janeiro: Publit, 2000.
- SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet COSTA, Vanda Maria Ribeiro. *Tempos de Capanema*. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- TEIXEIRA, Anísio. *Educação não é privilégio*. 5. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994.
- TEIXEIRA, Anísio. *Educação para a democracia*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1977.
- XAVIER, Libânia Nacif. *Anísio Teixeira: pensamento e ação*. Brasília: INEP, 2002.

PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO: contributo dos antropólogos Darcy Ribeiro, Edson Carneiro e Curt Nimuendajú

BRAZILIAN SOCIAL THOUGHT: contributions by anthropologists Darcy Ribeiro, Edson Carneiro, and Curt Nimuendajú

RESUMO: O presente artigo analisa as contribuições de Darcy Ribeiro, Edson Carneiro e Curt Nimuendajú para a constituição do pensamento social brasileiro, enfatizando suas interpretações acerca da formação cultural, étnica e social do Brasil. A pesquisa fundamenta-se em revisão bibliográfica de natureza qualitativa, utilizando obras clássicas dos autores e estudos contemporâneos relacionados à antropologia brasileira e às ciências sociais. O estudo evidencia que os três intelectuais contribuíram significativamente para a valorização das populações indígenas, afro-brasileiras e das manifestações culturais populares, contrapondo-se às perspectivas eurocêntricas e racistas predominantes em determinados períodos da produção intelectual brasileira. Curt Nimuendajú destacou-se pela produção etnográfica voltada aos povos indígenas, enquanto Edson Carneiro aprofundou os estudos sobre cultura afro-brasileira e religiosidade de matriz africana. Darcy Ribeiro, por sua vez, desenvolveu interpretações amplas sobre a formação do povo brasileiro e os processos históricos de constituição da identidade nacional. Conclui-se que as contribuições desses autores permanecem relevantes para os debates contemporâneos sobre diversidade cultural, identidade, direitos sociais e valorização das matrizes formadoras da sociedade brasileira.

Palavras-chave: Pensamento social brasileiro. Antropologia brasileira. Povos indígenas. Cultura afro-brasileira. Identidade nacional.

ABSTRACT: This article analyzes the contributions of Darcy Ribeiro, Edson Carneiro and Curt Nimuendajú to the constitution of Brazilian social thought, emphasizing their interpretations regarding the cultural, ethnic and social formation of Brazil. The research is based on a qualitative bibliographic review using classical works by these authors and contemporary studies related to Brazilian anthropology and social sciences. The study demonstrates that these intellectuals significantly contributed to the appreciation of Indigenous peoples, Afro-Brazilian populations and popular cultural manifestations, opposing Eurocentric and racist perspectives that prevailed during certain periods of Brazilian intellectual production. Curt Nimuendajú stood out for his ethnographic studies focused on Indigenous peoples, while Edson Carneiro deepened research on Afro-Brazilian culture and African-based religiosity. Darcy Ribeiro, in turn, developed broad interpretations about the formation of the Brazilian people and the historical processes involved in the construction of national identity. It is concluded that the contributions of these authors remain relevant to contemporary debates on cultural diversity, identity, social rights and the appreciation of the formative matrices of Brazilian society.

Keywords: Brazilian social thought. Brazilian anthropology. Indigenous peoples. Afro-Brazilian culture. National identity.

INTRODUÇÃO

O pensamento social brasileiro constitui um dos mais relevantes campos de interpretação da formação histórica, cultural e política do Brasil, especialmente no que se refere à compreensão das múltiplas identidades que compõem a sociedade nacional. Desde o final do século XIX e ao longo do século XX, intelectuais brasileiros passaram a desenvolver análises voltadas para os processos de formação social do país, buscando compreender as relações entre colonização, cultura, etnicidade, desigualdade e construção da identidade nacional. Nesse contexto, as ciências sociais, particularmente a antropologia, desempenharam papel fundamental na produção de interpretações acerca das dinâmicas socio-culturais brasileiras, promovendo reflexões sobre os povos indígenas, as populações afro-brasileiras e os processos de mestiçagem que caracterizam o Brasil contemporâneo.

A antropologia brasileira consolidou-se como um importante instrumento de análise das estruturas sociais e culturais do país, contribuindo para o reconhecimento da diversidade étnica e para a valorização de grupos historicamente marginalizados. Entre os principais intelectuais responsáveis por esse movimento destacam-se Darcy Ribeiro, Edson Carneiro e Curt Nimuendajú, cujas produções científicas exerceram significativa influência na constituição do pensamento social brasileiro. Embora possuam trajetórias intelectuais distintas, os três autores compartilham o interesse pela compreensão das matrizes culturais brasileiras e pela valorização das populações indígenas e afrodescendentes como elementos centrais da formação nacional.

Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa de natureza bibliográfica, fundamentada em obras clássicas dos autores estudados e em produções acadêmicas contemporâneas relacionadas ao pensamento social brasileiro e à antropologia nacional. Dessa forma, o presente artigo tem como objetivo analisar as contribuições de Darcy Ribeiro, Edson Carneiro e Curt Nimuendajú para o pensamento social brasileiro, destacando suas interpretações acerca da formação cultural do Brasil e suas contribuições para os estudos antropológicos. Busca-se compreender como esses intelectuais contribuíram para a valorização das populações indígenas e afro-brasileiras, bem como para a construção de interpretações críticas sobre identidade, cultura e diversidade na sociedade brasileira.

O PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO E A CONSOLIDAÇÃO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS

O pensamento social brasileiro constitui um campo interdisciplinar voltado à interpretação da formação histórica, política, econômica e cultural do Brasil. Sua consolidação ocorreu a partir do final do século XIX e, sobretudo, ao longo do século XX, período marcado pela institucionalização das ciências sociais e pela crescente preocupação intelectual em compreender as singularidades da sociedade brasileira. Nesse processo, sociólogos, antropólogos, historiadores e cientistas políticos buscaram interpretar as raízes da desigualdade social, os efeitos da colonização, a formação da identidade nacional e as relações étnico-raciais que estruturaram a sociedade brasileira. Assim, o pensamento social brasileiro tornou-se fundamental para compreender os dilemas históricos do país, bem como os projetos de modernização e desenvolvimento nacional (Miceli, 2001).

A emergência desse campo intelectual esteve diretamente associada às transformações políticas e econômicas decorrentes da crise do sistema escravista, da Proclamação da República e da expansão do capitalismo no Brasil. Durante esse período, intensificaram-se os debates acerca da construção da nacionalidade e da necessidade de interpretar os elementos constitutivos da sociedade brasileira. As primeiras análises foram fortemente influenciadas pelas correntes científicas europeias do século XIX, especialmente o positivismo, o evolucionismo e o determinismo racial. Muitos intelectuais brasileiros passaram a utilizar essas perspectivas para explicar as desigualdades sociais e os processos de mestiçagem presentes no país (Schwarcz, 1993).

Sílvio Romero, Nina Rodrigues e Oliveira Vianna produziram interpretações pautadas em teorias raciais que associavam o atraso brasileiro à composição étnica da população. Essas abordagens refletiam a influência do pensamento científico europeu da época, especialmente das teorias eugenistas e evolucionistas, que buscavam hierarquizar grupos humanos com base em critérios biológicos. Conforme destaca Schwarcz (1993), essas interpretações exerceram significativa influência na formação do pensamento social brasileiro nas primeiras décadas republicanas, contribuindo para a difusão de concepções racializadas acerca da identidade nacional.

Todavia, a partir da década de 1930, ocorreu uma importante inflexão teórica nas interpretações sobre o Brasil. A publicação de obras clássicas como *Casa-Grande & Senzala*, de Gilberto Freyre, representou uma ruptura parcial com os paradigmas raciais deterministas predominantes até então. Freyre (2003) passou a valorizar a mestiçagem como elemento constitutivo da sociedade brasileira, enfatizando as contribuições culturais indígenas, africanas e europeias para a formação nacional. Embora suas interpretações tenham recebido críticas posteriores, especialmente pela ideia de “democracia racial”, sua obra exerceu profunda influência sobre a consolidação das ciências sociais brasileiras ao deslocar o debate do determinismo biológico para a dimensão cultural das relações sociais.

Nesse mesmo contexto, destacaram-se também as contribuições de Sérgio Buarque de Holanda, cuja obra *Raízes do Brasil* buscou compreender os fundamentos históricos da sociedade brasileira a partir da análise das heranças ibéricas e das formas de sociabilidade construídas no país. Para Holanda (1995), o personalismo e o patrimonialismo constituíam elementos centrais da organização política brasileira, dificultando a consolidação de instituições modernas baseadas na racionalidade burocrática. Sua interpretação tornou-se uma referência indispensável para os estudos sobre Estado, cultura política e formação social brasileira.

Paralelamente, a institucionalização das ciências sociais no Brasil contribuiu decisivamente para o fortalecimento do pensamento social brasileiro. A criação da Universidade de São Paulo (USP), em 1934, e da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo possibilitou a formação de novos pesquisadores e a consolidação da sociologia e da antropologia como campos científicos autônomos. Nesse cenário, a influência de intelectuais estrangeiros, especialmente franceses, foi determinante para a estruturação metodológica das ciências sociais brasileiras. A presença de Claude Lévi-Strauss na USP, por exemplo, contribuiu para a introdução de novas perspectivas antropológicas voltadas à análise estrutural das sociedades indígenas (Peixoto, 2000).

A antropologia brasileira passou, então, a desempenhar papel fundamental na compreensão da diversidade cultural do país. Os estudos etnográficos realizados ao longo do século XX permitiram ampliar o conhecimento acerca das populações indígenas e afro-brasileiras, contribuindo para o reconhecimento da pluralidade cultural brasileira. Nesse contexto, destacaram-se intelectuais como Curt Nimuendajú, cujas pesquisas etnográficas sobre os povos indígenas brasileiros constituíram importante marco para a antropologia nacional. Seus trabalhos documentaram aspectos linguísticos, sociais e cosmológicos de diferentes grupos indígenas, contribuindo para a preservação da memória cultural dessas populações (Oliveira, 2016).

Além dos estudos indígenas, a antropologia brasileira também se voltou para as manifestações culturais afro-brasileiras, especialmente a partir das pesquisas desenvolvidas por Edson Carneiro e Arthur Ramos. Esses autores buscaram valorizar as religiões de matriz africana, o folclore e as expressões culturais populares, contrapondo-se às interpretações racistas que marginalizavam as culturas afrodescendentes. Segundo Ortiz (2006), tais estudos contribuíram para redefinir a compreensão da identidade nacional brasileira, reconhecendo a centralidade das culturas negras na constituição da sociedade brasileira.

Na segunda metade do século XX, o pensamento social brasileiro passou a incorporar análises mais críticas acerca das desigualdades estruturais do país. Intelectuais como Florestan Fernandes aprofundaram os estudos sobre racismo, relações de classe e exclusão social, questionando a ideia de harmonia racial difundida anteriormente. Fernandes (2008) demonstrou que a abolição da escravidão não foi acompanhada da integração efetiva da população negra à sociedade de classes, resultando na perpetuação de desigualdades sociais e raciais. Sua produção representou um marco na sociologia crítica brasileira, influenciando debates posteriores sobre democracia, cidadania e direitos sociais.

Dessa maneira, a consolidação das ciências sociais no Brasil permitiu o desenvolvimento de múltiplas interpretações acerca da sociedade brasileira, contribuindo para a construção de análises críticas sobre cultura, identidade, desigualdade e diversidade étnica. O pensamento social brasileiro permanece, assim, como um campo fundamental para a compreensão dos dilemas históricos e contemporâneos do país, especialmente diante das persistentes desigualdades sociais e dos debates sobre reconhecimento cultural e direitos das populações historicamente marginalizadas.

CURT NIMUENDAJÚ E A ETNOGRAFIA DOS POVOS INDÍGENAS

Curt Nimuendajú ocupa posição central na consolidação da etnografia indígena no Brasil, sendo reconhecido como um dos mais importantes estudiosos das populações indígenas sul-americanas no século XX. Sua produção intelectual exerceu profunda influência na antropologia brasileira e internacional, especialmente pela riqueza descritiva de seus estudos de campo e pela amplitude de suas investigações sobre organização social, sistemas linguísticos, cosmologias e territorialidades indígenas. Em um período marcado pela predominância de interpretações evolucionistas e eurocêntricas acerca das sociedades indígenas, Nimuendajú destacou-se por desenvolver pesquisas fundamentadas na convivência direta com os povos estudados, produzindo registros etnográficos de ele-

vado rigor científico e significativa relevância histórica.

Nascido na Alemanha em 1883 com o nome Curt Unckel, Nimuendajú imigrou para o Brasil no início do século XX, estabelecendo profunda relação com os povos indígenas brasileiros. O nome “Nimuendajú”, posteriormente incorporado oficialmente à sua identidade, foi recebido entre os Guarani e significa “aquele que fez sua morada”, simbolizando o vínculo construído com as populações indígenas (Oliveira, 2019). Sua trajetória intelectual diferencia-se pela intensa experiência empírica, visto que grande parte de suas pesquisas foi realizada em regiões de difícil acesso, especialmente na Amazônia e no Centro-Oeste brasileiro. Tal característica conferiu singularidade ao seu trabalho, permitindo a elaboração de descrições detalhadas sobre diferentes grupos indígenas em um contexto de aceleradas transformações sociais e territoriais.

As contribuições de Nimuendajú inserem-se em um momento decisivo da antropologia, quando os estudos etnográficos passaram a valorizar o trabalho de campo sistemático como elemento essencial para a compreensão das sociedades humanas. Embora não estivesse vinculado formalmente às universidades brasileiras, o etnólogo desenvolveu pesquisas amplamente reconhecidas por instituições acadêmicas nacionais e internacionais, estabelecendo diálogo com importantes antropólogos de sua época, como Claude Lévi-Strauss e Alfred Métraux. Sua produção científica contribuiu significativamente para o desenvolvimento da etnologia indígena no Brasil, especialmente ao enfatizar a complexidade cultural e social dos povos originários, contrapondo-se às interpretações que os classificavam como sociedades “primitivas” ou inferiores (Melatti, 1984).

Entre os aspectos mais relevantes de sua obra destaca-se a dedicação aos estudos dos grupos linguísticos Tupi e Jê. Suas investigações sobre povos como os Apinajé, Timbira, Xerente, Tukuna e Guarani tornaram-se referências clássicas da antropologia brasileira. Em sua obra sobre os Apinajé, por exemplo, Nimuendajú analisou profundamente a organização dualista da sociedade indígena, descrevendo sistemas de parentesco, rituais, formas de liderança e estruturas cerimoniais com elevado grau de detalhamento (Nimuendajú, 1983). Essas análises revelaram que as sociedades indígenas brasileiras possuíam estruturas sociais complexas e sofisticadas, desconstruindo concepções simplificadoras difundidas por setores intelectuais da época.

Outro elemento fundamental de sua produção científica refere-se à valorização da cultura indígena como patrimônio histórico e social. Nimuendajú demonstrou preocupação constante com os impactos da expansão econômica, da exploração territorial e da violência contra os povos indígenas. Em muitos de seus relatos, observa-se a denúncia das condições precárias impostas às comunidades indígenas diante do avanço de frentes colonizadoras e da ausência de políticas efetivas de proteção estatal (Oliveira Filho, 1999). Assim, além de seu caráter estritamente etnográfico, sua obra também apresenta importante dimensão política e humanitária, evidenciando os processos de marginalização e destruição cultural vivenciados pelos povos originários.

No âmbito metodológico, Nimuendajú contribuiu decisivamente para o fortalecimento da observação participante como instrumento de pesquisa antropológica. Sua permanência prolongada junto às comunidades indígenas permitiu não apenas a coleta de dados descritivos, mas também a compreensão das dinâmicas simbólicas e cosmológicas presentes nesses grupos. Diferentemente

de muitos pesquisadores de sua época, que realizavam análises superficiais baseadas em relatos indiretos, Nimuendajú priorizava o contato direto com os sujeitos pesquisados, aprendendo idiomas indígenas e participando do cotidiano comunitário (Castro, 2016). Essa postura metodológica aproximava-se de princípios que posteriormente seriam consolidados pela antropologia moderna, especialmente no que se refere à valorização da experiência empírica e da perspectiva nativa.

Sua contribuição também se destaca na produção cartográfica e documental sobre os povos indígenas brasileiros. O “Mapa Etno-Histórico do Brasil”, elaborado a partir de extensa documentação histórica e etnográfica, constitui uma das mais importantes iniciativas de sistematização territorial das populações indígenas no país. A obra possibilitou identificar deslocamentos populacionais, áreas de ocupação tradicional e relações interétnicas, tornando-se referência fundamental para estudos antropológicos, históricos e geográficos posteriores (Ribeiro, 1982). Ainda hoje, o mapa elaborado por Nimuendajú é utilizado como importante instrumento de análise sobre territorialidade indígena e processos históricos de ocupação do território brasileiro.

A relevância contemporânea de sua obra manifesta-se especialmente no contexto das discussões sobre direitos indígenas, preservação cultural e reconhecimento territorial. Em um cenário marcado pela intensificação de conflitos fundiários e ameaças ambientais na Amazônia, os registros etnográficos produzidos por Nimuendajú adquirem renovada importância para a compreensão histórica das populações indígenas brasileiras. Muitos de seus estudos servem como base documental para pesquisas atuais sobre etnicidade, territorialidade e patrimônio cultural indígena (Faulhaber, 2020). Além disso, suas descrições etnográficas auxiliam na preservação da memória de grupos indígenas que sofreram drásticas reduções populacionais ou transformações socioculturais ao longo do século XX.

A influência de Nimuendajú sobre a antropologia brasileira pode ser observada em diversas gerações de pesquisadores que passaram a desenvolver estudos voltados para os povos indígenas a partir de perspectivas menos etnocêntricas e mais comprometidas com a valorização da diversidade cultural. Seu legado ultrapassa os limites da etnografia descritiva, inserindo-se também no debate sobre pluralidade cultural, direitos coletivos e reconhecimento das populações tradicionais na formação histórica brasileira. Ao registrar com profundidade as formas de organização social e os sistemas simbólicos indígenas, o autor contribuiu para desconstruir visões homogêneas acerca da identidade nacional, evidenciando a multiplicidade cultural que caracteriza o Brasil.

Dessa maneira, Curt Nimuendajú consolidou-se como um dos principais intérpretes das sociedades indígenas brasileiras, deixando contribuição inestimável para o pensamento social brasileiro e para a antropologia contemporânea. Sua produção científica permanece atual não apenas pelo valor histórico de seus registros etnográficos, mas também pela capacidade de suscitar reflexões sobre diversidade cultural, direitos indígenas e preservação dos saberes tradicionais. Em um país historicamente marcado pela marginalização das populações originárias, a obra de Nimuendajú representa importante instrumento de reconhecimento da complexidade sociocultural indígena e da centralidade desses povos na formação histórica do Brasil.

EDSON CARNEIRO E A VALORIZAÇÃO DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA

A consolidação dos estudos sobre a cultura afro-brasileira no campo das ciências sociais brasileiras contou com importantes contribuições de intelectuais que buscaram romper com interpretações marcadas pelo racismo científico e pelas perspectivas eurocêntricas predominantes no início do século XX. Nesse contexto, Edson Carneiro destacou-se como um dos principais estudiosos das manifestações culturais afro-brasileiras, desenvolvendo pesquisas voltadas para as religiões de matriz africana, o folclore, a cultura popular e os processos de resistência social das populações negras no Brasil. Sua produção intelectual exerceu relevante influência na valorização das heranças africanas na constituição da identidade nacional, contribuindo para a legitimação acadêmica de práticas culturais historicamente marginalizadas.

Edson Carneiro nasceu em Salvador, em 1912, em um contexto social profundamente marcado pelas desigualdades raciais e pelos efeitos históricos da escravidão. Sua formação intelectual ocorreu em meio às transformações políticas e culturais do período modernista, quando diversos intelectuais brasileiros passaram a questionar os paradigmas deterministas e raciais que haviam predominado nas interpretações sobre o Brasil durante o século XIX. Influenciado pelas discussões antropológicas e sociológicas da época, Carneiro desenvolveu interesse pelos estudos afro-brasileiros, aproximando-se das pesquisas sobre cultura popular e religiosidade africana desenvolvidas especialmente na Bahia, região reconhecida pela forte presença de tradições culturais afrodescendentes (Oliveira, 2015).

A trajetória intelectual de Edson Carneiro foi profundamente influenciada pelas contribuições de autores como Gilberto Freyre e Arthur Ramos, que passaram a reconhecer a relevância da cultura africana para a formação social brasileira. Entretanto, diferentemente de alguns de seus contemporâneos, Carneiro buscou desenvolver análises menos folclorizantes e mais comprometidas com a compreensão das experiências históricas das populações negras. Seu trabalho ultrapassou a simples descrição cultural, incorporando discussões sobre desigualdade social, racismo e exclusão histórica dos afrodescendentes na sociedade brasileira (Santos, 2018).

Entre as principais contribuições de Edson Carneiro destacam-se seus estudos sobre as religiões afro-brasileiras, especialmente o candomblé. Em obras como *Religiões Negras* e *Candomblés da Bahia*, o autor desenvolveu importantes análises sobre os sistemas religiosos de matriz africana, investigando suas estruturas organizacionais, hierarquias internas, práticas litúrgicas e processos de resistência cultural. Em um período no qual as religiões afro-brasileiras sofriam intensa repressão policial e preconceito social, os estudos de Carneiro representaram importante instrumento de valorização dessas manifestações culturais, demonstrando sua complexidade simbólica e relevância histórica (Carneiro, 2008).

Ao analisar os terreiros de candomblé, Edson Carneiro identificou-os como espaços de preservação cultural e resistência social das populações negras no Brasil. Segundo o autor, as religiões afro-brasileiras não poderiam ser compreendidas apenas como expressões religiosas, mas também como formas de manutenção da memória coletiva africana diante dos processos de escravidão, marginalização e exclusão social. Nesse sentido, os terreiros desempenhavam funções

sociais amplas, incluindo a proteção comunitária, a transmissão de saberes ancestrais e o fortalecimento das identidades afrodescendentes (Carneiro, 2008).

As análises desenvolvidas por Carneiro também contribuíram para o reconhecimento da pluralidade cultural presente nas religiões afro-brasileiras. O autor destacou a diversidade de tradições africanas incorporadas ao candomblé brasileiro, evidenciando influências nagôs, jejes, angolas e outras matrizes étnicas africanas. Essa perspectiva foi fundamental para desconstruir interpretações simplificadoras que tratavam as culturas africanas como homogêneas, permitindo compreender a riqueza e a complexidade das interações culturais estabelecidas no Brasil colonial e pós-colonial (Prandi, 2000).

Outro aspecto relevante da obra de Edson Carneiro refere-se aos estudos sobre folclore e cultura popular. O autor compreendia o folclore como uma manifestação dinâmica das experiências sociais brasileiras, rejeitando interpretações que reduziam a cultura popular a elementos exóticos ou meramente recreativos. Para Carneiro, as manifestações populares expressavam formas coletivas de memória, resistência e construção identitária, refletindo os processos históricos vivenciados pelas classes populares e pelas populações marginalizadas (Carneiro, 1965).

Nesse contexto, Carneiro analisou festas populares, manifestações musicais, danças, lendas e práticas culturais afro-brasileiras como elementos fundamentais para a compreensão da formação nacional. Seu trabalho contribuiu para ampliar o reconhecimento da participação negra na constituição da cultura brasileira, evidenciando que aspectos centrais da música, culinária, religiosidade e linguagem nacional possuem profundas raízes africanas. Tal perspectiva representou importante contraposição às visões elitistas que historicamente desvalorizavam as culturas populares e afrodescendentes (Moura, 2019).

Além da dimensão cultural, Edson Carneiro também desenvolveu reflexões sobre as relações raciais no Brasil. Embora atuasse em um período marcado pela difusão do mito da democracia racial, o autor reconhecia a persistência das desigualdades raciais e dos mecanismos de exclusão social enfrentados pelas populações negras. Suas análises evidenciavam que a valorização da cultura afro-brasileira deveria estar associada à luta contra o racismo estrutural e à ampliação da participação social e política dos afrodescendentes (Nascimento, 2016).

As contribuições de Carneiro inserem-se em um contexto mais amplo de transformação das interpretações sobre a identidade nacional brasileira. Ao longo do século XX, intelectuais passaram a questionar teorias raciais que associavam a miscigenação ao atraso social, substituindo essas perspectivas por interpretações que valorizavam a diversidade cultural como elemento constitutivo da nacionalidade. Nesse cenário, Edson Carneiro desempenhou importante papel ao demonstrar que as culturas africanas não representavam obstáculos ao desenvolvimento nacional, mas componentes fundamentais da própria identidade brasileira (Ortiz, 2012).

Do ponto de vista metodológico, os estudos de Edson Carneiro caracterizaram-se pela aproximação direta com os grupos pesquisados, valorizando a observação empírica e o diálogo com os sujeitos sociais investigados. Essa postura diferenciava-se das abordagens excessivamente distanciadas predominantes em parte da produção intelectual da época. Ao estabelecer relações próximas com líderes religiosos, praticantes do candomblé e agentes culturais populares,

Carneiro desenvolveu análises mais sensíveis às experiências concretas das populações afro-brasileiras (Silva, 2020).

A influência de Edson Carneiro ultrapassou o campo acadêmico, alcançando também os debates políticos e culturais relacionados ao reconhecimento das identidades afro-brasileiras. Suas pesquisas contribuíram para o fortalecimento dos movimentos negros e para a valorização pública das manifestações culturais de matriz africana. Além disso, suas obras permanecem relevantes nos debates contemporâneos sobre racismo, intolerância religiosa, patrimônio cultural e diversidade étnica no Brasil.

Nas últimas décadas, estudos recentes têm revisitado criticamente a produção intelectual de Edson Carneiro, reconhecendo tanto suas contribuições pioneiras quanto os limites históricos de determinadas interpretações. Pesquisadores contemporâneos destacam que, embora inserido em um contexto marcado por categorias analíticas próprias de sua época, Carneiro foi um dos principais responsáveis pela legitimação das culturas afro-brasileiras no interior das ciências sociais brasileiras (Gomes, 2021). Sua obra continua sendo referência fundamental para os estudos sobre religiosidade afro-brasileira, cultura popular e relações raciais.

DARCY RIBEIRO E A INTERPRETAÇÃO DO BRASIL

A trajetória intelectual de Darcy Ribeiro ocupa posição central no pensamento social brasileiro do século XX, especialmente pela amplitude de suas interpretações acerca da formação histórica, cultural e política do Brasil. Antropólogo, educador, escritor e político, Darcy Ribeiro desenvolveu uma obra profundamente comprometida com a compreensão das desigualdades sociais brasileiras e com a valorização das matrizes culturais indígenas, africanas e populares na constituição da identidade nacional. Sua produção intelectual articulou antropologia, sociologia, educação e história em uma perspectiva interdisciplinar voltada para a análise crítica da formação do povo brasileiro e das estruturas de poder que marcaram o desenvolvimento do país.

A formação intelectual de Darcy Ribeiro esteve profundamente vinculada aos estudos antropológicos realizados junto às populações indígenas brasileiras. Sua atuação no antigo Serviço de Proteção aos Índios (SPI) possibilitou contato direto com diferentes povos originários, experiência que influenciou decisivamente sua interpretação acerca da diversidade cultural brasileira e da violência histórica promovida pelos processos coloniais e expansionistas. Conforme observa Gomes (2010), a experiência de campo vivenciada por Darcy Ribeiro consolidou sua percepção acerca do caráter excludente do modelo de desenvolvimento nacional, sobretudo em relação às populações indígenas submetidas à marginalização territorial, econômica e cultural.

Os estudos etnológicos desenvolvidos por Darcy Ribeiro evidenciam a centralidade dos povos indígenas na formação histórica do Brasil. Em obras como *Os índios e a civilização*, o autor analisa os impactos da expansão econômica sobre as populações originárias, destacando os processos de extermínio, assimilação forçada e destruição cultural promovidos pelo avanço da sociedade nacional sobre os territórios indígenas. Para Ribeiro (1996), a relação estabelecida entre o Estado brasileiro e os povos indígenas foi historicamente marcada pela violência

estrutural e pela imposição de mecanismos de integração compulsória que ignoravam as especificidades culturais dessas populações.

A crítica ao colonialismo interno constitui um dos aspectos centrais de sua interpretação sociológica do Brasil. Darcy Ribeiro compreendia que o processo de formação nacional foi sustentado por relações profundamente desiguais entre grupos sociais, produzindo estruturas históricas de exclusão que permanecem presentes na contemporaneidade. Nesse sentido, sua obra aproxima-se das análises desenvolvidas por intelectuais latino-americanos preocupados com os efeitos do colonialismo e da dependência econômica sobre os países periféricos (Fernandes, 2009). A originalidade de Darcy Ribeiro reside justamente na capacidade de integrar as dimensões culturais, econômicas e políticas em uma interpretação ampla sobre a sociedade brasileira.

Entre suas obras mais relevantes destaca-se *O povo brasileiro*, publicada originalmente em 1995, considerada uma das principais sínteses interpretativas sobre a formação do Brasil. Nessa obra, Darcy Ribeiro desenvolve a ideia de que o povo brasileiro resultou de um intenso processo de miscigenação biológica e cultural entre indígenas, europeus e africanos, produzindo uma configuração social singular marcada pela diversidade étnica e cultural. Segundo o autor, a identidade brasileira foi construída a partir de violentos processos históricos de dominação, mas também por mecanismos de resistência, adaptação e reinvenção cultural (Ribeiro, 1995).

A noção de “povo novo”, elaborada por Darcy Ribeiro, representa uma das contribuições mais relevantes de sua teoria social. Para o autor, o Brasil constituiu uma nova configuração civilizatória originada da interação entre diferentes matrizes étnicas submetidas às condições históricas da colonização portuguesa. Entretanto, esse processo ocorreu em meio a profundas desigualdades sociais e raciais, que estruturaram historicamente as relações de poder no país. Conforme argumenta Souza (2017), Darcy Ribeiro procurou demonstrar que a formação do povo brasileiro não poderia ser compreendida apenas sob uma perspectiva biológica ou racial, mas sobretudo a partir dos processos culturais, econômicos e históricos que moldaram a sociedade nacional.

Outro aspecto fundamental de sua obra refere-se à crítica ao modelo elitista de desenvolvimento brasileiro. Darcy Ribeiro defendia que as elites nacionais historicamente reproduziram estruturas de dependência econômica e exclusão social, impedindo a construção de um projeto verdadeiramente democrático de nação. Para o autor, o subdesenvolvimento brasileiro não deveria ser entendido como uma etapa transitória do desenvolvimento capitalista, mas como resultado de um processo histórico de exploração colonial e concentração de riquezas (Ribeiro, 1978). Essa interpretação aproxima-se das discussões promovidas pela teoria da dependência latino-americana, embora Darcy Ribeiro enfatize de maneira mais intensa os aspectos culturais e civilizatórios da formação social brasileira.

No campo educacional, Darcy Ribeiro também exerceu papel de grande relevância. Sua concepção de educação estava diretamente associada à construção de um projeto nacional capaz de enfrentar as desigualdades sociais e promover a inclusão das populações historicamente marginalizadas. A educação, em sua perspectiva, deveria constituir instrumento de emancipação social e fortalecimento da soberania cultural brasileira. Conforme destaca Bomeny (2001), Darcy Ribeiro compreendia a escola pública como elemento estratégico para a

democratização da sociedade e para a formação de uma consciência nacional crítica.

Sua atuação na criação da Universidade de Brasília (UnB), ao lado de Anísio Teixeira, demonstra o compromisso com uma concepção inovadora de educação superior voltada para a produção científica nacional e para o desenvolvimento social do país. Darcy Ribeiro defendia uma universidade integrada aos problemas concretos da sociedade brasileira, comprometida com a transformação social e com a valorização das culturas nacionais. Além disso, participou da implementação dos Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs), no estado do Rio de Janeiro, durante o governo de Leonel Brizola, reforçando sua defesa da educação pública integral como mecanismo de redução das desigualdades sociais.

No âmbito do pensamento antropológico, Darcy Ribeiro também contribuiu para a valorização das culturas populares e para o reconhecimento da diversidade cultural brasileira como elemento estruturante da identidade nacional. Diferentemente de interpretações marcadas por perspectivas eurocêntricas, o autor defendia que a riqueza cultural brasileira derivava justamente da interação entre diferentes tradições étnicas e culturais. Sua obra rompe com concepções racistas que historicamente inferiorizaram indígenas e afrodescendentes, promovendo uma leitura crítica das hierarquias raciais presentes na sociedade brasileira (Ortiz, 2006).

Além disso, Darcy Ribeiro desenvolveu importantes reflexões sobre os processos civilizatórios na América Latina. Em *O processo civilizatório*, o autor analisa a formação das sociedades americanas a partir das dinâmicas coloniais, destacando as especificidades históricas dos povos latino-americanos diante da expansão europeia. Segundo Ribeiro (1978), os países latino-americanos compartilham experiências históricas de dependência econômica, exploração colonial e marginalização cultural, fatores que condicionaram o desenvolvimento desigual da região.

A atualidade do pensamento de Darcy Ribeiro permanece evidente diante dos desafios contemporâneos relacionados à desigualdade social, ao racismo estrutural, à exclusão educacional e à destruição das culturas indígenas. Suas reflexões continuam sendo amplamente utilizadas nos debates sobre identidade nacional, multiculturalismo e políticas públicas voltadas para inclusão social e valorização da diversidade cultural. Conforme afirma Schwarcz (2019), a obra de Darcy Ribeiro permanece fundamental para compreender os impasses históricos do Brasil e os mecanismos de reprodução das desigualdades sociais no país.

APROXIMAÇÕES E DIFERENÇAS ENTRE OS PENSADORES: UMA ANÁLISE CRÍTICO-REFLEXIVA

A compreensão do pensamento social brasileiro exige o reconhecimento da pluralidade de interpretações construídas ao longo do século XX acerca da formação histórica, cultural e étnica do Brasil. Nesse contexto, as contribuições de Darcy Ribeiro, Edson Carneiro e Curt Nimuendajú assumem posição de destaque por oferecerem leituras críticas sobre os sujeitos historicamente marginalizados na construção da nacionalidade brasileira. Embora cada autor tenha desenvolvido abordagens específicas, vinculadas às suas experiências intelectuais e aos contextos históricos nos quais estiveram inseridos, é possível identificar

importantes aproximações teóricas entre eles, especialmente no que diz respeito à valorização da diversidade cultural e à crítica aos modelos eurocêntricos de interpretação do Brasil.

Uma das principais aproximações entre os três pensadores encontra-se na centralidade atribuída às populações subalternizadas na interpretação da sociedade brasileira. Em oposição às perspectivas raciais deterministas predominantes no final do século XIX e início do século XX, os autores buscaram demonstrar que indígenas e afrodescendentes não constituíam entraves ao desenvolvimento nacional, mas sim elementos fundamentais da formação cultural do país. Tal posicionamento representou significativa ruptura epistemológica em relação às interpretações influenciadas pelo evolucionismo social europeu, que frequentemente associavam miscigenação, culturas indígenas e matrizes africanas ao atraso social (Schwarcz, 1993).

Curt Nimuendajú dedicou grande parte de sua trajetória intelectual à documentação etnográfica dos povos indígenas brasileiros, contribuindo para desconstruir representações estereotipadas sobre essas populações. Diferentemente das abordagens coloniais que concebiam os indígenas como grupos culturalmente inferiores ou destinados ao desaparecimento, Nimuendajú enfatizou a complexidade das organizações sociais indígenas, suas cosmologias e sistemas culturais próprios. Sua produção científica evidenciou que os povos originários possuíam formas sofisticadas de organização social e expressões culturais autônomas, contrariando visões assimilacionistas predominantes na política indigenista brasileira do período (Oliveira, 2016).

Da mesma maneira, Edson Carneiro desempenhou papel fundamental na valorização da cultura afro-brasileira, sobretudo ao investigar as religiões de matriz africana e as manifestações culturais populares. Seus estudos sobre o candomblé contribuíram para combater o preconceito racial e religioso presente na sociedade brasileira, demonstrando que as tradições africanas constituíam elementos estruturantes da cultura nacional. Ao reconhecer a legitimidade cultural das práticas religiosas afro-brasileiras, Carneiro rompeu com discursos acadêmicos que tratavam essas manifestações como formas inferiores de religiosidade ou meros resquícios folclóricos (Carneiro, 2008).

Darcy Ribeiro, por sua vez, ampliou essa perspectiva ao interpretar a formação do povo brasileiro como resultado de intensos processos de interação entre matrizes indígenas, africanas e europeias. Em sua obra clássica *O Povo Brasileiro*, o autor argumenta que a identidade nacional foi constituída a partir da mestiçagem e das experiências históricas de conflito, resistência e adaptação cultural. Para Darcy Ribeiro, a diversidade cultural brasileira não deveria ser compreendida como obstáculo à modernização, mas como fundamento da originalidade histórica do Brasil (Ribeiro, 2006). Nesse sentido, os três autores convergem ao defender uma interpretação plural da sociedade brasileira, reconhecendo o protagonismo histórico de grupos tradicionalmente invisibilizados pelas elites intelectuais e políticas.

Outra aproximação relevante refere-se à crítica implícita ou explícita ao eurocentrismo presente nas ciências sociais brasileiras. Embora possuam diferentes orientações metodológicas, Darcy Ribeiro, Edson Carneiro e Curt Nimuendajú buscaram produzir interpretações fundamentadas nas especificidades socioculturais brasileiras, afastando-se de modelos teóricos que tentavam explicar a rea-

lidade nacional a partir de padrões exclusivamente europeus. Essa postura contribuiu para a construção de uma antropologia comprometida com a valorização das culturas locais e com a compreensão das particularidades históricas do Brasil (Ortiz, 2012).

Apesar dessas convergências, existem diferenças significativas entre os três pensadores, especialmente em relação aos objetos de estudo, aos métodos utilizados e às finalidades de suas produções intelectuais. Curt Nimuendajú destacou-se principalmente pelo rigor etnográfico de suas pesquisas de campo. Seu trabalho caracterizou-se pela convivência prolongada com diferentes povos indígenas, pela aprendizagem de idiomas nativos e pela documentação minuciosa das estruturas sociais e culturais dessas comunidades. Sua produção possui forte caráter descritivo e etnológico, voltado prioritariamente para a preservação e sistematização do conhecimento sobre os povos indígenas brasileiros (Melo, 2019).

Edson Carneiro, em contrapartida, desenvolveu uma abordagem mais voltada à antropologia cultural e aos estudos do folclore. Sua produção apresenta forte preocupação com as expressões simbólicas da cultura popular e com os processos de resistência cultural das populações negras no Brasil. Ao estudar o candomblé, os cultos afro-brasileiros e as manifestações populares, Carneiro buscou demonstrar como a cultura poderia constituir instrumento de afirmação identitária e resistência política frente às práticas discriminatórias da sociedade brasileira. Dessa forma, sua obra apresenta dimensão sociopolítica mais explícita, vinculada ao combate ao racismo e à valorização da herança africana no Brasil (Gomes, 2017).

Darcy Ribeiro diferencia-se dos demais pela amplitude de sua interpretação sociológica e política da sociedade brasileira. Embora também tenha desenvolvido pesquisas antropológicas sobre povos indígenas, sua obra ultrapassa os limites da etnografia clássica ao propor interpretações abrangentes sobre a formação histórica do Brasil e os desafios do desenvolvimento nacional. Darcy articulou antropologia, educação, política e economia em um projeto intelectual voltado para a construção de um país socialmente mais justo e culturalmente autônomo. Sua produção revela forte preocupação com as desigualdades estruturais brasileiras e com os impactos da colonização sobre as populações indígenas e afrodescendentes (Bomeny, 2001).

As diferenças metodológicas entre os autores também merecem destaque. Nimuendajú adotou procedimentos etnográficos marcados pela observação participante e pelo detalhamento descritivo das culturas indígenas. Sua atuação aproxima-se das tradições clássicas da antropologia etnológica, especialmente daquelas influenciadas pelo difusionismo e pela antropologia cultural norte-americana. Já Edson Carneiro dialogou intensamente com os estudos culturais e com o folclorismo brasileiro, integrando perspectivas antropológicas e sociológicas na análise das manifestações populares. Darcy Ribeiro, por outro lado, desenvolveu abordagem interdisciplinar que articulava antropologia, história, sociologia e ciência política, buscando interpretar os grandes processos civilizatórios da América Latina (Peirano, 1999).

Outro aspecto que diferencia os três intelectuais refere-se à relação estabelecida entre ciência e engajamento político. Embora todos tenham contribuído para a valorização de grupos historicamente marginalizados, Darcy Ribeiro apresenta atuação política mais direta e institucionalizada. Além de antropólogo,

exerceu funções públicas relevantes, participou da elaboração de políticas educacionais e defendeu projetos de reforma social voltados para democratização da educação e desenvolvimento nacional. Sua produção intelectual encontra-se profundamente vinculada a um projeto político de transformação social (Ribeiro, 1995).

Edson Carneiro também manifestou posicionamentos políticos importantes, sobretudo no combate ao racismo e na defesa das culturas afro-brasileiras, porém sua atuação ocorreu principalmente no campo cultural e intelectual. Já Curt Nimuendajú manteve postura mais voltada à pesquisa científica e à documentação etnográfica, embora suas contribuições tenham produzido importantes impactos na valorização dos direitos indígenas e na preservação da memória cultural desses povos.

Sob perspectiva crítico-reflexiva, observa-se que os três autores contribuíram significativamente para redefinir os rumos do pensamento social brasileiro ao deslocarem o foco interpretativo das elites políticas para os grupos historicamente marginalizados. Suas obras romperam com concepções homogêneas de identidade nacional e evidenciaram a pluralidade cultural constitutiva da sociedade brasileira. Ao valorizarem os saberes indígenas, afro-brasileiros e populares, Darcy Ribeiro, Edson Carneiro e Curt Nimuendajú contribuíram para ampliar os horizontes epistemológicos das ciências sociais no Brasil, promovendo interpretações mais inclusivas acerca da formação nacional.

Contudo, é importante reconhecer que suas produções também refletem limitações históricas e epistemológicas próprias de seus contextos de produção. Algumas interpretações elaboradas por esses autores ainda estavam inseridas em paradigmas evolucionistas ou nacionalistas característicos do século XX. Além disso, estudos contemporâneos têm ressaltado a necessidade de ampliar o protagonismo das próprias populações indígenas e afrodescendentes na produção do conhecimento antropológico, superando modelos nos quais esses grupos aparecem predominantemente como objetos de estudo (Krenak, 2019).

Mesmo diante dessas críticas, a relevância das contribuições de Darcy Ribeiro, Edson Carneiro e Curt Nimuendajú permanece fundamental para a compreensão da sociedade brasileira. Suas obras constituem referências indispensáveis para os estudos sobre identidade nacional, diversidade cultural, relações étnico-raciais e antropologia brasileira. Ao enfatizarem a importância histórica e cultural de povos indígenas e afrodescendentes, os três intelectuais ajudaram a construir interpretações mais plurais, democráticas e críticas acerca do Brasil e de sua formação social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das contribuições de Darcy Ribeiro, Edson Carneiro e Curt Nimuendajú evidencia a relevância da antropologia para a construção do pensamento social brasileiro e para a compreensão das múltiplas dimensões culturais que constituem a sociedade nacional. Ao longo do século XX, esses intelectuais desempenharam papel fundamental na formulação de interpretações críticas sobre o Brasil, contribuindo para romper com paradigmas eurocêntricos e excludentes que historicamente marginalizaram povos indígenas, populações afrodescendentes e culturas populares. Suas obras permitiram ampliar os horizontes

interpretativos das ciências sociais brasileiras, promovendo reflexões mais abrangentes sobre identidade, diversidade cultural e formação histórica do país.

Curt Nimuendajú destacou-se pela profundidade de suas pesquisas etnográficas e pela importância de sua atuação na documentação das culturas indígenas brasileiras. Seu trabalho ultrapassou os limites da simples descrição antropológica, constituindo-se também como importante instrumento de preservação da memória histórica e cultural de diversos povos originários. Em um contexto marcado pelo avanço da expansão territorial e pela intensificação das políticas assimilacionistas, suas pesquisas contribuíram para demonstrar a complexidade social, linguística e cosmológica das populações indígenas, reafirmando a necessidade de reconhecimento de seus direitos culturais e territoriais. A relevância de sua produção permanece atual, especialmente diante dos debates contemporâneos sobre preservação cultural, sustentabilidade e direitos indígenas no Brasil.

Edson Carneiro, por sua vez, consolidou-se como importante intérprete das culturas afro-brasileiras e das manifestações populares. Seus estudos sobre religiões de matriz africana, folclore e resistência cultural contribuíram significativamente para o combate às interpretações racistas e discriminatórias presentes em parte da intelectualidade brasileira do início do século XX. Ao reconhecer o valor simbólico, religioso e cultural das tradições africanas no Brasil, Carneiro ajudou a fortalecer a legitimidade acadêmica e social das culturas afrodescendentes. Sua obra continua sendo referência indispensável para os estudos sobre relações étnico-raciais, religiosidade afro-brasileira e cultura popular, além de manter grande relevância nos debates contemporâneos sobre racismo estrutural, intolerância religiosa e valorização da diversidade cultural.

Darcy Ribeiro destacou-se por construir uma interpretação abrangente da formação histórica e cultural brasileira, articulando antropologia, sociologia, política e educação em uma perspectiva interdisciplinar. Suas reflexões sobre a formação do povo brasileiro evidenciaram que a identidade nacional foi construída a partir de intensos processos de miscigenação, conflito e resistência entre diferentes matrizes culturais. Ao defender a valorização das heranças indígenas e africanas como elementos centrais da nacionalidade brasileira, Darcy Ribeiro contribuiu para desconstruir concepções homogêneas de identidade e para afirmar a pluralidade cultural como característica fundamental do Brasil. Além disso, sua atuação política e educacional demonstrou compromisso com a transformação social e com a construção de projetos voltados para democratização da educação e redução das desigualdades sociais.

Posto que apresentem discrepâncias metodológicas e temáticas, os três pensadores convergem na defesa de uma interpretação plural da sociedade brasileira, baseada no reconhecimento da diversidade étnica e cultural do país. Suas produções intelectuais contribuíram para deslocar o foco analítico das elites tradicionais para grupos historicamente invisibilizados, promovendo novas formas de compreensão da realidade nacional. Nesse sentido, suas obras não apenas enriqueceram o desenvolvimento das ciências sociais brasileiras, mas também influenciaram debates políticos, educacionais e culturais que permanecem atuais.

Em última análise, o contributo de Darcy Ribeiro, Edson Carneiro e Curt Nimuendajú permanecem fundamentais para a compreensão crítica da sociedade brasileira contemporânea.

Destarte, em um cenário marcado por profundas desigualdades sociais, disputas identitárias e desafios relacionados à preservação dos direitos culturais, suas reflexões continuam oferecendo importantes subsídios teóricos para os estudos antropológicos e para a construção de uma sociedade mais democrática e inclusiva.

Em epítome, o pensamento desses autores reafirma a importância da antropologia como instrumento de valorização da diversidade humana e de compreensão das complexas relações históricas que moldaram o Brasil.

REFERÊNCIAS

- BOMENY, Helena. *Darcy Ribeiro: sociologia de um indisciplinado*. Belo Horizonte: UFMG, 2001.
- CARNEIRO, Edson. *Candomblés da Bahia*. 9. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2008.
- CARNEIRO, Edson. *Dinâmica do folclore*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.
- CASTRO, Eduardo Viveiros de. *A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia*. São Paulo: Ubu, 2016.
- FAULHABER, Priscila. Povos indígenas, memória e territorialidade na Amazônia contemporânea. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 63, n. 2, p. 1-18, 2020.
- FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. 5. ed. São Paulo: Globo, 2008.
- FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil*. 5. ed. São Paulo: Globo, 2009.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala*. 48. ed. São Paulo: Global, 2003.
- GOMES, Mércio Pereira. *Darcy Ribeiro*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2010.
- GOMES, Nilma Lino. *Movimento negro e educação: resignificando e politizando a raça*. Petrópolis: Vozes, 2021.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- MELATTI, Julio Cezar. *A antropologia no Brasil: um roteiro*. Petrópolis: Vozes, 1984.
- MELO, Patrícia. Curt Nimuendajú e a etnologia indígena brasileira. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 62, n. 2, p. 215-233, 2019.
- MICELI, Sergio. *História das ciências sociais no Brasil*. São Paulo: Sumaré, 2001.
- MOURA, Clóvis. *Sociologia do negro brasileiro*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2019.
- NASCIMENTO, Abdias. *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2016.
- NIMUENDAJÚ, Curt. *Os Apinayé*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1983.
- OLIVEIRA, Eduardo David de. *Filosofia da ancestralidade: corpo e mito na filosofia da educação brasileira*. Curitiba: Gráfica Popular, 2015.
- OLIVEIRA, João Pacheco de. *O nascimento do Brasil e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016.
- OLIVEIRA, João Pacheco de. *O nascimento do Brasil e outros ensaios: “pacificação”, regime tutelar e formação de alteridades*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2019.

- OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. *Ensaio em antropologia histórica*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999.
- OLIVEIRA, João Pacheco de. *O nascimento do Brasil e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016.
- ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.
- PEIXOTO, Fernanda Arêas. *Diálogos brasileiros: uma análise da obra de Roger Bastide*. São Paulo: EDUSP, 2000.
- PRANDI, Reginaldo. *Mitologia dos orixás*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- RIBEIRO, Darcy. *Os índios e a civilização*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1982.
- RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- SANTOS, Jocélio Teles dos. *O poder da cultura e a cultura no poder*. Salvador: EDUFBA, 2018.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Sobre o autoritarismo brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- SILVA, Vagner Gonçalves da. *O antropólogo e sua magia: trabalho de campo e texto etnográfico nas pesquisas antropológicas sobre religiões afro-brasileiras*. São Paulo: Edusp, 2020.
- SOUZA, Jessé. *A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato*. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Anísio Teixeira, 47–49, 51, 53, 55–57, 60, 62–64
Antropologia brasileira, 66–81
Assimetria regional, 13–16, 22–29
Autonomia nacional, 34, 37–45

C

Caio Prado Júnior, 15, 23, 33, 35–36, 50
Capitalismo dependente, 32–45
Capitalismo periférico, 13–29, 32–45, 67–80
Cidadania, 14, 21–22, 27–29, 47–64, 69, 76–81
Colonialismo, 15, 18, 33–45, 67–80
Colonialismo interno, 74–76
Concentração fundiária, 12–19, 23–29
Curt Nimuendajú, 66–71, 76–81
Cultura afro-brasileira, 66–69, 72–74, 77–81
Culturas indígenas, 66–71, 76–81

D

Darcy Ribeiro, 66–69, 74–81
Dependência econômica, 13–29, 32–45
Desenvolvimento nacional, 13–29, 32–45, 47–64, 74–81
Desenvolvimento regional, 14–15, 19–29
Desenvolvimento subordinado, 32–45
Desigualdade regional, 12–29
Desigualdade social, 12–29, 32–45, 47–64, 67–81
Desigualdade territorial, 12–29
Diversidade cultural, 66–81

E

Edson Carneiro, 66–69, 72–74, 76–80
Educação democrática, 47–64
Educação pública, 47–64, 76
Educação universal, 52–60, 63–64
Escola Nova, 47–64
Etnografia, 66–71, 76–81
Exclusão social, 13–29, 32–45, 47–64, 67–81
Exclusão territorial, 12–29

F

Fernando de Azevedo, 47–49, 51–53, 57–60, 62–64

Folclore, 69, 72–74, 78–81
Fome, 12–19, 26–29
Formação cidadã, 47–64
Formação nacional, 13–16, 32–37, 47–52, 66–81
Formação de professores, 53, 60–64

G

Geografia crítica, 12–29
Geografia da Fome, 17–19
Globalização, 13, 16, 20–22, 26–29, 37–43

I

Identidade nacional, 15, 47–64, 66–81
Imperialismo, 32–45
Insegurança alimentar, 13, 17–19, 25–29
Integração latino-americana, 34, 39–45
Intérpretes do Brasil, 13–16, 33–37, 48–52, 67–69

J

John Dewey, 48, 51–56, 63
Josué de Castro, 12–19, 25–29
Justiça social, 17–19, 22–29, 32–45, 67–81

L

Laicidade do ensino, 52–60
Latifúndio, 14–18, 22–28
Lourenço Filho, 47–53, 58, 60–64

M

Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, 51–54, 59, 62–64
Manuel Correia de Andrade, 12–16, 22–29
Meio técnico-científico-informacional, 13, 20–22, 27–28
Milton Santos, 12–16, 20–29
Miscigenação, 15, 67–80
Modernização, 13–29, 35–40, 47–64, 67–80

N

Nacionalidade brasileira, 47–64, 66–81
Nordeste brasileiro, 16–18, 22–29

P

Pensamento social brasileiro, 12–29, 32–45, 47–64, 66–81
Planejamento regional, 14, 22–29

Povos indígenas, 66–71, 76–81
Psicologia educacional, 49, 53, 60–63

Q

Questão agrária, 22–29
Questão regional, 22–29

R

Racismo, 67–81
Relações centro-periferia, 20–22, 32–45
Ruy Mauro Marini, 32–45

S

Soberania nacional, 34, 39–45
Subdesenvolvimento, 12–29, 32–45, 74–76
Subimperialismo, 32–45
Superexploração da força de trabalho, 32–45

T

Teoria da Dependência, 32–45
Território, 12–29
Território usado, 13, 20–22, 26–29
Theotônio dos Santos, 32–45

U

Urbanização, 12–14, 20–29, 48–52, 57–58

V

Vânia Bambirra, 32–45

BIOGRAFIA DO AUTOR

ADELICIO MACHADO DOS SANTOS



Prof. Dr. Adelcio Machado dos Santos é antropólogo, sociólogo (MT/SC 222), historiador (MT/SC 103), geógrafo (CREA/SC 180776-6) e pedagogo.

Doutor em Engenharia, Gestão e Mídia do Conhecimento (UFSC). Pós-Doutor em Administração e em Gestão do Conhecimento. Mestre em Relações Internacionais. Especialista em Antropologia Social. Especialista em Ensino de Geografia e História. Bacharel em Antropologia. Bacharel e Licenciado em Sociologia. Bacharel e Licenciado em Geografia. Licenciado em História, Ciências Sociais e Pedagogia.

Labora nas seguintes áreas de pesquisa: Economia Política Internacional, Gestão de Políticas Públicas, Sociologia das Emoções, Constitucionalismo, Artes Visuais, Planejamento Urbano e Regional, Saúde Coletiva e Desenvolvimento Rural.

Ex: Reitor, coordenador de curso, vogal da Comissão Própria de Avaliação (CPA), Núcleos Docentes Estruturante (NDE) e colegiado de curso.

Integrou os Conselhos Estaduais de Educação, Cultura e Desportos em Santa Catarina.

Militou no "staff" da Assembleia Constituinte de Santa Catarina, Assembleia Legislativa de Santa Catarina, Tribunal de Contas de Santa Catarina, Secretaria de Estado da Educação e Secretaria de Estado da Fazenda.

Avaliador científico de projetos, eventos, editoras e periódicos.

Consultor do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP) e Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC).

Vogal das seguintes instituições: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Administração (ANPAD), Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito (CONPEDI), Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Estudos de Lazer (ANPEL), Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo (ANPTUR), Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), Associação Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ANCIB), Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Música (ANPPOM) e Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Artes Cênicas. (ABRACE), Associação Keynesiana Brasileira (AKB).

Registrado nas seguintes organizações de controle corporativo/SC: CORECON, CREA, CRA, CRQ, CONRERP, CRECI, OMB, OAB, CRBio, MT.

Por final, deu a lume a 120 livros, 166 capítulos de livros e 508 artigos científicos.

A obra reúne diferentes perspectivas para interpretar a formação histórica, social, econômica, territorial e cultural do Brasil. A obra dialoga com geógrafos como Josué de Castro, Milton Santos e Manuel Correia de Andrade e com a Teoria da Dependência de Marini, Theotônio dos Santos e Vânia Bambirra. Também examina o pensamento educacional de Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo e Lourenço Filho e as contribuições antropológicas de Darcy Ribeiro, Edson Carneiro e Curt Nimuendajú. Em abordagem interdisciplinar, evidencia permanências, desigualdades, identidades e possibilidades de transformação da sociedade brasileira.



ISBN 978-65-84364-51-6

